



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ROSA HELENA RIBEIRO TEIXEIRA

**O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT):
POLÍTICA AFIRMATIVA DE PREPARAÇÃO PARA O ACESSO À
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

Salvador
2023

ROSA HELENA RIBEIRO TEIXEIRA

**O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT):
POLÍTICA AFIRMATIVA DE PREPARAÇÃO PARA O ACESSO À
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Linha: Política e Gestão da Educação

Orientadora: Professora Doutora Marta Lícia Teles Brito de Jesus

Salvador
2023

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Teixeira, Rosa Helena Ribeiro.

O Programa Universidade Para Todos (UPT) : política afirmativa de acesso à educação superior do estado da Bahia / Rosa Helena Ribeiro Teixeira. - 2023.

118 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Lícia Teles Brito de Jesus.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Educação, Salvador, 2023.

1. Política e educação. 2. Programa Universidade Para Todos (Bahia). 3. Acesso à educação superior. 4. Programas de ação afirmativa na educação. I. Jesus, Marta Lícia Teles Brito de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 379.26 - 23.ed.



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PGEDU), realizada em 16/12/2022 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM EDUCAÇÃO no. 1, área de concentração Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica, da candidata ROSA HELENA RIBEIRO TEIXEIRA, de matrícula 2020105282, intitulada O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT): POLÍTICA AFIRMATIVA DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA. Às 09h30min do citado dia, <https://meet.google.com/tea-zhyc-rgi>, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora Prof^ª. Dra. MARTA LÍCIA TELES BRITO DE JESUS que apresentou os outros membros da banca: Prof^ª. Dra. MARIA COUTO CUNHA, Prof. Dr. GABRIEL SWAHILI SALES DE ALMEIDA e Prof^ª. Dra. GABRIELA SOUSA REGO PIMENTEL. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pela presidente que passou a palavra à examinada para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pela candidata, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. GABRIELA SOUSA REGO PIMENTEL, UNEB
Examinador Externo à Instituição

Dr. GABRIEL SWAHILI SALES DE ALMEIDA, UFBA
Examinador Externo ao Programa

MARIA COUTO CUNHA, UFBA
Examinadora Interna

Dra. MARTA LÍCIA TELES BRITO DE JESUS, UFBA
Presidente

ROSA HELENA RIBEIRO TEIXEIRA
Mestranda

DEDICATÓRIA

À minha ancestralidade que permitiu que este caminho fosse percorrido.

AGRADECIMENTOS

*“Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertaram na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos.”
Conceição Evaristo, Becos da Memória, p. 111)*

Dedico e agradeço pela conclusão desta dissertação à minha ancestralidade viva, por permitir-me ter ouvidos, olhos e coração abertos aos novos ciclos que sempre vêm.

À minha família e amigos pelo apoio nos momentos difíceis e nos sorrisos nos momentos de celebração que marcaram essa trajetória no curso de mestrado atravessada pela pandemia e festejada quando o retorno aos contatos presenciais.

À minha orientadora, querida referência e companheira de profissão, professora Martali por toda a empatia e compreensão durante o meu percurso formativo desde o início de 2017 e agora em mais uma etapa concluída.

À minha banca de qualificação que contribuiu imensamente para o recorte desta pesquisa. Andrio, Gabriel, Gabriela e Maria, muito obrigada!

Aos companheiros da Secretaria da Educação que entenderam minha dupla trajetória enquanto estudante-trabalhadora e permitiram que algumas concessões fossem realizadas com vistas à conclusão deste trabalho, em especial à Hilmara Bittencourt, Astor Vieira e Marcius Gomes. De igual forma, a Patrícia Machado por possibilitar, generosa e pacientemente, o acesso ao material necessário para a conclusão desta pesquisa de forma a atender aos objetivos dispostos.

Às seis entrevistadas desta pesquisa que foram fundamentais a escrita desta dissertação e a cada um dos órgãos de gestão do UPT: a Secretaria Estadual de Educação (SEC), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

TEIXEIRA, Rosa Helena Ribeiro Teixeira. O Programa Universidade Para Todos (UPT): política afirmativa de preparação para o acesso à educação superior do estado da Bahia. 2022. Orientadora: Marta Lícia Teles Brito de Jesus. 123 f. il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Esta dissertação teve o objetivo de investigar o Programa Universidade Para Todos (UPT) sob a ótica das políticas de ação afirmativa voltadas à preparação de estudantes de escolas públicas para o Exame Nacional do Ensino Médio e os exames vestibulares e as contribuições do programa nas universidades parceiras. O entendimento do significado das políticas de ações afirmativas se deu a partir de autores como Silva Filho (2003; 2008), Moehlecke (2002), Piovesan (2008), Portes e Sousa (2013), Tomei (2005), Henriques e Cavalleiro (2005) e Santo, Santos e Sampaio (2013). Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa que primou pela análise documental, bibliográfica e realização de entrevistas à coordenação geral do programa na Secretaria Estadual de Educação da Bahia e universidades públicas federal e estaduais baianas parceiras do programa. A partir dos dados analisados, concluímos que o UPT se constitui enquanto uma política de ação afirmativa para o público que atende, embora a definição do programa enquanto uma ação afirmativa não figure centralidade na Secretaria Estadual e nas universidades. A ação têm ainda contribuições que precisam também ser conhecidas, a exemplo da contribuição na formação de professores, na permanência e extensão universitária por envolver, na execução da referida política, docentes e estudantes das licenciaturas no território baiano.

Palavras-chave: Política e educação. Programa Universidade Para Todos (Bahia). Acesso à educação superior. Programas de ação afirmativa na educação.

TEIXEIRA, Rosa Helena Ribeiro Teixeira. The University for All Program (UPT): Affirmative policy of preparation access to higher education of the State of Bahia. 2022. Advisor: Marta Lícia Teles Brito de Jesus. 123 f. il. Dissertation (Master's in Education) – University of Education, Federal University of Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

The purpose of this essay was to investigate the University For All Program (UPT) under the viewpoint of affirmative action policies aimed at preparation of public school students for the National High School Exam (ENEM) and the vestibular exams. Understanding the meaning of affirmative action policies was based on authors such as Silva Filho (2003), Moehlecke (2002), Piovesan (2008), Portes and Sousa (2013), Tomei (2005), Henriques and Cavalleiro (2005) and Santo, Santos and Sampaio (2013). This qualitative research is made through document and bibliographic analysis and interviews with the general coordination of the program in the State Department of Education and the federal and state universities in Bahia that are partners of the program. According to the data analyzed, it can be concluded that the UPT is an affirmative action policy for the intended audience, although this nature of the UPT doesn't figure centrally either in the State Secretariat or in the universities. Its actions have implications in the universities involved in the program, which also need to be recognized, such as the contribution to teacher training, university retention and extension, as it involves, in the execution of the policy, docents and undergraduate students in Bahia.

Keywords: Policy y education. University for All Program (Bahia). Access to Higher Education. Programs affirmative action in education.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Localidades por ano / 39
- Figura 2** Organograma / 43
- Figura 3** Universidades e Institutos de Educação superior pública / 69

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Levantamento Documental do UPT / 22
- Quadro 2** Levantamento Bibliográfico / 24
- Quadro 3** Temáticas mais abordadas nos trabalhos acadêmicos sobre o UPT / 25
- Quadro 4** Coordenadores gerais por instituição 2003 – 2022 / 27
- Quadro 5** Gênero das entrevistadas / 28
- Quadro 6** Função das coordenadoras nas universidades / 28
- Quadro 7** Panorama do UPT 2003 – 2022 / 32
- Quadro 8** Exemplos de itens que compõem o Plano de Trabalho / 35
- Quadro 9** Repasse com base na seleção / 36
- Quadro 10** Repasse com base na formação de monitores / 37
- Quadro 11** Plano Nacional de Educação / 72
- Quadro 12** Plano Estadual de Educação / 73
- Quadro 13** Autodeclaração étnicorracial dos inscritos / 75
- Quadro 14** Renda / 75
- Quadro 15** Participação na renda / 76
- Quadro 16** Percentual de matriculados e egressos / 76
- Quadro 17** Formação da mãe / 78
- Quadro 18** Formação do pai / 78
- Quadro 19** Já participou do UPT? / 79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CODES	Coordenação de Desenvolvimento do Ensino Superior
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CPV	Curso Pré Vestibular
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACED	Faculdade de Educação
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRA CE	Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis
FUNCEP	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
IAT	Instituto Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual mais
N/A	Não se aplica
OASISBR	Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica
ONG	Organização Não Governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE	Plano Estadual de Educação
PET	Programa de Educação Tutorial
PET	Programa de Educação Tributária
PFL	Partido da Frente Liberal
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDH	Programa Nacional dos Direitos Humanos
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEC	Secretaria Estadual de Educação
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade rACIAL
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UPT	Programa Universidade Para Todos
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UNICOM	Universidade na Comunidade (UNICOM)
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco

SUMÁRIO

1	PRELÚDIO	15
2	CORPUS DA PESQUISA: O ACONTECER DA INVESTIGAÇÃO POR MEIO DA PESQUISA DOCUMENTAL, BIBLIOGRÁFICA E ENTREVISTAS	22
3	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT): CENÁRIO DE REALIZAÇÃO DA POLÍTICA	29
3.1	Cenário de execução do programa Universidade Para Todos	31
3.2	Olhares sobre o surgimento e criação do UPT : “o crivo das pessoas de carne e osso, como vocês e eu”	46
3.3	Organização Pedagógica do UPT: as cobranças dos vestibulares e o lugar da preparação para a cidadania	49
3.4	As “pedras no meio do caminho”	52
3.5	Fatores considerados determinantes para a continuidade da política	58
4	POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: A INICIATIVA DOS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES E A RESERVA DE VAGAS	62
4.1	Quem são @s inscritos no UPT?	74
4.2	UPT sob a ótica das ações afirmativas	79
4.3	O que o UPT reflete do ensino médio público?	83
5	O UPT NAS UNIVERSIDADES PARCEIRAS: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, A EXTENSÃO E A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIAS	88
5.1	Além da interiorização física: a extensão universitária por meio da capilaridade do UPT nos municípios baianos	88
5.2	Fomento à formação de professores e à permanência estudantil	91
6	CONSIDERAÇÕES	95
	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista SEC	114
	APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista Universidades	117
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido	120

1. PRELÚDIO

O Programa Universidade Para Todos (UPT) é uma política pública de ação afirmativa voltada à preparação de estudantes de escolas públicas para o acesso à educação superior. Na prática, se configura enquanto um programa que oferta um curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares realizado pela Secretaria da Educação (SEC), em parceria com universidades públicas do estado da Bahia.

Destinado a estudantes concluintes e egressos da educação pública, o referido programa oferta um curso preparatório, anual, desde 2003, além de disponibilizar materiais didáticos para a preparação aos exames vestibulares. Os inscritos no programa são classificados mediante escalonamento conforme média do último ano cursado do ensino médio, nos componentes curriculares Português e Matemática ou pela área do conhecimento de Linguagens e de Matemática em se tratando dos concluintes através de exames de certificação.

O UPT é desenvolvido ininterruptamente desde 2003, em governos que guardam entre si perspectivas diferentes: o governo de Paulo Souto (2003 – 2007) filiado ao antigo Partido da Frente Liberal (PFL), a gestão de Jaques Wagner (1º mandato 2007 – 2011, 2º mandato 2011 – 2015) e o governo de Rui Costa (1º mandato 2015 – 2019 e 2º mandato 2019 – 2022), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

A permanência da ação em governos com siglas partidárias distintas nos permite afirmar que há um reconhecimento desta política de ação afirmativa no Estado, como acentua Vieira (2007), as políticas se constituem na relação entre sociedade e o poder público e, portanto, a política não se justifica por si só, a existência do UPT sugere uma necessidade de preparação para os vestibulares por estudantes de escolas públicas, público do programa.

As políticas de ação afirmativa, conforme será discutido em um tópico específico do trabalho, são ações reparatórias que tentam atenuar situações de desigualdade a grupos discriminados, as ditas minorias sociais, quer seja pessoas negras, indígenas e mulheres, a exemplo, seja para tentar garantir equidade nos postos de trabalho, representação política, no acesso aos bens culturais e a educação superior, em específico para esta pesquisa. (Moehlecke, 2002).

No estado da Bahia, diversas são as iniciativas de cursos populares preparatórios para os vestibulares, sejam eles criados e mantidos por Organizações Não Governamentais (ONG), movimentos sociais, em especial movimento negro, grupos partidários e apartidários, ligados ou não a uma entidade reconhecida no cenário baiano ou nacional. No contexto baiano, convém também registrar a existência e expressividade dos cursos preparatórios privados, principalmente em Salvador, capital do estado da Bahia.

Assim como os outros cursos pré-vestibulares, o UPT se insere numa demanda por preparação para a concorrida educação superior. É neste cenário que os cursos preparatórios despontam no cenário social desde os anos noventa e se destacam enquanto importantes iniciativas para tentar atenuar as desigualdades de acesso à educação superior.

Os cursos preparatórios populares são reflexos da expansão da educação básica pública, aumento de concluintes do ensino médio e consequente demanda por educação superior. Eles são fruto de demanda coletiva de iniciativa dos movimentos sociais e de coletivos voltados para reunir os grupos sub representados na educação superior, interessados em dar continuidade aos estudos, após a finalização do ensino médio (Silva Filho, 2003; Zago 2008; Farias, 2010).

Diversas são as nomenclaturas usadas para designar esta ação: cursos preparatórios, cursinho, pré-vestibulares, pré ENEM, cursinhos populares, curso pré-vestibular popular e quilombos educacionais, entre outros, sendo esta última denominação – quilombos educacionais, segundo Conceição (2019), a mais usada no estado da Bahia, devido à ação de organizações comprometidas com a luta por uma educação antirracista. Os cursinhos populares tiveram e têm protagonismo na construção de identidade negra positiva, na luta por isenção nos vestibulares do país, assim como na reserva de vagas para estudantes negros, de escolas públicas e pobres constituindo-se assim enquanto movimento político fundamental para a garantia de direitos. (Silva Filho, 2003)

Há que se destacar que os cursos preparatórios populares apontam a necessidade de preparação para o ingresso na educação superior pela população historicamente excluída social e racialmente além de se inserirem na formação dos estudantes sob a ótica multicultural e não eurocêntrica visando a construção de uma identidade social e racial, do resgate da autoestima, da formação para e na

cidadania denunciando sumariamente o racismo, a iniquidade racial, e suas consequências para a população negra deste país. (Silva Filho, 2003; Zago, 2008)

O UPT se difere dos cursinhos populares por ser uma iniciativa do poder público e chama atenção por ser voltado ao mesmo público que é atendido pelos cursos organizados pelos movimentos sociais. E ainda, por se materializar enquanto a institucionalização da iniciativa dos cursos populares e inserir elementos dos mesmos, conforme análise bibliográfica e documental já realizada e apresentada nos próximos capítulos.

Diversas políticas e ações voltadas para a democratização do acesso, de cotas, de ações afirmativas e de permanência foram criadas e mantidas pelas esferas nacional e estadual. De um modo geral podemos afirmar que todos os estados mantêm alguma atividade, ainda que pontual, enquanto ação voltada à preparação ou realização dos exames de seleção para a educação superior. Execução de aulas, simulados, revisões, concurso de redação, oficinas e bolsas integrais em cursos preparatórios privados (presenciais e/ou principalmente a distância), o passe livre nos dias dos principais exames vestibulares, principalmente o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além da confecção de kits merenda no dia dos exames são exemplos de ação mantida pelos governos estaduais.

Se voltarmos o olhar ao acesso à educação superior, as provas classificatórias para o ingresso nesse nível cumprem o papel de exames que colocam em nível de igualdade pessoas que têm trajetória escolar familiar de histórico acesso à educação superior e os que não o têm apesar dos inúmeros esforços empreendidos pelos mesmos (Zago, 2006).

Contudo, é preciso reconhecer que os recentes avanços não suprem a realidade de exclusão que atravessa a história da educação superior no país, além de, atualmente, nos encontrarmos em um contexto nacional de desmonte das políticas por uma educação básica e superior públicas e socialmente referenciadas, a exemplo da Emenda Constitucional nº 95 que instituiu um novo regime fiscal e congela os investimentos em especial, em saúde e educação por até 20 anos.

Vejamos, o público que detinha o privilégio de cursar educação superior tinha um perfil bem especificado: homens, brancos e ricos. Almeida (2006) ressalta que à época da criação das primeiras faculdades no país poucas pessoas negras (pretas e pardas) que podiam arcar com altos custos dos cursos, assim como, ter instrução anterior ao ingresso para acessar cursos superiores, ainda mais pelo fato de, no

Brasil, a educação formal para pessoas negras foi por muito tempo proibida. Tendo como pano de fundo a história excludente da educação superior no Brasil, mesmo com um quadro recente de políticas de ação afirmativa e democratização da educação superior, as desigualdades no acesso se mantêm (Zago, 2006).

As políticas de ação afirmativa voltadas ao acesso à educação superior foram intensificadas nas últimas décadas e há um tempo relativamente curto para a sua consolidação, se comparamos a história da educação superior no país, por exemplo. Ainda assim, pode-se perceber um número maior de pessoas negras, pobres e pertencentes aos grupos sub representados conseguem ingressar em cursos superiores, fruto da política nacional de ação afirmativa instaurados há quase duas décadas e recentemente desmontadas a partir de argumentos infundados cientificamente.

Neste sentido, cabe refletir sobre a consolidação do Programa Universidade Para Todos à luz de um contexto mais amplo, a nível nacional e local favorável à criação de políticas de acesso, democratização e ação afirmativa. A fim de entender a conjuntura que fez e faz com que o UPT permaneça enquanto uma política pública educacional de capilaridade estadual para compreender de fato suas repercussões no contexto baiano e a continuidade ininterrupta do programa.

Assim, esta dissertação teve o objetivo de analisar o Programa Universidade Para Todos sob a ótica das políticas de ações afirmativas e as suas contribuições nas universidades parceiras. Trata-se de pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, documental e baseada na análise de entrevistas à coordenação geral do programa na Secretaria Estadual de Educação (SEC/BA) e coordenadores do programa nas universidades parceiras: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Os objetivos específicos desta pesquisa foram três: **1)** caracterizar a política por meio do perfil socioeconômico, etnicorracial e trajetória escolar familiar dos estudantes; **2)** demonstrar a relação políticas de ação afirmativa com o programa; **3)** identificar as contribuições do UPT nas universidades parceiras

As indagações acerca da temática aqui tratada se encontram na interface acadêmica, pessoal e profissional, em diálogo, de maneira indissociada e

horizontalizada com a justificativa desta pesquisa, tendo em vista compreender as motivações para pesquisar o UPT, com o viés das políticas afirmativas

Nesse ínterim, do ponto de vista pessoal, ser uma mulher, jovem, negra, pertencente à camada popular, fruto de uma rede familiar e comunitária em que poucos chegaram à educação superior, que conseguiu ingressar neste nível, influenciou a escolha do tema desta pesquisa. Esta posição social me fez conhecer de perto os caminhos que as desigualdades nos impõem. Decerto que foi, exatamente, no contexto de uma rede familiar e comunitária de sociabilidade para a elevação da minha escolarização que me permitiram viver plenamente a universidade.

A aproximação com a temática se deu durante a graduação e, sobretudo, a vivência universitária plena que enriqueceu as experiências formativas realizadas durante a graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e culminaram na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Andanças permitiram a aproximação e interesse em estudar o UPT, por meio das atividades desenvolvidas no tripé universitário, qual seja, no ensino, na pesquisa e na extensão, durante a realização da minha formação e identidade profissional enquanto Pedagoga, egressa da FACED/UFBA.

Durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia participei de experiências significativas que convergem para minha formação de um modo geral e ao tema desta pesquisa, de um modo específico, para citar algumas: 1) Execução de aulões preparatórios para o ENEM durante a participação na gestão denominada UBUNTU¹ do Centro Acadêmico (CA) de Pedagogia, no ano de 2016; 2) a atuação no projeto de extensão “Incentivo ao ingresso de estudantes de escolas públicas no ensino superior”, em 2017 e 2018; 3) a frequência assídua nos encontros formativos da Linha de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação, a Linha Políticas e Gestão da Educação, em 2017 e 2018; 4) A participação no Programa de Educação Tutorial em Pedagogia (PET) em Pedagogia.

Em específico, para a convergência do tema, cito ações consideradas matriciais à esta pesquisa. Uma das ações que a gestão do CA de Pedagogia

¹ Palavra de origem africana comumente usada pelos movimentos sociais e pode ser sintetizada na frase “eu sou porque nós somos”. Expressando o sentimento de solidariedade e constituição de uma identidade de determinado grupo.

apoiou foi um curso pré-vestibular popular para estudantes de escolas públicas. Em visitas às escolas para a mobilização dos aulões preparatórios e no decorrer do curso percebemos uma demanda de jovens de escolas públicas por uma preparação mais direcionada à familiarização com os exames de acesso à educação superior.

No projeto de extensão supracitado atuei no apoio a coordenação pedagógica e tive contato com 60 estudantes de escolas estaduais e do Instituto Federal da Bahia (IFBA) de Salvador no último ano do ensino médio durante a preparação para o ENEM, através do acompanhamento pedagógico, oferta de oficinas, atividades científicas, culturais e orientação educacional. A participação nessa experiência suscitou as pesquisas relacionadas à elevação da escolarização, aos cursos pré-vestibulares, sobre juventudes, e o acesso à educação superior.

A participação regular na linha de Política e Gestão da Educação, atividade obrigatória para as estagiárias do Programa de Educação Tutorial (PET), foi outro aspecto que corroborou com a aproximação com o tema de pesquisa. Nesta feita, tive a oportunidade de ter contato com as discussões sobre políticas públicas, Estado e escolher investigar os jovens de escolas públicas e a tentativa de acesso à educação superior, decisão que me levou mais adiante a desejar conhecer o Programa Universidade Para Todos do governo do estado da Bahia e tê-lo como objeto de estudo.

As trajetórias pessoal e acadêmica convergiram no meu perfil profissional. Assim, no que tange à trajetória profissional, atuo profissionalmente na Secretaria da Educação do Estado da Bahia, sendo esta outra experiência que contribui significativamente para a corporificação desta pesquisa seja pela aproximação com os programas e projetos da SEC em geral, e, o UPT em específico, pela familiaridade com os dados do programa e a possibilidade de investigá-lo a partir do seu banco de dados.

Do ponto de vista acadêmico, como já foi dito anteriormente, utilizamos dados e reflexões que tiveram início ainda na pesquisa sobre o UPT que, gerou o meu TCC intitulado “O programa Universidade Para Todos (UPT): aproximações com o cursinho pré-Enem do governo do estado da Bahia (2004 – 2018)”. A pesquisa analisou os documentos legais e da produção acadêmica a fim de caracterizar o UPT e suas possíveis contribuições na vida de jovens de camadas populares e de escolas públicas da Bahia.

A partir das experiências citadas, no que tange às contribuições deste trabalho, pretendemos discutir de que maneira o UPT mesmo não atendendo a demanda total de estudantes com trajetória escolar na educação pública que não ingressaram na educação superior, concluintes ou egressos, pode diminuir a probabilidade que, jovens historicamente excluídos da educação superior não se mantenham fora deste nível, colaborando assim para o fortalecimento com ações relevantes voltadas para o fortalecimento das políticas de ações afirmativas no Estado.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, além do prelúdio e das considerações. O capítulo **2 – Corpus da pesquisa: o acontecer da investigação por meio da pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas** cumpre o papel de descrever o percurso metodológico até a análise documental, bibliográfica e a realização das entrevistas.

O capítulo **3 – Programa Universidade Para Todos (UPT): Cenário de realização da política** apresenta o UPT a partir dos três instrumentos metodológicos utilizados para compor o *corpus* empírico da pesquisa. É neste capítulo em que são apresentados os dados do programa desde o ano de criação, à execução financeira, gestão, organização pedagógica do programa. De igual forma, apresentamos ainda os elementos considerados enquanto determinantes para a continuidade da política por 19 anos de forma ininterrupta, como também os percalços encontrados na operacionalização do mesmo.

No capítulo **4 – Política de ação afirmativa: a iniciativa dos cursos pré-vestibulares e a reserva de vagas** realizamos a revisão de literatura acerca das ações afirmativas, em diálogo direto com os outros subcapítulos que o compõem, apresentando o perfil dos estudantes do UPT e a trajetória do ensino médio público, possível identificar a partir das análises realizadas. De um modo geral, pode-se ver neste capítulo, a caracterização do UPT enquanto política de ação afirmativa por meio da análise socioeconômica e as pistas da trajetória escolar dos estudantes.

Já o capítulo **5 – O UPT nas universidades parceiras: contribuições do programa para a formação de professores, a extensão e a permanência universitárias**, como o próprio título anuncia, este capítulo se destina às contribuições diretas ou indiretas do UPT nas universidades durante a realização do

programa, seja por meio da extensão, do fomento à formação de professores e da permanência estudantil através das bolsas para os monitores estudantes.

2. CORPUS DA PESQUISA: O ACONTECER DA INVESTIGAÇÃO POR MEIO DA PESQUISA DOCUMENTAL, BIBLIOGRÁFICA E ENTREVISTAS

Esta pesquisa está ancorada na abordagem qualitativa e seu *corpus* empírico foi permeado por uma análise documental, bibliográfica e entrevistas individuais, semi-estruturadas, enquanto técnica de obtenção de dados. As entrevistas foram realizadas com a coordenação geral e executiva do programa, sendo: uma representante da SEC e cinco representantes das universidades parceiras, mesmo que esta diferenciação não apareça durante a análise.

Para Minayo (2009), “O ciclo de pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. Mas a ideia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam.” A afirmação da autora se encontra tanto na continuidade de análise deste objeto de pesquisa desde o curso de graduação quanto no delinear desta dissertação.

Quanto à pesquisa documental, para Lakatos e Marconi (2003), a coleta de dados se dá nos documentos escritos, sendo, documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos, fontes estatísticas ou outros como iconografia, fotografia, objetos, canções e vestuário. Assim o fizemos, trazendo o aparato legal do programa desde a sua criação.

A análise documental desta pesquisa se deu através do levantamento e análise dos Decretos Estaduais, das Nota Técnica sobre o UPT elaboradas pela Coordenação do programa na Secretaria, Plano de Trabalho, Contrato com as universidades e ao Sistema de inscrição, como podemos ver no **Quadro 1** – Levantamento Documental.

Quadro 1 – Levantamento Documental do UPT

Nº	NÚMERO	DISPÕE SOBRE	LINK
01	Decreto Estadual nº 8.583 de 14 de julho de 2003	Aprova o regulamento do Projeto Faz Universitário. (Revogado)	Decreto nº 9.149 de 23 de julho de 2004
02	Decreto Estadual nº 9194 de 04 de outubro de 2004	Altera dispositivos do Regulamento do Projeto Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia. (Revogado)	Decreto nº 9194 de 04 de outubro de 2004.pdf
03	Decreto Estadual nº 17.610	Altera o artigo 5º do Projeto Faz Universitário.	Decreto nº

	de 28 de maio de 2017	(Revogado)	17.610 de 28 de maio de 2017
04	Decreto Estadual nº 20.004 de 21 de setembro de 2020	Institui o Programa Universidade Para Todos e dá outras providências	Novo decreto – Decreto nº 20.004 de 21 de setembro de 2020.pdf
05	Nota Técnica	Dados resumidos do UPT de 2003–2020	Nota Técnica UPT 2007–2018.pdf
06	Comunicação Interna	Programa Universidade Para Todos	Comunicação Interna nº20/2020.pdf
07	Contrato	Contrato das universidades	N/A
08	Plano de Trabalho	Plano de trabalho das universidades	N/A
09	Sistema de inscrição	Dados de inscrição 2014–2022	N/A

Elaboração da autora

Já o levantamento bibliográfico desta dissertação foi realizado com base nos descritores "UPT", "Universidade Para Todos", "Faz Universitário", "Programa Universidade Para Todos" "Projeto Universidade Para Todos" nas seguintes plataformas: 1) Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (OASISBR); 2) Plataforma de Teses e Dissertações da CAPES; 3) Repositório das universidades e dos Programas de Pós Graduação em Educação e/ou Políticas públicas, caso haja; 4) Repositório de revistas/periódicos das universidades nas revistas de educação e/ou extensão, caso haja, 5) Revista do Instituto Anísio Teixeira (IAT); 6) Plataforma de pesquisa Google foi usada, visto que, o site de buscas colaborou para expandir os trabalhos encontrados sobre o UPT, em especial, aos publicados em anais de eventos científicos.

De um modo geral, 41 trabalhos foram encontrados, destes 20 são repetidos e em um só foi possível consultar o resumo, resultando na análise de 20 trabalhos. Todos os trabalhos retratam o acesso à educação superior além da configuração do UPT para fins de contextualizar o trabalho acadêmico. As pesquisas de campo se debruçam sobre a discussão quanto aos limites e possibilidades na implementação do programa nas salas de aula. Apenas dois trabalhos encontrados versam sobre o contexto de surgimento do UPT a partir da reivindicação de professores e estudantes da UNEB. (Ver **Quadro 2** – Levantamento Bibliográfico)

Quadro 2 – Levantamento Bibliográfico sobre o UPT

Nº	AUTOR(A)	TÍTULO	TIPO	ANO
01	Maria Raidalva Nery Barreto	Políticas Públicas para o acesso e permanência no ensino superior: o projeto faz universitário	Dissertação	2008
02	Maria Auxiliadora Ornellas Farias e Maria de Fátima Hanaque Campos	Projeto Universidade Para Todos: Política pública na direção da igualdade de oportunidade ao acesso à educação superior	Artigo	2010
03	Maria Auxiliadora Ornellas Farias	Projeto Universidade Para Todos: política pública na direção da igualdade de oportunidades ao acesso à educação superior	Dissertação	2010
04	Clélia de Freitas Capanema e Gabriela de Sousa Rêgo Pimentel	A caminho da universidade: uma política de inclusão social	Artigo	2011
05	Luciene Ribeiro Sousa	Atuação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no bairro do Calabar, Salvador/BA: o Projeto Universidade para Todos (UPT).	Dissertação	2012
06	Geremias Soares dos Santos	Acesso e permanência no ensino superior: relato de experiência de uma Roda de Saberes e Formação com cursistas do Projeto Universidade para Todos (UPT)	Artigo	2014
07	Erivan Coqueiro Sousa e Cláudio Pinto Nunes	Acesso de estudantes dos meios populares ao ensino superior: um estudo do curso pré-vestibular universidade para todos no município de Aracatu–BA	Artigo	2017
08	José Aurimar dos Santos Angelim, Simone Ferreira Wanderley, Vanessa Gomes Lopes Angelim e Maria Celeste de Castro	Projeto Universidade para todos (UPT): Uma experiência de inclusão e formação continuada	Artigo	2017
09	Ana Maria Silva Oliveira	Projeto Universidade Para Todos: Promoção do acesso à educação superior no recôncavo da Bahia	Artigo	2018
10	Rosa Helena Ribeiro Teixeira	O Programa Universidade Para Todos (UPT): aproximações com o cursinho pré–enem do Governo do Estado da Bahia (2004–2018)	Monografia	2018
11	Jeane Campos Silva, Edenilda Ribeiro Santos, Nathalia Costa e Gabriel Muniz	Universidade Para Todos: Aplicação do Programa de Extensão no Campus da UESB de Itapetinga–BA	Artigo	2018
12	Milene Conceição dos Santos e Pedro Paulo Souza Rios	Projeto Universidade Para Todos: Política Pública de Inclusão e Espaço Pedagógico de Formação Docente	Artigo	2018
13	Erivan Coqueiro Sousa e Cláudio Pinto Nunes	Curso pré-vestibular "Universidade para Todos"	Artigo	2019
14	Ana Lucia Paranhos de Jesus e Ana Vitória da Paixão Silva	Formação Continuada como prática pedagógica inovadora no Projeto Universidade Para Todos – UPT	Artigo	2019
15	Ana Vitória da Paixão Silva, Marcelo Cunha Nascimento e Lídia Boaventura Pimenta	Práticas Pedagógicas Inovadoras no Projeto Universidade Para Todos – UPT: possibilidade de acesso para estudantes dos meios populares ao ensino superior.	Artigo	2019
16	Erivan Coqueiro Sousa	Contribuições do curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT), como política pública, para o acesso de estudantes de Aracatu – BA ao ensino superior	Dissertação	2019
17	Raimundo B. da M. Junior e Zenaide de O. N. Carneiro	A abordagem literária em um curso pré-vestibular: propostas, encantamentos e reflexões	Resumo	2019
18	Neila Barreto Fernandes, Ana Cleide Santos de Souza, Maria Alice Carvalho Sacramento	Projeto Universidade Para Todos (UPT) na Universidade do Estado da Bahia: uma oportunidade de inclusão e transformação social	Artigo	2019
19	Fernando Állisson Santos Sampaio e Tiago Alves Nunes	Os eventos de letramento de discentes do Projeto Universidade Para Todos: uma análise qualitativa	Artigo	2021
20	Ideilton Alves Freire Leal	Política de Inclusão: o Projeto Universidade Para Todos (UPT) e o perfil social, acadêmico e profissional dos monitores no interior da Bahia	Resumo Expandido	2021

Elaboração da autora

A análise dos trabalhos traduz as temáticas predominantes na produção bibliográfica acerca do Programa em que podemos exprimir, metodologicamente, em nove categorias temáticas mais abordadas. As temáticas foram escolhidas a partir da leitura de todos os trabalhos que tinham enquanto objeto de pesquisa o UPT, mas que apresentaram óticas diversas para a produção bibliográfica. (Ver **Quadro 3** – Temáticas mais abordadas).

É fundamental destacar que as temáticas citadas no Quadro 3 podem aparecer mais de uma vez em um mesmo trabalho, ainda que, em se tratando de resumos ou artigos.

Quadro 3 – Temáticas mais abordadas nos trabalhos acadêmicos sobre o UPT

Nº	TEMÁTICAS MAIS ABORDADAS	FREQUÊNCIA
01	Acesso à educação superior	9
02	Formação de professores	8
03	Extensão universitária	6
04	Permanência Universitária	4
05	Evasão	4
06	Sociologia da Educação	4
07	Surgimento do Programa	3
08	Cursos pré-vestibulares	3
09	Ação Afirmativa	3

Elaboração da autora

Em síntese, as pesquisas identificadas utilizam a abordagem qualitativa para realizarem estudos exploratórios. Dentre os 20 trabalhos, 11 são pesquisas de campo ou relatos de experiência. Todos os trabalhos versam, de uma forma ou de outra, sobre as temáticas em que o Programa se insere, sendo: Acesso à educação superior, configuração do UPT e políticas educacionais. São pesquisas de Campo os Capanema e Pimentel (2011), Sousa (2012), Santos (2014), Sousa e Nunes (2017), Sousa e Nunes (2019b), Silva, Santos, Santos, Muniz (2018), Santos, Rios (2018), Silva, Nascimento e Pimenta (2019), Sousa (2019), Sampaio, Nunes (2021) e Leal (2021) sejam com pesquisas com estudantes e egressos, monitores ou equipe gestora da SEC e das universidades.

Já com relação às entrevistas realizadas, foram construídos dois roteiros: um para ouvir a representante da secretaria estadual e um para ouvir as representantes do programa nas universidades. Em ambos os casos, os roteiros se dividiram em

tópicos, sendo: 1) Identificação; 2) Gestão; 3) Financeiro; 4) Operacional; 5) Didático Pedagógico e 6) Outros. No último, inserimos questões referentes aos fatores considerados determinantes para a permanência do programa desde 2003, além da concepção do UPT enquanto política de ação afirmativa. (Ver Apêndice A e B).

De um modo geral, todas as entrevistadas responderam aos seis tópicos das entrevistas, além de conceituarem o UPT enquanto uma política de ação afirmativa com unanimidade visto o público atendido pelo programa. Contudo, ainda que o programa tenha passado por governos estaduais diferentes, os executores da política não relacionam diretamente uma diferenciação abrupta com as mudanças de governo, em especial, se nos referimos à sua criação no governo Paulo Souto e à continuidade nos governos do PT.

O planejamento inicial de entrevistas tinha como público os seis coordenadores gerais atuais, um da SEC e cinco das universidades. Em primeira instância, os contactei através de ligação telefônica e mensagem no aplicativo *Whatsapp*. Dos seis contatos realizados à equipe atual de gestão do programa, quatro delas aceitaram participar da entrevista, e em dois casos: 1) um não respondeu ao contato realizado, – procedemos então com o contato telefônico para a primeira coordenadora do programa naquela universidade que teve mais tempo de experiência na coordenação geral do UPT que aceitou participar da entrevista; 2) no outro caso, a mesma indicou outra servidora, segundo ela por motivos de não deter de informações suficientes sobre o programa – neste caso aceitou o convite para participar da entrevista.

As entrevistas também ocorreram virtualmente, por meio de uma plataforma privada, que oportuniza a gravação da reunião gratuitamente, independente do seu tempo de duração. Logo após a sua realização, as entrevistas foram transcritas e analisadas.

Em resumo, foram realizadas seis entrevistas entre órgão central e universidades parceiras² sendo: quatro entrevistadas parte da gestão atual do programa no ano de 2022 e outras duas de anos anteriores. Como podemos ver no **Quadro 4** – Coordenadores gerais por instituição de 2003 – 2022, tal estratégia

² Não foram realizadas distinções nas análises das entrevistas entre órgão central e universidades. Ainda que os instrumentos de entrevista tenham campos comuns e outros distintos para um público e outro, não foram identificadas divergências suficientes para fins de realizar o desmembramento na análise das entrevistas.

possibilitou a entrevista de servidoras que participaram do UPT desde a sua criação ao ano atual.

Quadro 4 – Coordenadores gerais do UPT, por instituição (2003–2022)

Nº	INSTITUIÇÃO	QUANTITATIVO
01	SEC	2
02	UNEB	2
03	UEFS	6
04	UESB	3
05	UESC	5
06	UFRB	3

Fonte: UPT/SEC. Elaboração da autora

O quadro anterior revela que poucas destas instituições têm uma rotatividade na função de coordenação geral do programa. Neste quadro deve-se ainda lembrar que a UFRB teve um período de paralisação das atividades durante quatro anos (2015 – 2019), diferindo-se de todas as outras que mantêm o programa desde o ano de sua criação. A seleção para este cargo/função se dá por indicação daquela instituição ou por seleção através de edital. Apenas a UEFS e a UESC têm um tempo limite de atuação neste cargo, regido por edital.

Os nomes das participantes das entrevistas foram alterados durante as análises para garantir o sigilo das informações, visto que o nome de alguns representantes é conhecido devido à divulgação institucional do Programa. Nesse sentido, todos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice C) desta pesquisa. As informações quanto à característica das entrevistadas têm em vista caracteriza-las de forma geral.

Como dito anteriormente, foi possível entrevistas coordenadoras do programa de diferentes anos, o que possibilitou informações desde a criação do programa. Cabe ainda lembrar que das seis entrevistadas, cinco são vinculadas à universidade e apenas uma ao corpo técnico da secretaria estadual de educação, por vezes as seis serão citadas e por vezes a instituição de vínculo empregatício será explicitada antes do aparecimento dos dados.

Quanto à identificação de gênero, as entrevistadas declararam as seguintes nomenclaturas: feminino, mulher cis, masculino e mulher. Concentramos as autodeclarações a partir da categoria “mulher cisgênero” e “homem cisgênero” (Ver **Quadro 5 – Gênero das entrevistadas**). Importante salientar que como se trata de uma maioria de mulheres, assim elas serão denominadas.

Quadro 5 – Gênero das entrevistadas

GÊNERO	FREQUÊNCIA
Mulher cisgênero	5
Homem cisgênero	1

Fonte: Entrevistas. Elaboração da autora

No que tange à formação acadêmica, três têm formação em Pedagogia, dois em História e um em Agronomia. As informações cadastradas no currículo *lattes* demonstram ainda que, dos seis, duas são mestres, duas são doutoras, uma é mestranda e uma doutoranda.

Já quando observamos a função que as coordenadoras gerais ocupam nas universidades vemos que ele é ocupado obrigatoriamente por servidoras que têm vínculo com a universidade, sejam elas analistas ou professoras universitárias. (Ver **Quadro 6 – Função das coordenadoras das universidades**)

Quadro 6 – Função das coordenadoras das universidades

FUNÇÃO	FREQUÊNCIA
Analista universitário	2
Professor universitário	3

Fonte: Entrevistas. Elaboração da autora.

A análise documental, bibliográfica e a realização das entrevistas à coordenação geral do programa na Secretaria Estadual de Educação e às universidades públicas federal e estaduais baianas parceiras do programa compuseram o *corpus* empírico desta pesquisa e poderá ser adiante vista nos capítulos seguintes.

3. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: CENÁRIO DE REALIZAÇÃO DA POLÍTICA

O Programa Universidade Para Todos é regido pelo Decreto Estadual nº 20.004 de 21 de setembro de 2020, sancionado pelo então governador Rui Costa e assinado pelos Secretários Estaduais Carlos Mello, responsável pela Casa Civil, e Jerônimo Rodrigues da Secretaria da Educação.

Antes de dispor de Decreto próprio, o UPT era uma ação do Projeto Faz Universitário, que constituiu, por sua vez, o Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia (Ver **Quadro 1** – Levantamento Documental). O Programa de Educação Tributária do Estado dispõe sobre incentivo fiscal e o Projeto Faz Universitário regulamenta a preparação dos processos seletivos para o acesso às universidades (teleaula e o curso presencial UPT) e o financiamento de bolsa de estudo ou bolsa auxílio para estudantes oriundos de escolas públicas que ingressaram em instituições de ensino superior públicas ou privadas.

De 2003 a 2019, a única alteração no conteúdo dos Decretos sobre o Programa ocorreu em 2017 e versou exclusivamente acerca do público que passa a ser constituído não só por egressos da rede pública estadual, como também, por estudantes matriculados no último ano do ensino médio desde que tenham cursado o ensino fundamental II e ensino médio na rede pública de educação.

Como os Decretos do Programa de Educação Tributária e do Projeto Faz Universitário foram revogados no ano de 2018, em 2020 publica-se um Decreto Estadual específico para o Programa Universidade Para Todos. O Decreto Estadual vigente, é diferente substancialmente dos anteriores em três aspectos.

Em relação ao primeiro, suprime-se a obrigatoriedade de que os estudantes cursistas tenham trajetória escolar exclusivamente em escolas públicas, desde o 6º ano do ensino fundamental ao último ano do ensino médio. O que abre brecha para que estudantes que tenham cursado o ensino fundamental em escolas privadas também possam cursar o UPT.

No que diz respeito ao segundo aspecto alterado, o programa passa a ser composto por três fases, das quais: i) Fortalecimento das aprendizagens; ii) Mobilização para participação nos exames; e iii) formação inicial e continuada de estudantes universitários. Vejamos, além da preparação para elevação da competitividade nos exames vestibulares, objetivo primordial do programa, insere-se

a mobilização para o exame de avaliação externa Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do ENEM e dos vestibulares, além da formação inicial e continuada de estudantes universitários, monitores do UPT. Ainda que o Decreto.

A última distinção do conteúdo do Decreto vigente em relação aos anteriores relaciona-se aos critérios de seleção dos estudantes, não especificados no texto. Nos Decretos anteriores, o barema para seleção dos estudantes cursistas do UPT eram as notas dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática.

Desde o início do Programa, de acordo com seu aparato legal, o UPT é executado pela Secretaria Estadual de Educação em parceria preferencial com as quatro universidades estaduais: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contudo, a UFRB executou o programa de 2008 a 2014 e de 2020 ao ano atual. A UFRB é a única universidade, entre as cinco parceiras do programa, em que houve uma interrupção do UPT por alguns anos.

As atividades do UPT foram iniciadas em 2008 e correram até o ano de 2014, havendo uma interrupção neste ano e só em 2020 as ações nesta universidade são retomadas. Quanto a isso, uma das entrevistadas relata que há algumas dificuldades, especialmente na execução de recurso, por haver uma diferença na natureza entre as esferas estadual e federal:

Então, existe essa ordem burocrática, administrativa e burocrática que impede essa fluência da UPT dentro da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Eu acredito que as questões de ordem burocrática são mais... como é que é... são mais gritantes em relação ao UPT do que a questão de outra ordem. (BÁRBARA, 2022).

Nas entrevistas realizadas vimos que a inserção da UFRB se justifica pela sua capilaridade no território do recôncavo baiano³, tendo em vista que as universidades estaduais não têm abrangência nesse específico território de identidade.

Por meio desta contextualização em linhas gerais sobre o programa, em que é apresentado, do ponto de vista das permanências e continuidades da definição do programa, em especial, no sentido do objeto, objetivo e características do UPT, constitui-se enquanto necessário apresentar o programa de forma mais detalhada.

³ O Estado da Bahia possui 27 Territórios de Identidade que balizam a política pública estadual. Os territórios de identidade se constituem por meio de características como os aspectos socioeconômicos, ambientais ou culturais de determinado grupo.

Portanto, este capítulo objetiva apresentar o cenário de implementação e realização do programa, como também demonstrar mais detidamente o lastro em que a criação do UPT se insere, por meio das esferas de análise deste trabalho, que compõe o corpus da pesquisa, assim como no que tange aos percalços identificados para a execução e consolidação do programa apresentados nas páginas que seguem.

3.1 Cenário de execução do programa Universidade Para Todos

A partir da breve descrição do programa iniciada no início deste capítulo, por meio da análise documental e das entrevistas, podemos vamos aos aspectos relacionados à operacionalização do UPT nas universidades.

A princípio, do ponto de vista da implementação da ação, a fim de descrever como o programa acontece, um elemento fundamental na política pública é a gestão das iniciativas. Quando analisamos a gestão do UPT, vemos que, de um modo geral, há uma convergência entre os discursos da Secretaria e das universidades nas entrevistas realizadas. Ambos sintetizam a gestão do UPT como sendo um processo dialógico, descentralizado e participativo.

Nesse caminhar, de 2003 até hoje, que eu acredito por ser uma gestão tão dialógica, tão participativa, onde todas as definições, as decisões, os encaminhamentos são feitos em conjunto com os parceiros, porque o programa é do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Educação, mas a execução dele, lá na ponta, é dessas universidades que são parceiras há muito tempo do programa. Então, é uma rede colaborativa muito dialógica, como eu gosto sempre de reforçar, onde esses parceiros que atuam no programa lá na ponta, trazem os encaminhamentos, trazem as contribuições e juntos nós sentamos e definimos anualmente como vai ser o programa, a execução do programa a cada ano. (DULCE, 2022)

De igual forma, Farias (2010) aponta que a gestão do programa, por sua vez, facilita o acesso às informações e circulação de decisões adotadas. Essa visão da referida autora pode ser percebida tanto na citação da entrevista de Dulce quanto nas falas que seguem:

Eu acho que é realmente uma... é uma parceria, uma gestão colaborativa porque a SEC tem as suas atribuições, as universidades também as suas atribuições, e os outros polos também as suas. Então é uma gestão cooperativa, eu acho que para a SEC ele é fundamental, essa parceria com as universidades, porque é um programa do porte do UPT a Secretaria não

teria como desenvolver, assim, como é que ela teria todos esses docentes? (CONCEIÇÃO, 2022)

O programa funcionou porque houve esse entendimento da CODES⁴ que ela não podia sozinha dar conta de um programa, que era um programa de educação a nível de estado e que precisava de um apoio. Nada melhor do que a universidade que é onde se encontra toda uma estrutura, tanto física como intelectual, como mental. Então começou a funcionar por conta disso, porque a CODES entendeu. [...] Se não ocorrer esse diálogo não sei se vai dar tão certo como deu, entendeu? Então assim, algumas coisas vinham prontas, claro, mas e mesmo assim, essas que viam pronta, ela deu a oportunidade das universidades discutirem e trazer para a mesa “não, vocês trouxeram assim, mas a gente acredita que o melhor modelo seria assim, dessa outra forma” e essa parceria, esse diálogo, foi assim, primordial para que o programa realmente desse certo como deu. (MARIA, 2022)

Vimos, portanto, muitos elogios à gestão do programa e relação estabelecida entre a SEC e as universidades, foi possível observar que a parceria acontece sem muitos percalços, com exceção das dificuldades do âmbito da execução financeira apontadas pela UFRB que se atribui especificamente à ordem burocrática e não à dificuldade com a gestão desta universidade e da SEC. Atribui-se à facilidade na gestão das ações do programa, principalmente, a capacidade de diálogo entre SEC e universidades. Podemos observar assim que, ainda que nos diferentes depoimentos presentes nos excertos aqui trazidos e na análise bibliográfica, não há divergências no entendimento quanto à gestão do UPT.

Diante desta apresentação do programa, vejamos o panorama dos seus 19 anos de execução. De acordo com a Nota Técnica do Programa, desde 2003, o UPT teve investimento de R\$183.267.039,32, ofertou 387.661 vagas, 28.617 egressos do UPT foram aprovados em cursos superiores e possibilitou a participação de 28.019 monitores. Mesmo com a execução ininterrupta do programa, podemos ver no **Quadro 7 – Panorama do UPT 2003 – 2022** que há uma oscilação de localidades, investimento, vagas, e monitores por ano.

Quadro 7 – Panorama do UPT 2003–2022

ANO	LOCALIDADES	INVESTIMENTO	VAGAS	APROVADOS	MONITORES
2003	32	R\$ 4.678.060,00	17.642	586	1.204
2004	32	R\$ 5.000.000,00	17.350	1.002	1.249
2005	34	R\$ 6.000.000,00	18.927	1.619	1.266
2006	67	R\$ 6.000.000,00	31.600	1.670	2.110

⁴ Coordenação de Desenvolvimento da Educação Superior vinculada à Secretaria Estadual de Educação da Bahia.

2007	73	R\$ 6.548.217,00	25.280	1.547	1.776
2008	78	R\$ 6.548.217,00	21.518	1.173	1.313
2009	104	R\$ 8.211.413,00	21.665	1.550	1.453
2010	131	R\$ 11.237.201,00	21.884	1.353	1.613
2011	146	R\$ 13.156.661,00	22.840	1.675	1.522
2012	159	R\$ 19.067.651,00	35.105	1.743	1.909
2013	173	R\$ 12.500.000,00	23.630	1.881	1.522
2014	183	R\$ 13.300.000,00	21.785	1.760	1.720
2015	186	R\$ 16.000.000,00	22.600	1.698	2.100
2016	179	R\$ 11.800.000,00	16.825	1.755	1.390
2017	229	R\$ 10.000.000,00	16.400	2.148	1.400
2018	174	R\$ 8.000.000,00	14.000	2.216	1.164
2019	143	R\$ 7.500.000,00	11.505	2.197	1.034
2020/2021 ⁵	150	R\$ 8.612.809,40	12.105	1.044	1.074
2022	200	R\$ 9.106.809,92	15.000	N/A ⁶	1.200
TOTAL	N/A	R\$ 183.267.039,32	387.661	28.617	28.019

Fonte: UPT/SEC. Elaboração da autora.

No quadro anterior, vemos a robustez e capilaridade do programa que segue desde 2003. Notamos que todas as variáveis coletadas sofreram alterações: o quantitativo de localidades, nuances quanto ao investimento, número de vagas e o número de monitores e o quantitativo de aprovados.

Se analisarmos os dados do ano de 2012, por exemplo, quanto às 35.105 vagas ofertadas e o investimento destinado à execução do curso o ano de R\$ 16.067,651,00 há um pico. Curiosamente, neste mesmo ano, há uma mudança no cenário nacional quanto às políticas de ação afirmativa, em especial à reserva de vagas para o acesso à educação superior implementada. Em 2012, destaca-se a aprovação da conhecida política federal de cotas, que será tratada mais adiante.

Desde a criação do UPT, no que diz respeito à destinação de seu recurso financeiro, se dá através do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP). O FUNCEP é um órgão estadual que tem por objetivo fomentar ações de suplementação de alimentação, educação e renda, por exemplo.

O Decreto Estadual que rege o UPT é assinado pelos secretários de estado da Educação e da Casa Civil sendo o FUNCEP vinculado diretamente a esta última

⁵ O ano 2020/2021 refere-se ao *continuum* curricular adotado pela Secretaria Estadual da Educação, em virtude da paralisação das atividades letivas presenciais no ano de 2020 em decorrência da pandemia de COVID-19.

⁶ Sigla para Não se Aplica

Secretaria. A destinação dos recursos financeiros do UPT advém de uma fonte de recursos que tem características bem definidas para viabilizar o repasse financeiro aos órgãos centrais. No nosso entendimento isso ocorre pela sua característica enquanto ação afirmativa:

[...] o Fundo, ele busca programas e projetos [...] em todo o estado da Bahia. Todos os programas e projetos que tem um olhar para aqueles indivíduos que estão em condição de vulnerabilidade social. [...] Mas o programa Universidade para Todos, assim como outras políticas, dentro da Secretaria de Educação que trata do acesso e permanência, são financiados pelo Fundo de Combate à Pobreza. Então, anualmente o fundo faz a sua distribuição de verbas, que vem de arrecadações, impostos e essas questões todas que eu não sou muito... não tenho muita propriedade para lhe dizer, mas eles fazem essa distribuição. Então eles têm, Mais Futuro, Mais Estudo, programa Universidade para Todos, Bolsa Presença, Transporte Escolar, Alimentação Escolar, todos esses programas e projetos [...] são financiados pelo fundo. (DULCE, 2022)

Outro aspecto a ser observado é que, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia é citado enquanto constitutivo das políticas apoiadas pelo FUNCEP⁷. Tal Estatuto foi aprovado em 2014 tendo em vista garantir às pessoas negras e de comunidades tradicionais prioridade em suas receitas. O estatuto é ainda citado em um dos depoimentos das entrevistadas, vejamos:

[...] o fundo de Combate a Erradicação da Pobreza, ele tem essa visão, o que ele percebe, não é simplesmente a pessoa entrar na universidade, é a transformação que você leva para aquela comunidade que diz situação de risco, para aquele município de indicadores baixo, então você tem um resultado muito interessante com um custo que não é alto. (ANTÔNIA, 2022)

Após o receber o recurso do FUNCEP, a SEC celebra convênio onde é viabilizada a contratação das universidades parceiras através de Dispensa de Licitação. Para tanto, a universidade contratada elabora junto à SEC um Plano de Trabalho que subsidia a transferência do recurso àquela contratada. Quanto ao plano de trabalho, uma das entrevistadas, relata:

Esse recurso quando ele entra dentro da universidade, a universidade tem que seguir aqueles itens que estão especificados no plano de trabalho, ela não pode mexer naquela rubrica que está ali. Nós temos um plano de trabalho onde a gente traz um plano de recursos humanos e esse pagamento de recursos humanos, para você ter ideia, no plano de trabalho ele diz a você a quantidade. Então, quantos coordenadores de polo eu tenho que ter, quantos monitores eu tenho que ter, o valor hora-aula daquele

⁷ Desde 2014 o FUNCEP destina parte do seu orçamento para ações que tenham como público as diretrizes do Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa. Ver <http://www.casacivil.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13>

monitor, quanto eu vou gastar com aqueles monitores, tudo isso é no plano de trabalho. Material, quanto nós vamos comprar de material, vai comprar papel ofício, vai comprar piloto, tudo isso está nesse plano de trabalho. Isenção de vestibular quem tem isenção, está lá tudo delimitado. (DULCE, 2022)

Como vimos, as universidades elaboram o seu Plano de Trabalho com base na necessidade e na realidade concreta da oferta do UPT, seja o número de pólos, de municípios ou de turmas vinculadas à cada universidade. As entrevistas demonstram, no entanto, que essa flexibilidade citada no depoimento anterior foi fruto do pleito dos coordenadores gerais das universidades. Assim, organizamos no **Quadro 8** os itens que podem compor o Plano de Trabalho, o qual nos dedicamos em apresentar para substanciar a caracterização do programa.

Quadro 8 – Exemplos de itens que compõem o Plano de Trabalho

Nº	Item	Descrição
01	Aulas ministradas pelos monitores	Utiliza-se o quantitativo de hora-aula necessário para atendimento do número máximo de alunos cursistas do UPT. São computadas neste item aulas, planejamento, aulas regulares, extras e de revisão;
02	Capacitação Inicial	Computado a partir da quantidade de sedes de formação daquela universidade para viabilizar a apresentação do UPT aos monitores e garantir a oferta de alimentação nas atividades;
03	Formação de monitores	A referência deste item é o quantitativo de professores especialistas a partir do valor da hora/aula. Os professores especialistas são responsáveis pelo planejamento de atividades de formação e também pela avaliação das atividades dos monitores;
04	Coordenação Geral	Compõe-se de servidor da universidade indicado ou selecionado através de edital, como apresentado no capítulo anterior. É o responsável pelo diálogo com a SEC, por atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades no âmbito do programa. Junto à Coordenação Geral há um responsável pela coordenação administrativo/financeira e outro responsável pela coordenação pedagógica;
05	Coordenação administrativa e financeira	Executa as ações financeiras e administrativas do UPT;
06	Coordenação Pedagógica	Planeja as atividades pedagógicas do Programa junto à coordenação geral, aos professores especialistas e aos monitores, caso seja necessário;
07	Coordenação de Pólo	Cada pólo da universidade passa a ser pólo das ações do UPT. O gestor de pólo é responsável planejar junto à coordenação geral e fazer chegar as ações aos municípios de sua jurisdição;
08	Secretário de Coordenação	Cada universidade apresenta a necessidade de pessoas responsáveis por esta função;

09	Secretário de Apoio Escolar e Suporte Peda	Assim como para a função de secretário de coordenação, o secretário de apoio escolar / suporte pedagógico desenvolve atividades de secretaria junto à coordenação pedagógica e acompanha, entre outras atividades, a frequência de alunos e monitores, por exemplo;
10	Projetos Complementares	Este item referencia-se à ações que não se enquadram nas 20h semanais de aula dos cursistas, sendo orientação vocacional, palestra, aulão, expansão do repertório cultural e atividades afins. Cada universidade insere o quantitativo necessário para esta ação;
11	Material Pedagógico	11.1 – Cópia de Material – A estimativa deste item têm como referência o número de cópias por estudantes; 11.2 Papel ofício – Assim como para o subitem anterior, a unidade de medida é o quantitativo de folhas por cursista; 11.3 Marcador para quadro branco – Já para a compra deste item, têm-se como referência 12 marcadores por turma;
12	Material de limpeza	Perfaz o estimado a aquisição de quatro Kits Escola por instituição que oferta turma do UPT;
13	Diárias	Para este item o custo unitário é o mesmo para todas as universidades, contudo, o número de viagens varia pela extensão das localidades de funcionamento do programa;
14	Combustível	Este item refere-se ao número de viagens por litro de gasolina necessária;
15	Obrigações tributárias e administrativas	Têm-se como referência um valor unitário para cada mês do ano.
16	Taxa unitária do vestibular	Estimado a partir de quantitativo de estudantes que solicitaram isenção no vestibular.

Fonte: Plano de Trabalho 2022. Elaboração da autora.

No contrato realizado no ano de 2022, vimos que há um percentual para repasse de recurso, sendo dividido por dois eixos: **1)** Valor que consta no plano de trabalho com base nos itens de Seleção, Matrículas e aulas ministradas e **2)** Valor total do item formação de monitores ver **Quadro 9** – Condição para repasse de recursos e **Quadro 9** – Repasse com base na seleção.

Quadro 9 – Repasse com base na seleção

Repasse com base na seleção, matrícula e aulas ministradas	
Percentual do valor	Condição para repasse
20% do valor	100% da seleção e matrícula efetuada
20% do valor	100% da capacitação inicial efetuada
20% do valor	25% das aulas ministradas
20% do valor	50% das aulas ministradas

20% do valor	100% das aulas ministradas
--------------	----------------------------

Fonte: Contrato para implementação do UPT. Elaboração da autora.

Uma das entrevistadas descreve como se dá o repasse de recursos com base no Eixo 1:

E como é que acontece o pagamento? 30 dias após assinatura do contrato e a execução do programa, para receber a primeira parcela essa universidade precisa comprovar, conforme consta nas alíneas do contrato, a execução. Então por exemplo, só vou lhe dar um exemplo, o primeiro pagamento gira em torno de alunos matriculados, para ela receber a parcela que se refere ao quantitativo de alunos matriculados, ela precisa apresentar a listagem dos alunos matriculados, aí vem o nome, o CPF, o RG, onde ele mora, telefone, e-mail (DULCE, 2022)

Assim vemos que, a despeito da contratação das universidades, há uma obrigatoriedade de cumprimento dos itens do Plano de Trabalho de cada uma e declaração quantitativa para os dois eixos citados a fim de viabilizar a descentralização de recursos para cada universidade. Vejamos então o segundo eixo de repasse no **Quadro 10** – Repasse com base na formação de monitores.

Quadro 10 – Repasse com base na formação de monitores

Repasse com base na formação de monitores	
20% do valor	30% das aulas ministradas
30% do valor	50% das aulas ministradas
30% do valor	60% das aulas ministradas
20% do valor	100% das aulas ministradas

Ainda que o Plano de Trabalho seja composto por itens e quantitativo que atenda à demanda daquela universidade, a partir do valor destinado a ela, o recebimento das parcelas está condicionado à comprovação do percentual por item como vimos no quadro anterior. Segundo uma das entrevistadas, em se tratando de uma comparação com outros convênios realizados pelas universidades, o plano de trabalho e o contrato celebrado têm algumas facilidades por usar como condição para a execução os eixos para repasse do recurso conforme tabela supra, vejamos:

Então esse modelo, é um modelo bem interessante dos que na maioria dos convênios que a gente normalmente executa que tem uma grande dificuldade em estar implementando, pagar as coisas e etc., então é um modelo que a gente tem uma certa facilidade, tem facilidade inclusive até na

prestação de contas, porque assim, a prestação de contas é mais por metas. Ou seja, você tem que demonstrar que você cumpriu aquelas metas e não aquela minúcia de “eu gastei um real aqui, um real ali”. (ANTÔNIA, 2022)

Sobre a autonomia financeira para desenvolvimento do Programa nas universidades, as entrevistadas revelam que a própria construção do Plano de Trabalho pressupõe uma necessidade de negociação entre contratante e contratada.

Dentro desse Plano de Trabalho, a gente tem autonomia assim, de dizer por exemplo, a SEC propõe que a gente tenha para determinado número de vagas, um número de monitores... de mais ou menos monitores, a gente vai distribuir para o trabalho, para auxílio de transporte a gente precisa de um valor maior e aí a gente vai adequando. Então a gente tem essa autonomia. Eu digo que é uma autonomia relativa [...] Porque ao mesmo tempo que está vinculada a uma determinação da SEC aí a gente tem uma autonomia relativa e vai sempre se mantendo nesse diálogo. É um diálogo constante entre SEC e universidade. [...] Agora, se você me perguntar se esse recurso é suficiente, eu te digo que não é. Hoje em dia não é, mas é muito malabarismo para desenvolver o programa. (CONCEIÇÃO, 2022)

Contudo, são citadas também algumas dificuldades na execução financeira associadas ora à demora na descentralização do recurso e, conseqüentemente ao trâmite burocrático do mesmo, ora às contrapartidas que as universidades têm que garantir para operacionalização do UPT. Em alguns momentos as universidades custeiam as ações do programa devido ao atraso no repasse de recursos ou insuficiência dos mesmos, vejamos:

Para você ter ideia, vários anos nós começamos [...] programa tem o recurso em caixa, a universidade teve de segurar as pontas porque o recurso é um processo burocrático muito grande, tinha de ter contrato, o contrato tinha de ser publicado, tinha de passar pela PGE, menina era uma loucura e isso foi o grande problema do projeto porque o que era para começar, não podia começar nada que não tivesse oficialmente autorizado [...] Aí o programa que supostamente deveria começar em março começou a começar em maio, em junho, teve ano que começamos em agosto. (MARIA, 2022)

Então, ainda que a universidade tenha todos os gastos, tudo estabelecido, mas isso facilita muito a nossa vida porque o que a gente busca é realizar aquele programa e muitas vezes a contrapartida da universidade termina sendo grande. Nos momentos presenciais, por exemplo, então você usa a estrutura da universidade, você usa transporte da universidade, você utiliza coisas da universidade, restaurante, etc. e nem tudo termina sendo coberto pelo Universidade para Todos. (ANTÔNIA, 2022)

Nesse sentido, a análise das entrevistas realizadas com as representantes das universidades demonstram que há também uma pressão no interior das IES, representadas pelos coordenadores do UPT, para a viabilização do início das ações do programa.

[...] o poder público, ele tem um limite, uma régua que às vezes, às vezes não, as pessoas não entendem [...] eu fiz questão de ir para SEFAZ⁸, de conhecer quando tem as coisas, então eu digo “eu quero ir, eu tenho que falar lá para o povo, o homem que vai liberar o dinheiro” e quando tem época de contingenciamento eu tenho que falar com ele, dizer a ele que é diferente, que eu estou com um monitor que é estudante, ele vive desse dinheiro, ele espera [...] ele não entra em outro programa para ser bolsista porque ele sabe que a gente vai pagar em dia, então a gente sabe que esse dinheiro, ele não pode demorar, ele tem que estar lá no final do dia certinho, então são vários desafios, de quem está em gestão. (LUZIA, 2022)

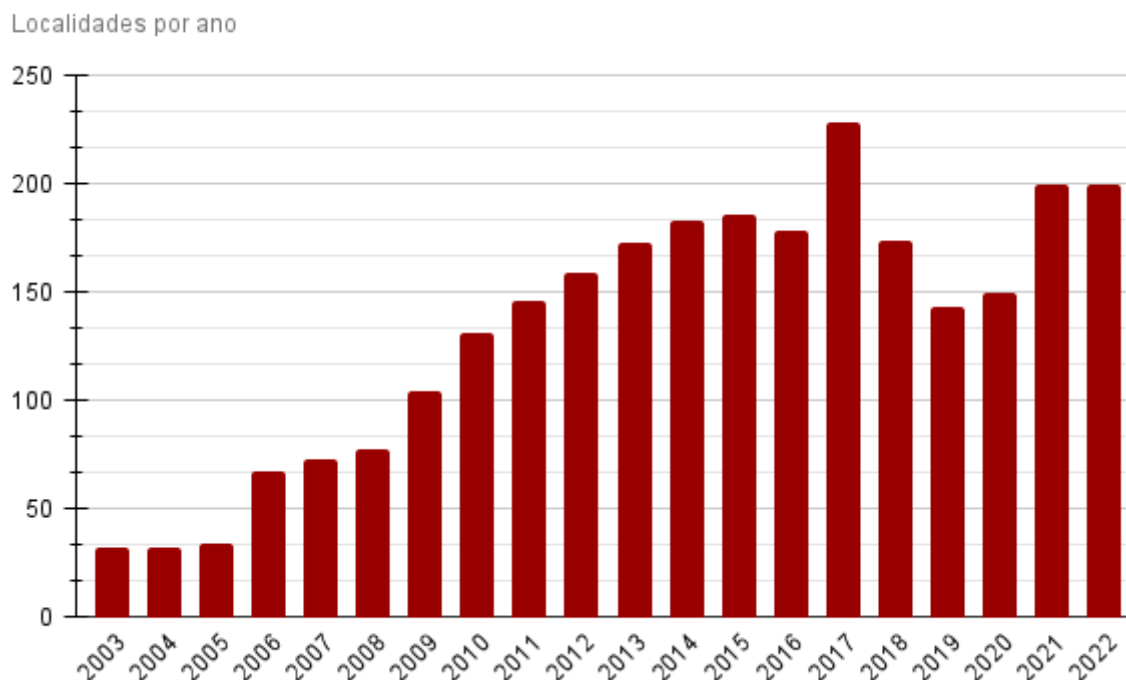
Outro elemento importante para descrever como ocorre a execução financeira do Programa Universidade Para Todos é justificar o repasse por universidade, ainda que já tenhamos explicitado que o Plano de Trabalho é feito pelas universidades, em diálogo com a coordenação geral do UPT, e que há uma flexibilidade relativa na composição dos itens do Plano de Trabalho, como se trata de um programa que acontece em parceria com cinco universidades estaduais, faz-se importante também justificar o fato de que cada uma das cinco recebe um quantitativo de dinheiro para viabilização do programa:

[...] Então a gente recebe esse valor já estabelecido pelo Fundo, quando chega na nossa coordenação, a gente vai sentar com as universidades e vai verificar o número de... quantos municípios nós temos hoje? Quantos órgãos já chegaram? Vai manter os mesmos municípios do ano passado? Como é que a gente vai fazer essa distribuição? E a gente pega esse valor e tenta fazer proporcional ao número de vagas. Hoje, para você ter ideia, o Universidade para Todos está em torno de 10 milhões, para 2022. Então desses 10 milhões, 9 milhões a gente vai descentralizar para a operacionalização do Universidade para Todos nas 5 universidades públicas. A gente pega esses 9 milhões e faz uma quantia proporcional de acordo com o número de vagas, com demandas que forem surgindo. A maior fatia hoje, até porque é a maior universidade do Norte e Nordeste e está em todos os territórios de identidade, hoje é a UNEB, então não tem como ser a fatia dela a menor, tem que ser uma fatia considerável, proporcional a demanda que ela tem. (DULCE, 2022)

Portanto, a universidade que possui mais capilaridade no estado e, conseqüentemente, mais turmas do Universidade Para Todos espalhada pelo território baiano, é a que tem um maior percentual na divisão do recurso entre as IES.

A despeito da localidade de funcionamento, com exceção dos anos de 2016, 2018 e 2019, em todos os outros anos, o número de localidades de funcionamento foi elevado mesmo com a decaída do número de vagas, conforme podemos observar na **Figura 1** – Localidades por ano.

⁸ SEFAZ é a sigla da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia que é o órgão central do poder executivo estadual que tem o objetivo de administrar os recursos financeiros do tesouro e viabilizar as políticas públicas estaduais. Fonte: sefaz.ba.gov.br/institucional/

Figura 1 – Localidades por ano.

Fonte: UPT/SEC. Elaboração da autora.

É possível supor a pretensão do Programa em alcançar, cada vez mais, um número maior de localidades e municípios, independentemente do número de vagas ofertadas. Vejamos os depoimentos acerca de como ocorre a implementação da ação nos municípios:

O que a gente percebe é que Universidade para Todos, ele é um programa que está tão concretizado na juventude, concretizado nos territórios, nos departamentos das universidades parceiras que basta um encaminhamento de um ofício solicitando a implementação e a necessidade da implementação do programa, a gente analisa as condições, considerando a operacionalização, a necessidade de alguns ajustes no que se refere a planejamento, mas todos os municípios que solicitaram o UPT, todos foram implementados ao longo desses 19 anos. Então apesar de ser... da gente vim de uma caminhada e de uma estrada de diferentes gestores, a gente percebe que o próprio programa ele criou o seu contexto, a própria juventude vai buscar. (DULCE, 2022)

Então, o trabalho com as prefeituras, os compromissos que são firmados com as prefeituras, tá certo? [...] nós éramos acho que uns 15 municípios que nós estabelecíamos essa relação de... eu vou chamar de sedução do secretário de educação, para que ele assumisse em compromissos de ter carro para levar os estudantes, de fomentar a necessidade dos estudantes do ensino médio irem fazer o curso Universidade para Todos, de ter carro para esses estudantes participarem de aulas que nós fizemos, de simulados, de várias atividades que nós fizemos dentro da Universidade. (BÁRBARA, 2022)

Vimos desta forma, uma possível justificativa para a expansão de localidades que ofertam o Programa pela facilidade de implementação do mesmo nos municípios, a partir principalmente da demanda por preparação para os vestibulares do mesmo. A capilaridade do UPT, portanto, depende da universidade que está presente naquele território, mas também, em condições materiais ora arcadas pelas próprias universidades ora pelos municípios. Vejamos mais depoimentos:

Só que alguns municípios muito próximos começaram a se interessar e procurar a universidade, que queria implantar. Aí minha filha, foi uma explosão de município, nós chegamos a ter 22 municípios que é assim, como o estado foi dividido por [...] Território de identidade. [...] Os prefeitos começaram a ver o movimento, aí começaram os municípios ter que colocar um ônibus para trazer esses estudantes para estudar, que já eram os estudantes que tinham tido até a universidade através do programa. Então o município via o resultado do programa porque você passa a ser aluno da universidade, você começa a cobrar do município, “olha, nós passamos agora precisamos do transporte”, entendeu? E isso deu uma visibilidade muito grande, é um programa que a dos outros municípios tiveram interesse. (MARIA, 2022)

Hoje são os meninos que pedem, a comunidade que pede, e assim, eu que acompanho, você tem município que o menino se inscreve, por exemplo... a gente já vivenciou isso, a gente já vivenciou o menino que é de um determinado município e eu tenho o UPT em outro município e ele faz “não, eu quero o UPT no meu município! não tem essa necessidade de sair daqui e estudar no Gandu não, eu quero, eu quero meu UPT aqui dentro”. Aí ele vai, briga, invade... eu já tive alunos que invadiram a Câmara de Vereadores – (DULCE, 2022)

Os depoimentos demonstram que a solicitação dos municípios via ofício e a garantia do traslado dos monitores, estudantes e coordenadores é a condição para implementação da ação. A manutenção dos compromissos firmados pelas prefeituras, especialmente, daqueles municípios que não possuem um pólo presencial da universidade é a garantia de traslado para os monitores ou a garantia de espaço fixo, por exemplo, vejamos mais depoimentos a respeito desta mesma temática:

A prefeitura implementa, indica uma pessoa para acompanhar e eu preciso trazer um monitor de Seabra para dar aula em Mulungu do Morro. Então eu preciso que essa rede colaborativa ela esteja bem orquestrada porque a gente vai precisar deslocar esse monitor de Seabra para vim a noite dar aula em Mulungu do Morro e voltar para Seabra. Então os ofícios vêm dos municípios do entorno do departamento e a gente tem que já ter dialogado com a prefeitura porque aí tem a infraestrutura adequada, a necessidade de traslado desse monitor para levar esse monitor para dar aula aos alunos. (DULCE, 2022)

Apesar das facilidades para implementação de turmas programa nos municípios, uma das entrevistadas ressalta que, por vezes, os acordos firmados pelos municípios no período de implementação das turmas não se efetiva e há percalços na sua continuidade, em especial, naquelas localidades que não são sede de uma das universidades parceiras. Vejamos:

Então a gente além de gerir a UPT do ponto de vista administrativo [...], a gente também tinha que estabelecer relações dentro dessas universidades [...] desses municípios. [...] Então, eram esses acordos que às vezes não funcionava muito bem, por conta da dinâmica do município, do tipo de política que se estabelecia lá, que às vezes, na verdade, desorganizava a proposta bonita de trabalho que nós colocávamos lá para o desenvolvimento da UPT a cada ano. (BÁRBARA, 2022)

Portanto, não se trata apenas da implementação da iniciativa, mas, deve-se sobretudo prezar pela sua continuidade. Com o depoimento acima podemos ver que os acordos realizados podem ser facilmente descontinuados, o que demonstra a ausência de termos formais de compromisso dos municípios para a implementação do UPT e aponta para uma necessidade de monitoramento da política para que as contrapartidas se mantenham e o programa possa, de fato, se efetivar naquela localidade.

Além da possibilidade de capilarização do programa nos municípios através das Secretarias Municipais de Educação ou da gestão municipal, vemos que há também um movimento de solicitação da sociedade civil para implementação do UPT. Contudo, a viabilização de transporte dos monitores, condição para implementar o programa nos municípios sem universidade-sede, por vezes, culmine na descontinuidade da iniciativa.

Como veremos adiante, os monitores das turmas do UPT também são considerados participantes da política. Quer para o órgão financiador da iniciativa, quer para o Decreto atual do programa quanto para os autores que, ao discutir o UPT na sua produção bibliográfica, citam a formação inicial dos monitores estudantes de graduação enquanto fator importante durante a execução do curso. Neste contexto, trazemos-os à discussão para a tela de apresentação do programa.

As aulas do curso são ministradas por, que são, preferencialmente, estudantes de graduação das instituições públicas estaduais orientados por um professor especialista, ambos selecionados através de edital específico feito pelas universidades parceiras. Contudo, há de se refletir acerca da formação, ainda incipiente destes monitores, visto que, os mesmos ainda não concluíram sua

formação em licenciatura. Mesmo com formação continuada, podemos inferir que o fato de não ter concluído a sua formação pode acarretar em prejuízos para o exercício da docência nas turmas do UPT. Ou ainda, significar que a preferência do programa em selecionar os estudantes ainda em formação inicial se justifique pelo valor da hora-aula disponibilizada para os monitores do programa, o que caracteriza uma possível precarização do trabalho docente.

Ou ainda, quando analisamos o título ora dado de “professores–monitores” pode convergir para um esvaziamento da formação de professores. Vejamos, se o cargo de monitor no programa pode ser ocupado não só por estudantes de licenciatura, mas também, por estudantes do bacharelado, pode-se questionar se a experiência docente é suficiente para formar o professor. Entretanto, este título é constantemente usado no âmbito bibliográfico, documental e das entrevistas.

No caso dos monitores, eles são remunerados pela hora-aula. No ato da inscrição o candidato seleciona o município, local e turno de realização do curso, bem como, insere dados pessoais, escolares e socioeconômicos. Já a disponibilização de vagas se efetiva a partir da solicitação dos municípios, coletivos e/ou instituições, desde que o município garanta o traslado dos monitores, no caso das localidades de oferta no interior.

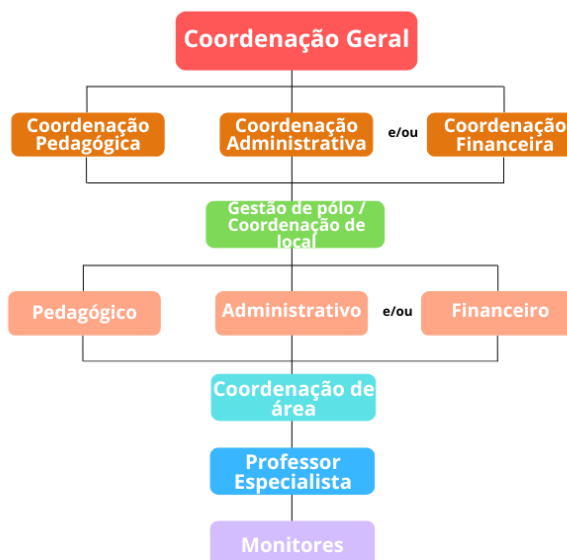
Outro elemento importante para compreendermos a execução do UPT nas universidades no que tange a seleção das equipes nas universidades, a inexistência de uma especificação legal para atuação nas funções do programa nas universidades abre brechas para que indicações sejam feitas no lugar da seleção através de edital. Vemos, que cada universidade dispõe de pessoal conforme a sua realidade e o recurso destinado para tal fim.

De um modo geral, há uma estrutura básica do UPT, sendo: **1) Coordenação geral** do programa na universidade composto por uma coordenação geral, uma coordenação pedagógica, uma coordenação administrativa e/ou financeira, depende do Plano de Trabalho elaborado pelas universidades em conjunto com a SEC. **2) Gestão de pólo** que pode ter seleção específica para gestão de pólo geral ou gestão de pólo pedagógica e administrativa e/ou financeira; **3) Coordenação de área**, no caso mesmo que o título da função se refira às áreas do conhecimento, a função de coordenação de área está vinculada também aos componentes curriculares e não à área do conhecimento Língua Portuguesa e Suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas e Suas Tecnologias; **4) Professor especialista**, aquele que vai selecionar, acompanhar e formar o professor monitor; **5) Professor monitor**, em que pese o aparato legal quanto à esta função, no Decreto Estadual anterior do programa os estudantes de graduação tinham preferência nos editais de seleção, contudo, no Decreto atual o perfil dos monitores é suprimido.

Vejam, na **Figura 2 – Organograma**, as funções existentes na estrutura do programa. Como já dito, a coordenação geral do programa nas universidades pode ser indicada ou por edital de seleção como é o caso da UEFS e da UESC. Em linhas gerais, todas as universidades contam com uma coordenação geral e na sua estrutura, uma coordenação pedagógica, administrativa e/ou financeira que, por sua vez, atende à primeira.

Figura 2 – Organograma



Fonte: Plano de Trabalho 2022. Elaboração da autora.

A gestão de pólo ou coordenação de local – caso da UESC por ser uma universidade *unicampi* –, pode ser constituída através dos seguintes critérios: onde se localizam os *campi* das universidades; por departamento; ou pelo quantitativo de municípios vinculados àquele pólo, em que para este critério, em específico, pode-se duplicar o quantitativo de pólos por *campi*/departamento como é o caso da UNEB, vejamos no depoimento:

[...] como a gente tem essa multicampia, a gente tem uma estrutura em cada departamento, não é nem em cada campus, é em cada departamento, porque eu tenho por exemplo em Juazeiro que eu tenho nos dois departamentos, então nós temos equipes em todos os departamentos, certo? [...] Cada polo, sede de um campus [...], eles têm as extensões que

são os municípios ou comunidades. Então pegando o exemplo de Bonfim, Bonfim na sede, na cidade de Bonfim, ele tem duas turmas a noite em uma escola e uma turma pela manhã, mas ele tem 8 municípios ligados ali [...] Então aquele núcleo de Bonfim, ele tem a sua autonomia com os seus monitores, com a sua equipe financeira, com a sua equipe administrativa e com a sua equipe pedagógica, coordenador pedagógico. Então em cada lugar nós temos isso. (LUZIA, 2022)

O *campi* de Jacobina, citado pela entrevistada, conta com apenas um departamento, e mesmo assim há dois pólos do UPT neste município campus/departamento. O que demonstra que outro fator preponderante para a composição dos pólos é também o quantitativo de municípios que o mesmo abrange.

Voltando para a estrutura de recursos humanos, na UEFS, por exemplo, há a diferenciação na caracterização dos gestores de pólo, sendo um com o perfil mais pedagógico e outro com perfil que dialoga com as funções administrativas. Seguido da Coordenação de área do conhecimento, professor especialista e de monitores. O protagonismo na gestão do programa foi enfatizado pelas entrevistadas, destacando especialmente a estrutura de recursos humanos nas universidades e pólos. Vejamos como ocorre a seleção das equipes:

As equipes, elas precisam ter vínculo com a universidade, a gente não abre mão disso. [...] Quem é o professor especialista? É aquele professor efetivo da universidade. A universidade abre o edital, aquele professor especialista que tem interesse em cuidar de um programa, em coordenar estudantes, ele se inscreve e ele é selecionado. Em algumas universidades isso pode acontecer também por indicação, isso não impede a universidade. (DULCE, 2022)

Além disso, a seleção da equipe para atuar nas ações do UPT estão previstas no orçamento destinado anualmente às universidades e compõe os Planos de Trabalho das mesmas, já apresentado nesta dissertação.

Eu estive no programa durante 13 anos, sempre na qualidade de coordenação. Antes era dividida em coordenação pedagógica [...] logo quando iniciou era a coordenação pedagógica e existia os coordenadores de área, certo? E uma coordenação administrativa. Com o passar do tempo, as coisas foram evoluindo e o financiamento começou a ser amplificado, então, nós fomos desmembrando também as funções para que ele ficasse mais fortalecido. Então passou a ter uma coordenação geral que cuidava do todo, uma coordenação pedagógica que cuidava somente do pedagógico e uma coordenação administrativa. (MARIA, 2022)

De um modo geral, apresentou-se o cenário de realização do programa Universidade Para Todos do ponto de vista da gestão da política, dos recursos investidos no programa, os critérios para investimento ao longo dos anos de

realização, a capilaridade do UPT, os monitores e a estrutura da equipe de execução da política.

A análise aqui realiza anuncia que a gestão do programa e o investimento e descentralizada financeira têm uma complexa característica por ter um investimento público, atenuado pela capilaridade, robustez e natureza da administração das ações e do recurso do programa. Contudo, o diálogo entre o órgão central e as universidades viabiliza a execução da ação de forma colegiada. O diálogo entre a secretaria e as universidades tem sido aperfeiçoado e tem acontecido, cada vez mais, sem dificuldade. Além disso, as universidades gozam de relativa autonomia para criação dos seus planos de trabalho conforme necessidade daquela instituição.

De igual forma para as formações dos monitores, a importância dos mesmos e a estrutura da equipe de execução da política em que as universidades gozam de relativa autonomia, seja para a consolidação da formação continuada dos monitores, seja, da equipe de execução da política nas universidades.

3.2 Olhares sobre o surgimento e Criação do UPT: "o crivo das pessoas de carne e osso, como vocês e eu".

Quanto à temática do surgimento da iniciativa do UPT enquanto política pública estadual, os trabalhos de Farias (2010), Sousa (2019) e Sousa e Nunes (2017b) indicam que o UPT foi criado a partir das experiências com cursos pré-vestibulares desenvolvidos por professores e estudantes da UNEB. Tais estudos revelam que já existiam iniciativas de cursos populares, vinculados a estudantes da UNEB e voltados para a preparação para o vestibular desta instituição, à época, única forma de ingresso nesta universidade.

Vieira (2007) acentua que toda e qualquer política se constitui através de demanda e crivo da sociedade civil e não por puro desejo do aparelho estatal, vejamos:

Um elemento a destacar nesta matéria refere-se ao entendimento equivocado de que a(s) política(s) se constitua(m) única e exclusivamente como iniciativa(s) advinda(s) do aparelho estatal. Como se a(s) política(s) estivesse(m) lá e nós cá. Como se não passasse(m) pelo crivo de pessoas de carne e osso, como vocês e eu. Sabemos que não é assim que as coisas se passam. Que não há um fosso incomensurável entre os formuladores e os executores de políticas. (VIEIRA, 2007, p. 57)

No contexto, os estudantes, em movimento de greve em todos os *campis* da instituição, realizaram paralisações e ocupações reivindicando melhorias nas universidades estaduais, e, naquela feita solicitaram cursos preparatórios para o acesso à educação superior à Secretaria e capilarização da iniciativa em outras universidades, não só a UNEB. (Farias, 2010)

Se para Farias (2010), em sua dissertação, a origem do UPT advém do curso Universidade na Comunidade (UNICOM) do município de Serrinha e embora, em sua dissertação, ela ainda cite o chamado Curso Alargando o Funil do município de Teixeira de Freitas, o qual que segundo a autora também teve sua representação no pleito. Para Sousa (2019), a criação do UPT advém de um curso pré vestibular social, também vinculado à UNEB, que acontecia no município de Guanambi.

Da mesma forma, uma das entrevistadas cita um curso preparatório para os vestibulares, tendo como ótica outra universidade:

Aqui, por exemplo, tinha o PRODESC [...], esqueci o nome [...] era um programa que um grupo de professores da própria universidade se colocou à disposição para criar um cursinho para um grupo de alunos que tinham interesse, entendeu? E a universidade absorveu esse projeto e começou a dar uma parte do financiamento. Quando surgiu o Universidade para Todos, então a universidade falou “então vamos ampliar esse cursinho”, que também era para poucos, entendeu? “Então vamos ampliar e aderir a esse programa do governo”. E foi realmente um divisor de águas, [...], um divisor de águas porque até o corredor da universidade começou a ter o um outro olhar, e começou a surgir outras pessoas com um outro estilo de vida, com outra realidade que não aquela que até então era de uma universidade elitista, entendeu? (MARIA, 2022)

Vemos que existem narrativas variadas sobre a criação do UPT, se Farias (2010) cita os CPV UNICOM e Alargando o Funil, Sousa (2019) traz o CPV Social do município de Guanambi enquanto iniciativa da qual o UPT têm a sua gênese. Contudo, o que há em comum é que o protagonismo dos estudantes das universidades estaduais e a ação dos cursos por eles gestados junto aos movimentos sociais precede a adesão da universidade ao programa governamental.

Com base nisso, pode-se afirmar que à época da sua criação uma diversidade de ações voltadas para a preparação para os vestibulares tinha destaque nas universidades, seja por parte de professores e/ou de estudantes. Se na literatura acadêmica, o início do UPT remonta a iniciativa dos estudantes e professores da UNEB em um contexto de reivindicação à SEC. Na análise documental o UPT tem origem a partir do Projeto Faz Universitário, e esse contexto político não aparece nos documentos analisados.

Barreto (2009) analisa o Projeto Faz Universitário a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Por sua vez, o trabalho tem o objetivo de analisar o Faz Universitário enquanto política pública de democratização de acesso e permanência à educação superior. Sendo o Faz Universitário projeto que viabiliza acesso e permanência a partir de duas ações: i) preparando para a universidade e ii) cursando a universidade, viabiliza preparação para os vestibulares e o ENEM (através do UPT) e bolsas de estudo em universidades particulares.

Na análise da autora, fica nítida a definição de políticas públicas enquanto dever do Estado a partir das demandas sociais. Barreto (2009) conclui sua análise apontando que o Faz Universitário, política pública de acesso e permanência na educação superior deve ser associado a outras políticas de assistência estudantil para garantir o acesso, permanência e conclusão dos cursos superiores.

Nesse sentido, é importante lembrar que existia uma conjuntura favorável para a criação tanto do Faz Universitário quanto da consolidação do UPT. Um aspecto a ser lembrado é que a UNEB foi a universidade pioneira nas ações institucionais voltadas para a reserva de vagas. Desde 2002, a UNEB já mantinha o sistema de cotas antes mesmo da implantação da lei de cotas no ensino superior, a instituição é vanguarda no estado da Bahia e nacionalmente (JESUS, 2014).

Então, o programa, ele surge em um momento político que o movimento estava todo em prol das classes menos favorecidas, então ele coincide com esse momento político. O primeiro ponto é esse, porque tem de ter o querer político. Então, o governador [...] Paulo Souto viu que o momento era propício porque as cobranças estavam surgindo, porque as universidades estavam cada dia mais elitistas e então houve um clamor na sociedade que essa classe menos favorecida também queria ter acesso às universidades. Aí o que aconteceu? A universidade aqui também, e eu acredito que as demais universidades também estavam vivendo esse momento de cobrança, de surgimento de cursinhos. (MARIA, 2022)

Portanto, vemos que ainda que criado em uma gestão governamental de um partido de oposição às gestões petistas que o seguiram, tanto os dois mandatos do governador Rui Costa quanto de Jaques Wagner, a política permanece e se capilariza ainda mais no estado da Bahia, com pouquíssimas alterações, como vimos no subcapítulo anterior. O que nos possibilita inferir que, de fato, há um contexto de elementos que proporcionou a permanência da política, em especial, o cenário de expansão das políticas de acesso e permanência na universidade no âmbito federal, que veremos mais adiante.

Ainda que à época, o contexto nacional e estadual favorável à criação de políticas de ação afirmativa tenha contribuído para a criação da iniciativa no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, o depoimento de Dulce (2022) evoca que havia pessoas contrárias à criação do programa, vejamos:

[...] o programa foi criado em 2003 caíram de pau, desculpe o termo, mas caíram em cima da gente, por que que o governo do estado da Bahia estava criando um cursinho pré-vestibular. Eu disse “mais que fala infeliz”, as maiores escolas particulares de Salvador o ensino médio para o menino com o curso pré-vestibular, por que a gente também não pode ofertar? Qual é o problema, gente? Qual é a dificuldade? Ninguém foi lá dizer que a escola particular tinha um ensino ruim, não dava conta, por isso que estava fazendo pré-vestibular. [...] Porquê que com o governo tinha que ser assim? Porque com o governo tinha que usar esse discurso? Não é? Então a gente teve que lutar muito, Rosa, para provar para essas pessoas que nós não estávamos fazendo nada de diferente que as grandes escolas potências de Salvador já faziam. (DULCE, 2022)

Vemos que, no âmbito da criação do programa, houve resistência à implementação do mesmo no órgão central. A entrevistada relata, por tanto, que mesmo com o lastro de efervescência dos movimentos sociais pleiteando democratização no acesso à educação superior, característica do final da década de 90 e início dos anos 2000, época de criação do programa na SEC.

Ainda que as entrevistas e a análise bibliográfica citem algumas das iniciativas de cursos preparatórios populares, decerto que havia uma diversidade de ações voltadas à preparação para o acesso à educação superior realizadas pela sociedade civil ou por movimentos organizados de professores e/ou estudantes das universidades. Atenuado pelo fato de que a época o ENEM não se constituía enquanto a principal forma de acesso à educação superior, e sim os exames vestibulares específicos das universidades, seja estadual ou federal. Ou seja, vemos que pelas iniciativas citadas, havia uma demanda de preparação para os exames vestibulares das universidades e, em paralelo, às iniciativas isoladas ou em conjunto para suprir essa demanda.

3.3 Organização pedagógica do UPT: as cobranças dos vestibulares e o lugar da preparação para a cidadania

Diante do panorama apresentado acerca do programa do ponto de vista do seu funcionamento, e da cena que revela iniciativas similares nas universidades,

dado o contexto da época é fundamental descrever também a organização pedagógica do UPT, especialmente, frente ao ensino médio público.

Os cursos pré-vestibulares, em especial, os populares – descritos mais à frente – foram fundamentais para o lastro dos movimentos sociais e reivindicações quanto ao direito de acesso à educação. A pesquisa demonstra que o Programa Universidade Para Todos, assim como outros pré-vestibulares criados à época, se insere para além da restrita preparação para os vestibulares. A organização pedagógica do UPT demonstra a presença da preparação para a cidadania nas ações do próprio programa, vejamos:

Então a coordenação pedagógica, ela tem essa autonomia de um planejamento de como vai se dar. Nós temos assim, que cumprir o mínimo de carga horária. Então o mínimo que o UPT determina são 600 horas, menos que isso nós não podemos oferecer. Podemos até oferecer mais, mas menos, não. Então a gente dentro dessas 600 horas exigidas pelo programa a gente tem autonomia de organizar as nossas aulas, as nossas atividades complementares para da melhor forma que a gente acha que deve acontecer a rotina pedagógica, o que deve ser dado em cada área, essa autonomia a gente tem. A forma de organizar as aulas. (CONCEIÇÃO, 2022)

Sousa (2019) relata as ações realizadas pelos monitores do programa, além das aulas com os conteúdos para os vestibulares na tentativa de atenuar a evasão e ofertar uma outra preparação para os estudantes como simulados, palestras sobre funcionamento das universidades, discussão de filmes, etc. Vejamos os depoimentos das entrevistadas quanto à intencionalidade e planejamento pedagógico do programa para além da condição estrita dos conteúdos, mas, visando uma formação mais ampla dos estudantes cursistas do UPT:

[...] não é simplesmente a formação, preparação para um ENEM, para o vestibular, quando você chega à comunidade a gente percebe que você tem a oportunidade de trabalhar a vida dessa pessoa, trabalhar a cidadania, trabalhar autoestima, e há uma relação de troca muitas vezes relação de trocas que que perpassam nesse processo formativo, os alunos têm acesso aos professores, fazem perguntas, discutem, perguntam outros temas e a gente sabe que isso também traz algo diferenciado para aquela comunidade, ou seja, o processo de extensão de conhecimentos, ele vai muito além, porque o objetivo básico do Universidade para Todos. (ANTÔNIA, 2022)

[...] a gente tem além das aulas regulares que são das disciplinas, das 11 disciplinas que são exigidas para o ENEM, nós temos uma série de outras atividades, porque a gente chama de atividades complementares. [...] Então a gente trabalha com a questão da filosofia e da sociologia, ela se dá através de encontros. Não eram encontros semanais como as disciplinas regulares, mas elas se davam com encontros mensais ou de um espaçamento às vezes até maior, dependendo do que era possível, mas elas acontecem. (CONCEIÇÃO, 2022)

Ainda quanto ao planejamento pedagógico das atividades do programa, podemos ver que durante a socialização das ações voltadas à preparação dos cursistas uma universidade usava como referência as ações formativas de outras:

Então a gente implantava o da outra universidade, e vice e versa, implantava o meu que eu criei, implantava o da UNEB, da UESB e nessa, tinha oficinas de ética, oficina de direito, nós pegávamos, por exemplo, o nosso foi mais focado na condição financeira, você usar... você aprender para reproduzir, para ter um recurso para ajudar dentro de casa, até te sustentar para você poder pegar o seu ônibus... [...]. Então por um momento nós pensamos isso, nós fazíamos oficinas, fazíamos muito o que nós chamávamos de orientação vocacional e nisso nós tratávamos esse aluno como cidadão... os problemas dele emocionais, os problemas de realidade, sabe? [...] Então foi uma saída que nós achamos, não foi 100%, mas deu uma mudada no modelo do programa. (MARIA, 2022)

Percebe-se, portanto, a importância não apenas da preparação para realização da prova, mas também, uma preparação no sentido mais subjetivo, quanto à preparação deste estudante até a realização dos vestibulares e do ENEM.

No sentido da diversificação das atividades formativas propiciadas para os cursistas, Silva, Nascimento e Pimenta (2019) endossam que o UPT se insere na preparação para os exames vestibulares, mas também propicia a participação em seminários, oficinas, simulados e orientação vocacional.

Agora, a gente tem de levar em conta que a dinâmica do UPT, como ele é desenvolvido, é tudo muito rápido, não dá para dar conta de tudo. Inclusive, nós fazíamos isso até no final do ano, nós fazíamos atividades de simulados com os alunos, aulões, e dentro desses aulões, tinham momentos de formação também, para esses estudantes. (BÁRBARA, 2022)

[...] para além do conceito de cidadania, de trabalhar a palavra cidadania, solidariedade, questões étnicorraciais, religiosidade, religião, você vive isso no dia a dia. O UPT tem esse diferencial. [...] Uma outra coisa que eu queria ressaltar, no UPT você tem as aulas de segunda a sexta feira e nós temos os projetos complementares. O que são esses projetos complementares? Aulões, simulados, revisão para o ENEM, revisão para vestibular, seminários temáticos, que a gente traz essas questões que você me trouxe, cidadania, religião, questões étnicorraciais, nos seminários também a gente discute isso. (DULCE, 2022)

Ainda que o programa só disponibilize módulos para serem usados como dispositivos metodológicos, vemos nas pesquisas acima citadas e em autores como Santos (2014), Farias (2010) Junior e Carneiro (2019) e Silva, Nascimento e Pimenta (2019) revelam que diversas são as estratégias usadas para diversificar a metodologia das aulas, assim como, ações voltadas para atenuar a evasão. Assim como a fim de promover um conhecimento quanto a vida acadêmica tanto no sentido

de apresentar as universidades, os campi, cursos, bolsas de permanência, lei de cotas, formas de ingresso e outras ações que se inserem não só na preparação para as áreas do conhecimento que as provas dos vestibulares e o ENEM exigem.

Sousa e Nunes (2017a) pesquisam egressos do UPT no município de Aracatu, entre 2013 e 2014, e indicam que manter os estudantes engajados é uma maneira de estimular a permanência dos estudantes no programa até a realização dos vestibulares. Vejamos como essa questão surgiu também nesta pesquisa:

[...] a gente tem que trabalhar autoestima, porque se esse garoto, ele não está realmente empoderado, ele dificilmente vai até o final do curso, dificilmente. Muitos não se inscrevem, muito não se inscreve para fazer o Enem. (MARIA, 2022)

Agora, a gente tem de levar em conta que a dinâmica do UPT, como ele é desenvolvido, é tudo muito rápido, não dá para dar conta de tudo. Inclusive, nós fazíamos isso até no final do ano, nós fazíamos atividades de simulados com os alunos, aulões, e dentro desses aulões, tinham momentos de formação também, para esses estudantes. Nós fizemos oficinas falando de relações raciais, eu não sei se... eu acho que falando de gênero, falamos de temas contemporâneos. (BÁRBARA, 2022)

As entrevistadas afirmam a necessidade de “trabalhar autoestima” e incluir no planejamento pedagógico do curso temáticas como relações raciais, gênero e o chamado pela entrevistada de “temas contemporâneos” dialoga diretamente com a proposta pedagógica dos cursos preparatórios populares. Os cursos populares traziam em seu cerne a preparação para a cidadania enquanto fundamental para a preparação do estudante para os exames de acesso e a mesma estratégia é usada pelas coordenadoras do programa. O que sinaliza para a formação a partir de uma educação contextualizada visando o acesso à educação superior.

3.4 As “pedras no meio do caminho”

“No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma pedra”
No meio do Caminho – Carlos Drummond de Andrade.

A metáfora da “pedra no meio do caminho”, à epígrafe deste tópico, refere-se aos aspectos considerados dificultadores para implementação do UPT, enquanto política de acesso à educação superior. O trabalho de Farias e Campos (2010) e a dissertação de Farias (2010) citam alguns elementos que interpelam a execução do

UPT como: a falta de um sistema informatizado para manutenção dos dados dos inscritos e dos cursistas, descontinuidade de turmas porque os municípios vizinhos não viabilizam o transporte para o município em que ocorre a iniciativa, além de interferência política são elementos citados pelas autoras.

Nesse sentido, Sousa (2019) em pesquisa com monitores do UPT no município de Aracatu, revela as críticas dos monitores quanto a defasagem do material didático, a falta de infraestrutura, cita também o valor de remuneração da hora-aula dos monitores ou ainda relatos de suspensão do transporte por prefeituras longínquas do lócus de oferta da aula presencial. De igual forma no artigo de Leal (2021):

No entanto, é possível identificar vários problemas citados pelos monitores, que vão desde a falta de interesses dos alunos, módulos desatualizados, baixa remuneração, salas com um quantitativo elevado de alunos e as dificuldades em trabalhar com as tecnologias digitais de informação e comunicação. (LEAL, 2021, p. 82)

No que tange a o valor da hora-aula dos monitores as entrevistadas também tecem críticas à permanência no valor recebido pelos monitores, além do repasse de recurso para os monitores não ser destinado também à carga horária de planejamento das aulas ministradas, vejamos:

A gente está pagando a mesma hora/aula de 5 anos atrás. Não dá, subiu a gasolina, a passagem do ônibus, essa [...] para mim, o grande ponto é esse ponto financeiro que a gente brigou muito, mas que [...] e a gente brigou muito, ia subir, ai ser modificado para R\$21,00 a hora/aula, aí teve a pandemia e teve o contingenciamento e volta tudo ao que era antes, e a gente teve que aceitar porque era o único programa que continuou na ativa, a gente conseguiu burlar o contingenciamento, mas o financeiro, a gente tem condição de ter um aporte financeiro maior para a gente fazer mais atividades, para esse monitor ser melhor remunerado, para que, por exemplo, eu tenho muita vontade de remunerar o horário de planejamento dele, entendeu? (LUZIA, 2022)

Um dos elementos citados por Farias (2010) enquanto um percalço na continuidade das ações realizadas podemos relacionar com o relato de uma das entrevistadas quanto à pressão para garantir número de estudantes matriculados no UPT, ainda que as aulas já estivessem no percurso, as coordenações gerais foram convidadas a realizar uma busca ativa com o objetivo de matricular mais estudantes, ainda que as atividades pedagógicas já estivessem em curso. Citado também na entrevista a seguir:

Nesse período remoto por exemplo, nesse período da pandemia, a gente ficou impressionado porque nós tivemos uma situação onde a Secretaria de Educação pediu que matriculasse mais alunos mesmo já estando praticamente no final do curso, então o que que nós fizemos, preparamos para ter aí 500 alunos em turmas especiais onde a gente faria primeiro aí uns dois meses de reforço, dois meses de intensivão porque esse aluno não tinha como acompanhar os outros que já estavam tanto tempo e depois desse intensivão a gente trazer os alunos para as aulas normais e aí montamos toda estrutura, preparamos tudo, preparamos uma recepção desse menino, preparamos toda recepção como se o programa tivesse começando naquele momento, fizemos todo um trabalho e aí com poucas semanas de 500 matriculados com poucas semanas né foi caindo, caindo, caindo para você chegar a 200. (MARIA, 2022)

Um outro elemento dificultador é o período de início do Programa, que varia de acordo com o tempo em que os processos de contratação das universidades, como discutido anteriormente. As entrevistadas elegem que o atraso para o início das ações do programa ocorre devido aos trâmites burocráticos do próprio estado.

O que seria mais interessante? Que você iniciasse o programa em março, março seria interessante, entretanto, o programa inicia é em junho aí passa ali 23 semanas, para, para o São João, e depois na verdade garra efetiva a partir de julho. [...] Seria bem mais interessante a gente pudesse pegar esse menino [...] que ele terminou o ensino médio, se ele já ingressasse no cursinho é uma coisa, mas ele já terminou o ensino médio, ficou um período sem nada e formar, um trabalho, de forma alguma coisa, sem esperança aquela coisa toda e tal, quando chega no meio de junho muitas vezes ele já começou outras atividades e aí para ele voltar para estudar não é tão simples e isso com toda a certeza ajuda a evasão. (ANTÔNIA, 2022)

Agora eu também acho que a gente tem alguns entraves também [...] eu acho que o programa, ele deve começar mais cedo, sabe? Eu acho que a gente precisa [...] Eu acho que a gente poderia tentar começar junto com o ano letivo da rede estadual, sabe? [...] Ter essa pegada, mas compreendo que mesmo sendo uma política tão reconhecida você precisa cuidar de algumas questões legais e administrativas. Então a gente precisa passar pelo PGE, precisa passar por SAEB, por SEFAZ, então esses processos, eles levam tempo para a tramitação, não é algo tão simples assim como a gente pensa, mas seria muito positivo se a gente começasse junto com a rede. Iniciou o ano letivo, o UPT iniciasse, eu acho que a gente ganharia muito com isso, muito. (DULCE, 2022)

Ainda que as datas de início do programa dependa dos processos de contratação, há também pressão dos segmentos, seja das coordenações gerais, seja por meio da citada Coordenação de Desenvolvimento da Educação Superior da Secretaria de Educação, vejamos:

Aí o programa que supostamente deveria começar em março começou a começar em maio, em junho, teve ano que começamos em agosto. Tudo por conta da burocracia. (MARIA, 2022)

Outro aspecto citado tanto no trabalho de Farias (2010) quanto nas entrevistas é a ausência de um sistema operacional próprio do programa. Ainda que

o sistema de inscrições tenha sido implementado a partir de 2014, como vimos anteriormente, os coordenadores gerais nas universidades relatam que os dados anuais de aprovação declarados para o órgão financiador não é fidedigno tendendo sempre a declarar um percentual inferior da real aprovação nos vestibulares, ao passo que não há um banco de dados para cômputo dos dados de aprovação.

É importante, o fundo que patrocina ele quer ver os resultados. [...] Os números. Resultado e números para ele é aprovação, então é importante, não tem como a gente fugir disso aí, agora assim, [...] na realidade a gente não consegue identificar todos, não consegue. Então assim, esse aluno, que ele entra no outro ano, às vezes, muitas vezes, a gente nem fica sabendo ou vai saber depois, e ele nem entrou no relatório. Eu costumo dizer assim, que a nossa taxa de aprovação sempre é maior do que aquela que a gente apresenta, sempre, porque por exemplo, o aluno que fez um Enem e colocou em outro estado, nós nunca vamos conferir as listas de outro estado. [...] Uma menina quilombola, ela está fazendo direito na universidade de Brasília aí pô, que massa e tal, sim, mas ela nunca entrou na nossa estatística, nunca entrou, a gente ficou sabendo depois que essa menina está lá em Brasília então ela não consta na estatística do UPT mas é um resultado do UPT. (ANTÔNIA, 2022)

Há ainda o caso dos estudantes que prestam vestibular em anos subsequentes à sua participação enquanto cursista no UPT, e podemos atribuir às contribuições do programa para a aprovação, ainda que em anos posteriores. Cada coordenação geral utiliza estratégias informais para que os estudantes matriculados, que estão em fase de prestar os exames de acesso, repassem os resultados obtidos por eles aos pólos em que estão vinculados.

[...] a gente solicitava desses coordenadores que eles acompanhassem os meninos, os estudantes e as estudantes, se eles foram aprovados, em que lugar eles foram aprovados, porque no final do ano a gente fazia... todo ano a gente fazia a reunião final da UPT, ainda temos fotos e coisa e tal, relatório que a gente demonstra quem foi aprovado, qual foi a cidade que tinha mais aprovados, se era Sapeaçu, se era Santo Antônio, se era em Amargosa, quais os cursos que esses estudantes eram aprovados. (BÁRBARA, 2022)

Apenas duas universidades que ainda utilizam exames vestibulares próprios, enquanto uma das formas de acesso à educação superior, é possível ter acesso público aos resultados dos estudantes. Algo que não ocorre no caso dos resultados do SISU e do PROUNI.

Continua sendo muito difícil essa busca pelos aprovados, porque assim, quando tinha o vestibular [...] Eu lembro... eu não estava nessa época, mas eu vi um movimento da equipe do programa na época em pegar cada lista de aprovados do da UEFS e tentar localizar ali aluno do UPT. Com o ENEM isso se tornou mais difícil e aí como é que a gente faz, na verdade, a gente nunca consegue esse dado fidedigno porque a nossa estratégia é realmente

tentar sensibilizar o nosso cursista a nos dar o retorno. (CONCEIÇÃO, 2022)

Para 2019 nós tivemos, nós ocupamos 50% das vagas na UNEB, fora a UFBA, fora não sei o que... dá UNEB, via vestibular, por quê? Porque primeira chamada, puxava... e foi muito bom sabe por que também? Porque a gente conseguiu dar ao gestor a lista de espera, porque o aluno não passa na primeira ele some, não vai ver se o site chamou na segunda, na terceira. (LUZIA, 2022)

Outro aspecto a ser lembrado no que tange ao acesso via vestibular das universidades é o fato de os estudantes cursistas com mais de 75% de presença nas aulas receberem isenção na inscrição. A isenção está prevista nos planos de trabalho das universidades que ainda possuem exames próprios.

Aí a gente conseguiu esses meninos que estavam ligados nessas universidades, no caso a UNEB e a UESB que tem processo seletivo, que tem taxa, que cobra taxa de inscrição para o vestibular, aquele menino no UPT que tivesse mais de 75% de presença, se frequência ali atuando, ele recebe a isenção. (DULCE, 2022)

E o vestibular não, porque quando abre a inscrição do vestibular, da isenção, ele está lá bem do nosso ladinho assistindo aula, então as escolas disponibilizam “olhe, venham, quem não se inscreveu ainda, sente aqui, faça aqui a sua inscrição”, aí há uma mobilização maior de poder acompanhar, fazer essa coisa toda. Eu sou defensora do vestibular forever, entendeu? [...] Embora sei que o ENEM é importantíssimo e a gente incentiva também, mas a minha realidade do UPT é a do vestibular, por toda a metodologia inclusive, do dia da prova que a gente mobiliza prefeituras, bota o ônibus... (LUZIA, 2022)

A análise bibliográfica revela também que a evasão é um aspecto dificultador no bojo do UPT, podendo ser citada mais fortemente nos trabalhos de Farias (2010), Oliveira (2016) e Silva, Nascimento e Pimenta (2019). Farias (2010) revela, por exemplo, que, com base em pesquisa feita com cursistas, a evasão se dá também por causa de questões referentes às condições concretas de sobrevivência. Podemos destacar a necessidade de trabalhar, ou aspectos como dificuldade em acompanhar as aulas, falta de subsídios para entender o conteúdo dos vestibulares, falta de merenda, dificuldade de acesso à escola, atraso da entrega dos módulos são fatores citados. Este problema também foi identificado nos depoimentos das entrevistadas, conforme pode ser observado, a seguir:

A gente ainda tem uma evasão grande [...] no Universidade para Todos, o menino começa com a gente com aquele gás, mas a gente sabe que a gente tem dificuldade para transporte, dificuldade para locomoção [...] É muito do... a maioria da nossa demanda, dos nossos estudantes, eles são egressos, então eles trabalham durante o dia e vão fazer o curso durante a noite, aí bate o cansaço, muitos são pais de família, sustentam famílias, então chegar o momento em que ele tem que fazer a opção, e muitos

desses fazem a opção por desistir porque não conseguem dar conta. – (DULCE, 2022)

[...] realmente a evasão é um grande problema, como eu te disse eu tenho... há 1 ano e 3 meses que eu estou na coordenação do programa, [...] a minha experiência foi toda nesse momento agora remoto, mas eu acompanhava e sabia que o programa tinha uma gravidade nessa questão da evasão. Mesmo no presencial isso era muito grave e no virtual ano passado a gente teve um problema sério também de evasão. (CONCEIÇÃO, 2022)

É, lá no nosso tempo, uma estratégia era a gente solicitar àqueles coordenadores das escolas que fossem atrás dos meninos e assim, dar mais versatilidade ao trabalho. Então, eu vou te chamar de sedutor, para que esses estudantes ficassem. Agora, a gente sabe que nós éramos reféns de um contexto histórico, de um contexto de muita vulnerabilidade social, às vezes, desses estudantes... estudante e trabalhador, que por conta do próprio cansaço, da falta de perspectiva, deixa esses lugares de formação, não porque ele quer, mas é porque ele está imerso naquela própria lógica que a sociedade produz, das exclusões. (BÁRBARA, 2022)

Sousa (2019) cita que a evasão no curso que é um fator recorrente nos CPV e no UPT não é diferente. Oliveira (2016) ressalta ainda a evasão enquanto fator dificultador, além de citar outras dificuldades na execução do projeto como localidades em que não tem recurso tecnológico e nem material de apoio pedagógico para atrair os estudantes. Da mesma forma quanto ao gerenciamento dos recursos financeiros ao passo que o pagamento da equipe pedagógica por vezes atrasa como também não há viabilização para aquisição de equipamentos e materiais de consumo e o transporte para deslocamento dos monitores e dos cursistas.

Diversos são os fenômenos atribuídos à evasão, seja ela inicial, quando o estudante se matricula e não frequenta, seja ela atribuída a fatores externos como festas populares nos municípios. Decerto que as universidades lançam mão de estratégias pedagógicas e de busca ativa para manter o estudante frequente nas aulas, conforme destacam as entrevistas, vejamos:

Eu acho que a evasão, que já foi muito maior, ela está bem menos, inclusive, o que mais me surpreendeu foi inclusive no período em que a gente chamou de UPT Digital, ela estava menor, mas é a da luta da sobrevivência mesmo, entendeu? Eu estou com muito medo desse período eleitoral, é o ano em que eu tenho mais medo de evasão no programa é no período eleitoral, por quê? “Vá segurar bandeira, não sei o que, vá ficar não sei para onde, vai fazer isso e fazer aquilo”, a própria sobrevivência. (LUZIA, 2022)

Sim, a gente tem algumas estratégias implementadas, como a busca dessas pessoas, a relação... cada sala tem um secretário de apoio, tem uma pessoa que trabalha, os municípios tem o seu coordenador municipal que são pessoas que trabalham mais diretamente relacionadas a esse cursista, então ele conhece pessoalmente, liga para essa pessoa, procura

ver o que está acontecendo e isso é importantíssimo porque o período de festa é um período que realmente a gente passa ali uma semana sem aparecer depois alguns deixam de aparecer. (ANTÔNIA, 2022)

Silva, Nascimento e Pimenta (2019) revelam que a evasão é um aspecto preocupante para a execução da política. Segundo os autores, a evasão é expressiva após o primeiro mês de execução do curso, como também em época posterior ao ENEM. E nesse sentido os autores relatam que com o fito de atenuar a evasão e fazer os estudantes se fidelizarem ao UPT elaborou-se uma proposta de intervenção através de projeto intitulado GIRO DE NOTÍCIAS que incorpora palestras motivacionais, workshop para apresentar profissões, balcão de sugestão de temas para discussão de prováveis temas da redação do ENEM. Para os autores, aliar a proposta do giro de notícias ao protagonismo juvenil no sentido ao propiciar diálogo com as culturas juvenis e fomentar sua vinculação com o projeto e consequente, como esperam os autores, permanência no UPT.

Voltando, portanto à epígrafe, podemos sintetizar didaticamente a existência das seguintes “pedras no meio do caminho”: 1) valor da hora-aula dos monitores; 2) pressão para garantir o número de matriculados; 3) atraso no repasse de recursos para as universidades; 4) ausência de um banco de dados único e próprio do programa para inserção dos estudantes aprovados; e 5) evasão, seja inicial, no percurso ou nos últimos meses que antecedem os exames de acesso.

3.5 Fatores considerados determinantes para a continuidade da política

Já analisadas as “pedras no meio do caminho”, os aspectos considerados determinantes para a continuidade do programa, podem ser sintetizados nas seguintes categorias: **1)** qualidade do programa; **2)** demanda de preparação que a escola básica não dá subsídio; **3)** empenho da secretaria, das universidades e dos monitores; **4)** atuação em comunidades tradicionais; **5)** permitir a extensão universitária e formação dos monitores; **6)** possibilitar que a universidade cumpra seu papel social através do desenvolvimento das regiões.

Aos que relacionam a continuidade do programa à qualidade do curso referem-se diretamente a uma demanda de preparação para os exames vestibulares que a escola básica não consegue suprir.

Eu acho que tem dois fatores. Um fator é a qualidade do programa. Eu acho que o programa UPT é um programa de qualidade, ele é um programa que as pessoas que passam por ele, seja na função de... como é servidor, como um professor monitor, ele sempre ganha muito com o programa. [...] E aí com isso existe ainda a necessidade do programa ter se mantido durante todo esse período e se mantém porque ainda existe demanda, no dia que deixar de existir a demanda, ele por si só, eu acho, que ele vai né deixar de existir. [...] Mas eu acho que ele se mantém para essas duas coisas, porque ele é um programa de qualidade e porque existe essa demanda efetiva para que ele exista no decorrer desses anos. (CONCEIÇÃO, 2022)

[...] eu acho que a vontade da nossa juventude é um, porque se não fosse, ele já tinha acabado. Eu acho que se a gente não tivesse demanda, o programa não teria dado continuidade, essa é uma questão. Eu acho que ele se fortaleceu tanto porque a cada ano ele se legitimou para a juventude. A juventude percebeu que se eu quero me preparar para entrar para a universidade, se eu quero ingressar na universidade, quem vai me ajudar? O UPT. Então eu acho que esse é um ponto, para mim, é a demanda, a gente em a juventude querendo o programa. (DULCE, 2022)

Enquanto o primeiro depoimento traz à tona tanto o fator da qualidade do UPT e a uma demanda de preparação que a escola básica pública não consegue suprir, o segundo depoimento coaduna com o aspecto da demanda para preparar para os exames vestibulares, mas com o recorte para a categoria etária das juventudes enquanto fator propulsor da permanência do programa ao longo desses 19 anos.

Ainda que os cursos pré-vestibulares tenham o objetivo de preparar para os exames, seja os conteúdos recorrentes e a simulação do ambiente de prova, por exemplo, é fato que eles devem reforçar os conteúdos aprendidos ao longo do ensino fundamental e do ensino médio. Contudo, como veremos no depoimento abaixo, por vezes, são esses pré-vestibulares a única forma de acesso a alguns dos conteúdos e literatura obrigatória para os vestibulares:

[...] mas o ideal é que essa demanda ela fosse mais estrita, que ela tivesse esse foco mesmo de intensificar os estudos e não é como às vezes a gente ainda vê ou como a gente ainda vê muito, que é estar tentando preparar, dar noções básicas ao aluno para enfrentar uma prova de vestibular. (CONCEIÇÃO, 2022)

Em quatro das seis entrevistas realizadas vemos que há também um protagonismo da Secretaria e das universidades para a continuidade do programa, seja o compreendendo enquanto ação que precisa ser continuada até atenuar os fatores de iniquidade para prestar os vestibulares, quanto a relação entre secretaria e universidades para gerir um programa que como consequência promove o fortalecimento da formação de professores, da extensão universitária e da capilaridade das universidades nos territórios de identidade – como veremos nos capítulos seguintes.

Então, primeiro lugar foi o olhar do estado para o programa, para a importância do programa, depois o olhar da equipe da CODES, a equipe da CODES para mim foi o mais importante de todo esse processo, e a percepção das universidades e encarar a realidade e querer mudar essa realidade, acreditando no programa, então, as universidades... esse diálogo, entre governo, através da CODES e universidade, esse diálogo foi o mais importante de tudo, foi o querer fazer. E a estrutura da universidade também foi muito importante, porque em muitos momentos a universidade teve de segurar o piano sozinho, então a estrutura, o olhar do Reitor para essa ação afirmativa, todos os reitores que passaram entenderam a importância – (CONCEIÇÃO, 2022)

[...] eu acho que essa é uma maneira como a equipe que gesta o UPT lá em Salvador, é aqui em Salvador, está perto de mim, conduz esse programa, porque eu acho que isso é um elemento fundamental, esse conhecimento que elas têm, o jogo de cintura que tem que ser feito para que aconteça. [...] E tem uma coisa, a cada quatro anos muda prefeito, muda secretário de educação, imagine? Então, a gente... eu acho que isso é determinante, essa condução da gestão de Salvador, está certo? É fundamental. (BÁRBARA, 2022)

Um outro elemento citado por uma das entrevistadas é o fato de a universidade cumprir o seu papel social através da promoção do desenvolvimento social para as regiões ao permitir a preparação de um público específico para acesso às universidades.

[...] acho que hoje deve estar chegando em torno de 200 municípios o Universidade para Todos ou próximo disso, ou seja, você está chegando em praticamente metade dos municípios do estado da Bahia e trazendo melhorias para esses municípios, trazendo novas possibilidades, novas esperanças para esse município com um custo que não é alto e então acho que esse é um dos fatores fundamentais para que o programa esteja continuando, para que programa esteja fortalecendo, para que tenha se transformado em lei não é transformado em lei esse resultado esse grande resultado que ele traz e o fato também que os governos atuais tem essa visão, a visão da necessidade da inclusão e o fato de permitir que a universidade pública seja inclusiva, ou seja, ajude a universidade pública cumprir o seu principal papel que é o de ser inclusiva. (ANTÔNIA, 2022)

Em relação às mudanças observadas ao longo dos anos, as entrevistadas não emitem juízo de valor a estas, ainda que uma das entrevistadas considere que muitas alterações foram feitas no programa, alterações estas que não aconteceram a contento da entrevistada.

Vimos que diversos são os fatores considerados determinantes para a continuidade do Programa Universidade Para Todos. De um modo geral, fatores trazidos enquanto determinantes devem compor quadro para avaliação desta política de ação afirmativa do governo do estado da Bahia. Tendo em vista também o tempo

de permanência da ação, os resultados gerados pela mesma e o contexto de acesso à educação superior atual.

4. POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: A INICIATIVA DOS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES E A RESERVA DE VAGAS

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais
 Já sofreram violência policial
 A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras
 Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros
 A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo
 Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente
 Capítulo 4, Versículo 3 – Racionais MC's – 1997

A epígrafe desta seção anuncia a discussão a ser realizada. Vemos na música do grupo de RAP Racionais MC's a narração dos anúncios de jornais do final da década de 90. A violência policial, o acesso às universidades e o genocídio são comunicados a partir de um recorte: os dados acometidos à população negra brasileira.

Coadunando com os objetivos desta pesquisa, analisamos as definições das políticas de ação afirmativa e a relação do programa Universidade Para Todos neste contexto. Sabemos que a educação superior é marcada por elitismo e forte exclusão. O número de vagas nas instituições superiores públicas e privadas foi alargado, porém, as dificuldades de acesso continuam. No cerne das discussões sobre a educação superior observamos que:

[...] desde a criação dos cursos superiores, a presença de estudantes pobres e negros se deu à revelia das instituições, ou seja, sem nenhuma ação que facilitasse [acesso,] sua permanência e a conclusão de seus cursos. (Portes e Sousa, 2013, p. 60, grifos nossos).

Os desafios impostos à estudantes/egressos de escolas públicas, pobres e negros se dá desde o acesso até a conclusão da graduação. Embora no cenário as políticas de ação afirmativa se insiram no bojo da tentativa de democratização do acesso à educação superior.

É fundamental lembrar ainda que o diploma superior se destaca diante de uma realidade de necessidade de qualificação e certificação para adentrar no mundo do trabalho com um pouco mais de remuneração. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em análise a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD–Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conclui-se que entre 2014 e 2017 o número de ocupados caiu em 1 milhão, principalmente dentre os trabalhadores com menor escolaridade. Ao mesmo tempo, a taxa de

ocupação cresceu entre os que têm maior escolaridade, ainda que, dentre estes, um aspecto a ser observado é a ocupação conforme a área de formação, bem como, a complexidade do cargo ocupado.

Nesse sentido, a posse de um diploma de nível superior é uma via de mobilidade socioeconômica e, portanto, a viabilização do acesso a este nível exprime uma possibilidade exponencial ao acesso a melhores condições sociais ao público aqui tratado: pessoas de escolas públicas, negras e pobres. (PIOVESAN, 2008, p. 894). Ainda que as discriminações raciais se mantenham, a possibilidade de ascender socioeconomicamente por essa população via educação deve ser uma possibilidade apresentada aos estudantes desde o início da sua vida escolar.

O acesso à educação superior se coloca para pessoas das camadas populares como uma via de ascensão qualificada, na qual através da educação e do diploma ocorre o “acúmulo de capitais necessários para manter ou conquistar novas posições sociais” (SILVA, 2003, p.152).

Santos, Cavalleiro, Barbosa, Ribeiro (2008) aponta para a importância da educação formal de qualidade em todos os níveis de ensino enquanto direito fundamental para a redução das desigualdades tendo em vista possibilitar que todos os grupos sociais possam desenvolver-se plenamente do ponto de vista intelectual, cultural, econômico e educacional. As autoras condições ruins de ensino e as discriminações enquanto fatores dificultadores para a competição nos exames vestibulares:

Nas últimas décadas nosso país passou a ter expansão da educação básica, e temos uma boa parte dos nossos estudantes concluindo-a. Todavia, considerando as péssimas condições de vida da maioria absoluta dos nossos estudantes, a (falta de) qualidade do ensino oferecido a eles, bem como o racismo, o sexismo, a homofobia, entre outras discriminações contra eles em nossas escolas, a competição por vagas em nossas melhores universidades, entre os estudantes de escolas públicas e os alunos mais ricos que estudam em escolas particulares, é muito desigual; mesmo assim, hoje, muitos de nossos estudantes de escolas públicas têm conseguido concluir o ensino médio. (SANTOS; CAVALLEIRO; BARBOSA; RIBEIRO, 2008, p. 914)

É neste contexto de iniquidade social e racial e denúncia da realidade da educação básica e das desigualdades na competição para os *rankings* dos vestibulares pelos movimentos sociais, em especial, o movimento negro, que se inaugura, no Brasil os debates acerca das políticas de ação afirmativa para a população negra.

Primeiro, é fundamental ter em vista que as políticas universalistas de democratização das vagas de acesso não são suficientes para reparar um passado desigual que atravessa a história do público aqui tratado. A política universalista é fundamental para promover o mínimo de direitos sociais, contudo, é a política focalizada que reconhece a diferença e atua para promover a igualdade de oportunidades e reparação. (Silva Filho, 2008)

Theodoro e Jaccoud (2005) no artigo intitulado Raça e Educação anunciam os limites das políticas universalistas tendo em vista o histórico de discriminações impostas às pessoas negras e as limitações que as políticas universalistas têm de, sozinhas, tentar reparar o passado e um presente de iniquidades, especialmente no mercado de trabalho e na educação:

Trata-se assim de uma tragédia em dois atos. Primeiro, os negros são discriminados nas escolas, nunca conseguindo apresentar indicadores que se aproximam dos dos brancos. Segundo, os negros são discriminados no mercado de trabalho, onde recebem menos que os brancos mesmo tendo escolaridade idêntica à deles. A percepção da existência de discriminação na escola e no mercado de trabalho delinea algo maior e mais complexo: o racismo brasileiro. Esse racismo, cuja presença ainda é tantas vezes negada, afronta diretamente o mito da democracia racial brasileira. Racismo perene que, ao mesmo tempo em que desconstrói o mito, serve de mote para a reconstrução de uma questão racial, recolocando o problema como área de ação do Estado. E, nessa perspectiva, sua especificidade engendra novos matizes para esta ação, pondo mesmo em questão os limites das políticas universais. (THEODORO e JACCOUD, p.110–111, 2005)

Os autores ainda defendem as ações afirmativas tendo em vista munir de subsídios suficientes em que o mérito possa de fato ser um critério de acesso. Os autores partem do princípio de que a população negra é prejudicada, seja no sistema educacional ou no mercado de trabalho em função de sua cor.

Cavalleiro e Henriques (2005) se integram à esta perspectiva e anunciam a necessidade de as políticas universalistas e focalizadas – chamadas pelos autores de “diferencialistas” – apontarem para uma política educacional pautada na luta antirracista:

O enfrentamento da desigualdade brasileira solicita uma política pública afirmativa que enfrente o desafio de integrar as perspectivas “universalistas” e “diferencialistas” na construção de uma política educacional anti-racista orientada pelos valores da diversidade e o direito à diferença (CAVALLEIRO e HENRIQUES, 2005).

Ações afirmativas são ações empreendidas pelo governo ou pela sociedade civil com o objetivo de garantir direitos sociais à sujeitos que foram historicamente

discriminados e conferir-lhe condições para acessar, com medos desigualdade, as esferas do emprego, da educação, saúde ou da política. (Silva Filho, 2008)

O público das ações afirmativas é composto majoritariamente por pessoas negras e mulheres, principalmente no âmbito do emprego e renda, da representação política e do acesso à educação, em especial, à educação superior, como vimos na referida política de reserva de vagas. (MOEHLECKE, P.199)

As ações afirmativas devem ter em vista, além do passado discriminatório arraigado socialmente, ações de transformação social visando criar um novo pano de fundo com pouco mais de equidade. (PIOVESAN, 2008, p. 890)

Gomes (2001) apud Silva Filho (2008) chama as ações afirmativas de discriminação legítima ou positiva ao passo que a mesma voga a em sentido contrário às discriminações, tendo em vista a reparação. Contudo, Sueli Carneiro (2002) ao refletir acerca dos avanços empreendidos pelo movimento negro tece uma crítica quanto à forma como o discurso político tem se construído em prol das relações étnico raciais e ações afirmativas sem, contudo, citar o protagonismo do mesmo. Como se o discurso político se firmasse apenas no querer político, e não na demanda dos movimentos sociais, do movimento negro, neste caso, para a criação de políticas públicas para as relações raciais.

As afirmações trazidas por Sueli Carneiro (2002) são ainda endossadas por Nilma Lino Gomes (2019) que destaca que o principal protagonista nas políticas de superação do racismo no Brasil inclusive das políticas afirmativas, é o movimento negro. A autora ainda ressalta o movimento quilombola, o movimento de mulheres negras e o movimento das juventudes enquanto fundamentais para instar o Estado brasileiro para as citadas políticas públicas e luta antirracista.

O Movimento Negro é composto de várias entidades, de coletivos, grupos e núcleos que dão sentido e significado às lutas antirracistas nacional e internacional. Ele é capaz de reordenar enunciados, articular lutas e desafios. Na sua organização, existem conflitos, contradições, consensos, dissensos, reconhecimento, construção de outros enunciados, ressignificação de palavras e atribuição de novos conceitos e a construção de outra gramática política para falar sobre as relações raciais, o racismo, a diáspora africana, a ancestralidade e a igualdade racial (Gomes, p. 143, 2019).

Santos, Cavalleiro, Barbosa e Ribeiro (2008) ressaltam que a urgência por políticas afirmativas e a inserção de estudantes negros e pobres na educação superior não só do ponto de vista do acesso, mas também tendo em vista a convivência em diversidade quando acessam. As autoras ressaltam outros pontos

que são consequência do acesso do público aqui citado na educação superior, sendo: rejeição dos preconceitos raciais, de classe e discriminatórios; formação de profissionais negros gerando outras referências sociais; democratiza os bens culturais produzidos pela humanidade além de melhorar objetivamente a qualidade de vida dos grupos sub representados

E não temos dúvida de que ela também ajudará a diminuir as desigualdades abismais que existem entre todos os demais grupos sociais e as mulheres negras, que são as mais discriminadas na sociedade brasileira, por serem negras e mulheres. (SANTOS, CAVALLEIRO, BARBOSA E RIBEIRO, 2008, p. 915)

Luiza Bairos, em entrevista ao programa Espelho, idealizado por Lázaro Ramos, ressalta que, um dos efeitos das ações afirmativas é um aumento na expectativa de possibilidade de ingresso nessas instituições, ao passo que se inserem dentro de uma perspectiva de reparação histórica. Por sua vez, Tomei (2005), ao analisar experiências das políticas de ação afirmativa em diferentes regiões do país, conclui que:

As experiências analisadas mostram que a discriminação racial não pode ser eliminada da noite para o dia e que as estruturas e atitudes sociais que perpetuam desvantagens e desigualdades ainda estão muito ativas, mesmo em instâncias onde leis antidiscriminatórias vigoram há décadas. Mas nos lugares onde o comprometimento político é forte e consistente, as leis de ação afirmativa tiveram impacto positivo sobre o emprego e os ganhos dos grupos étnicos/raciais em posição de subordinação, como é o caso da Malásia. Conclusão similar se aplica aos EUA, onde estudos mostram que o efeito da lei de discriminação racial sobre o emprego e os ganhos da população negra foi mais forte quando as medidas de ação afirmativa tiveram amplo apoio. Além disso, evidências empíricas mostram que, contrariando a visão dos economistas neoliberais, a competição e o mercado livre por si só não reduzem e nem eliminam a discriminação racial. Isso confirma a importância fundamental das leis antidiscriminatórias para diminuir a desigualdade associada à raça e etnia. (TOMEI, 2005, p.45-46)

Do ponto de vista jurídico, as políticas focalizadas, em especial, as políticas de ação afirmativa configuram um contexto longe de pacificação. Araújo (2020), por sua vez, ressalta que as políticas focalizadas, quando voltadas às pessoas brancas não causavam gerava tantas críticas da intelectualidade brasileira, quanto às políticas voltadas às pessoas negras.

Ainda que os esforços para acesso à educação superior pelo público aqui especificado sejam empreendidos a nível individual e coletivo, nenhuma política afirmativa poderá, no entanto, garantir justiça social efetiva em uma sociedade estruturalmente racista e classista. Especialmente, quanto à população negra em

uma sociedade marcadamente racista. Ainda assim, não se pode pormenorizar os impactos das políticas de ação afirmativa tendo em vista que estas “[...] se implementadas de modo adequado, podem ser um meio poderoso para a criação de sociedades mais justas e mais inclusivas em termos raciais e étnicos.” (TOMEI, 2005 p. 48)

Se analisarmos o contexto de dificuldade de acesso à educação superior por pessoas negras, pobres e de escolas públicas ainda na década de 90, é fundamental lembrar dos cursos pré-vestibulares populares. Diversas iniciativas denominadas pré-vestibulares comunitários, pré-vestibulares populares, quilombos educacionais dão início a experiências importantes que fizeram e fazem diferença na vida de jovens historicamente excluídos da educação superior que coletivamente tiveram algum tipo de rede de sociabilidade que os ajudaram a ingressar nessa etapa.

Tais iniciativas são destinadas a um público que faz parte das ditas minorias étnicas e sociais que não é a mesma que frequenta as escolas e os cursinhos preparatórios para a educação superior particulares.

Os cursos populares são reflexos da expansão da educação básica pública e consequente aumento da demanda por educação superior. Eles foram intensificados a partir da década de noventa do século passado e são fruto de demanda coletiva de iniciativa dos movimentos sociais e de coletivos voltados para reunir jovens de origem popular interessados em dar continuidade aos estudos, após a finalização do ensino médio, na educação superior. (Silva Filho, 2003; Farias, 2010)

O movimento dos cursos pré-vestibulares populares é concebido por Silva Filho (2003) enquanto um movimento social. O autor defende que os cursos populares se inseriram em uma agenda de luta pela democratização da educação superior e denúncia das iniquidades e do currículo hegemônico da educação básica.

Além da preparação para os exames vestibulares e para o ENEM, um outro caráter se coloca para os cursos preparatórios: a formação para a cidadania, a constituição de uma identidade negra positiva e a preparação para a vida universitária. Nesse ínterim, a preparação para a cidadania dos cursos pré-vestibulares populares se faz presente justificado pelo caráter excludente da educação superior, seja a nível objetivo ou subjetivo.

A maioria dos CPV populares tanto na Bahia quanto no Brasil eram ou são organizado pelo movimento negro, seja às entidades organizadas ou a coletivos de

peças negras em prol de uma inserção “quantitativa e qualitativa, por mais vagas e por uma educação diferente, com uma escola que não exclua pela discriminação nem pela falta de vagas” (SILVA FILHO, 2003, p. 31)

As políticas de ação afirmativa não se reduzem às conhecidas políticas de cotas, ou políticas de reserva de vagas. Mas, as políticas de reserva de vagas são, antes de tudo, políticas de ação afirmativa.

Além dos cursos pré-vestibulares populares e o Programa Universidade Para Todos, no caso da Bahia, no âmbito nacional, é fundamental citar a política de reserva de vagas promulgada há dez anos pela presidenta Dilma Rousseff a Lei Federal nº 12.711/2012, mais conhecida como lei de cotas, que dispõe sobre reserva de 50% das vagas, por curso e turno, para o ingresso nas universidades e institutos federais aos estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública, no caso das universidades e, o ensino fundamental em escolas públicas no caso do ensino médio técnico federal.

Associado ao recorte de ser oriundo de escola pública, estão dois fatores: **1)** 50% do total de vagas reservadas, é destinada aos estudantes com renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio; **2)** autodeclaração étnico racial – proporcional ao quantitativo de pretos, pardos, indígenas por unidade da federação de acordo com o censo do IBGE – e pessoas com deficiência tanto para os 50% com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio quanto nos 50% restantes dentro do recorte de estudantes de escolas públicas.

Em pesquisa realizada pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) a fim de levantar dados sobre assistência estudantil a nível federal foi possível traçar o perfil dos estudantes dos cursos de graduação presencial nas instituições federais que se consubstanciou na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018.

Não à toa, vemos na já mencionada pesquisa supracitada, realizada pelo FONAPRACE em parceria com a ANDIFES, uma mudança no retrato do acesso às universidades evidenciando não só as políticas de reserva de vagas para o acesso à educação superior, como também as necessárias políticas de permanência universitária, visto que, não só o acesso é um gargalo encontrado por estudantes de

escolas públicas, pobres e autodeclarados negros e indígenas, mas também, a permanência.

Nas pesquisas realizadas nos anos de 1996, 2003 e 2010, em relação ao perfil dos estudantes de graduação, aqueles que são oriundos das classes C, D e E, tiveram respectivamente o seguinte percentual de estudantes oriundos das classes C, D e E: 44,3%; 42,8% e 43,7%. As pesquisas iniciais se desdobraram em proposta feita pelo FONAPRACE/ANDIFES ao Ministério da Educação que, por sua vez, culminou na criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Por sua vez, a criação do PNAES é um marco na história das políticas afirmativas para a democratização do acesso e permanência na educação superior, ainda que nas federais, visto que, a assistência estudantil viabiliza a igualdade de oportunidades nesse nível de educação prioritariamente aos estudantes oriundos da rede pública e com renda *per capita* de até um salário mínimo conforme preconiza o Decreto nº 7.234/2010. (FONAPRACE, 2019)

A viabilização de mudança da fotografia da educação superior com vistas à sua democratização. É a partir deste marco que a pesquisa do ano 2018, aqui citada, demonstra: a educação superior brasileira hoje é marcada por mais mulheres, pessoas pretas, pardas e indígenas e com renda *per capita* de até um salário mínimo. (FONAPRACE, 2019).

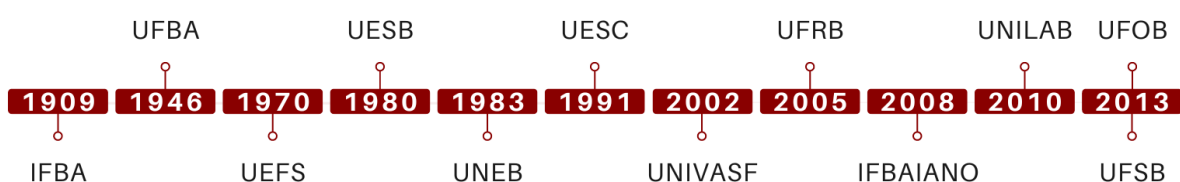
Portes e Sousa (2013) ressaltam que abrir as portas da universidade não é suficiente. Necessita-se de políticas de assistência estudantil para tentar garantir uma vivência universitária plena do ponto de vista material e cultural.

Santos (2011, p.72 – 73) pontua que a democratização do acesso à educação superior é exigente ao passo que questiona a universidade desde quem a frequenta aos conhecimentos transmitidos pela instituição. Assim, para o autor a universidade não só excluiu as ditas minorias sociais de acessar esse nível, como também, produz teoricamente sobre a inferioridade dos grupos excluídos. Santos e Menezes (2009) em Epistemologias do Sul trazem a ideia de epistemicídio, que é o desperdício de experiências outras senão a instituída pelo conhecimento epistemológico moderno sob a premissa de um mundo monocultural em detrimento da diversidade cultural, sendo essa outra face da exclusão. Há a vitimização letal do público aqui tratado como também dos modos de viver, incluindo oportunidades escassas de acesso à educação.

O contexto da educação superior mudou a nível nacional e estadual, dentre políticas de acesso e democratização. No âmbito estadual, vimos que a UNEB figurou protagonismo no contexto das ações institucionais universitárias voltadas à reserva de vagas na educação superior. É necessário lembrar que além do UPT, criado em 2003, podemos citar mais duas iniciativas da SEC voltadas para a educação superior: o Programa Mais Futuro (2015) programa de assistência estudantil para estudantes das universidades estaduais e o ENEM 100% criado em 2019.

O estado tem hoje doze instituições públicas que ofertam educação superior, entre federais, estaduais e interestaduais, são elas: a Universidade Federal da Bahia UFBA (1946), a Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS (1970), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB (1980), a Universidade do Estado da Bahia UNEB (1983), a Universidade Estadual de Santa Cruz UESC (1991), a Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF (2002), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB (2005), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro–Brasileira UNILAB (2010), a Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB (2013) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB (2013) além do Instituto Federal da Bahia IFBA (1909) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano IFBAIANO (2008) que mantêm cursos superiores. (Ver **Figura 3** – Universidades e Institutos de educação superior pública da Bahia).

Figura 3 – Universidades e Institutos de educação superior pública da Bahia



Elaboração da autora.

Desde a década de noventa do século passado, voltado ao acesso à educação superior intensificado nos anos 2000 a partir do fortalecimento das políticas de acesso à educação superior pública e privada e permanência, como

podemos ver: O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998; O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) em 1999; Além de ações posteriores como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) em 2004; Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007; o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2008; Sistema de Seleção Unificada (SISU) de 2009; Lei de Cotas no Ensino Superior em 2012 para citar exemplos de ações que se inserem no bojo das políticas de democratização, acesso e permanência para contextualizar a criação do UPT em 2003.

Henriques e Cavalleiro (2005) na tentativa de rememorar as iniciativas do Ministério da Educação voltadas aos princípios das ações afirmativas cita as seguintes iniciativas: 1) Inserir a Pluralidade Cultural enquanto tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1990; 2) o lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) que sinaliza a necessidade das políticas afirmativas em educação em 1996; 3) Publicação do livro *Superando o racismo na escola*, em 1999; 4) Realização da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância em 2001; 5) O projeto *Diversidade na Universidade* em 2002; 6) Promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas redes de ensino; 7) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; 8) Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em 2004.

De igual forma, Silva Filho (2008, p. 46–50), cita alguns exemplos de ações afirmativas nas políticas públicas criadas no início dos anos 2000 pelo governo federal: 1) Criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003; 2) Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) também em 2003; 3) Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); 4) Conferência Nacional da Igualdade Racial de 2005; 5) O Estatuto da Igualdade Racial; 6) A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 7) A realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; 8) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); 9) A lei 10.886/2004 que institui a violência doméstica no Código Penal; 10) A Secretaria Especial de Direitos Humanos com o

Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e de Promoção da Cidadania Homossexual.

Já Araújo (2020), reflete que é, exatamente a partir da pressão do movimento negro e de intelectuais negros e cita alguns órgãos importantes voltados à questão étnico-racial no país, são eles: 1) A criação da Fundação Cultural Palmares em 1988; 2) o Grupo de Trabalho Interministerial e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação; 3) criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD) em 2003; 4) a já citada SEPPIR, 5) o CNPIR. O autor ainda assinala para a tendência à extinção das políticas citadas, em especial no governo do presidente Jair Bolsonaro que já em 2019 extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a SEPIPR.

O Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e considerado por Dourado (2016) o epicentro das políticas educacionais, estipula metas para a educação brasileira, assim como, as estratégias para assegurar a execução da meta prevendo o princípio da qualidade. A meta 12 do PNE versa especificamente sobre a educação superior e tem o objetivo de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida da população de 18 a 24 anos para 30% até 2024.

Se observarmos no **Quadro 11** – Plano Nacional de Educação, desde o PNE de 2001 fala-se sobre a preparação para o acesso à educação superior através de políticas afirmativas para que dêem subsídios para participação de forma um pouco mais equitativa nos exames vestibulares.

Quadro 11 – Plano Nacional de Educação.

Plano Nacional	Educação Superior – preparação para os exames vestibulares
2001 – 2011	Objetivo 19: Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.
2014 – 2024	Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

	Estratégia 12.9: Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.
--	--

Fonte: Brasil (2001); Brasil (2014). Elaboração da autora.

O Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE), Lei Federal nº 13.559 de 11 de maio de 2016, vigente até 2026, também estipula metas decenais para a educação com base no PNE. Em se tratando de acesso, a meta 12 do PEE, homônima ao PNE, tem o objetivo de expandir a taxa líquida de matrícula na educação superior para atender 12% da população de 18 a 24 anos e atingir taxa bruta de 30% até 2025.

Quadro 12 – Plano Estadual de Educação.

Plano Estadual	Meta Educação Superior – preparação para os exames vestibulares
2006 – 2016	<p>Objetivo 2: Expandir as vagas nas instituições públicas.</p> <p>Meta: Dar continuidade a programas que visem à preparação do aluno ou egresso do ensino médio da escola pública para ingressar na educação superior.</p>
2016 – 2026	<p>Meta 12: Focalizar o crescimento gradativo da taxa líquida de matrícula na Educação Superior, a partir da vigência deste PEE – BA, de maneira que se atinja a taxa de 12% (doze por cento) em relação à população estimada de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade no ano de 2025, contribuindo para equilibrar a meta nacional e, do mesmo modo, concentrar esforços para que a taxa bruta de matrícula se situe em torno de 30% (trinta por cento) nesse mesmo ano.</p> <p>Estratégia 12.7: Fomentar programas que assegurem maior participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, mediante a adoção de políticas afirmativas.</p>

Fonte: Bahia (2006); Bahia (2016). Elaboração da autora.

Em se tratando de uma política do governo do estado da Bahia, de igual forma, os Planos Estaduais ao tratar de Educação Superior, trazem a preparação para os vestibulares à discussão, seja nos objetivos ou nas estratégias como vimos nos quadros anteriores. (Ver **Quadro 12** – Plano Estadual de Educação)

Tanto a redação dos PNE quanto dos PEE aqui apresentados, que abarcam o íterim do ano de criação do UPT revelam a necessidade de dar condições para a competitividade nos exames vestibulares nas metas referentes ao acesso à educação superior sob a ótica das políticas afirmativas voltadas aos grupos historicamente desfavorecidos na educação superior como vemos nos dois quadros.

Por sua vez, esta última se configura enquanto ação anti discriminatória e reparatória tendo em vista, “[...] compensar, no presente, determinados segmentos sociais pelos obstáculos que seus membros enfrentam por motivo da discriminação e marginalização no passado.” (SANTO; SANTOS; SAMPAIO; 2013, p. 202).

Vimos, portanto, o lastro em que as políticas afirmativas foram criadas na esfera governamental, e ainda que as ações que assim podem ser definidas, não se restringem às políticas públicas e sim toda e qualquer iniciativa que tenha enquanto objetivo garantir a equidade em qualquer área, e aqui destacamos a área da educação, como é o caso desta pesquisa. Assim, com base nas características das políticas afirmativas e do objetivo geral desta dissertação, que é analisar o Programa Universidade Para Todos sob a ótica das políticas de ações afirmativas além das suas contribuições nas universidades parceiras, pode-se constatar que há um esvaziamento da discussão no âmbito da execução e definição desta política de acesso à educação superior do governo do estado.

Nos subcapítulos seguintes trouxemos o perfil do público atendido pelo programa a fim de consubstanciar a análise, em especial, com relação ao objetivo já descrito. Nesse bojo, nas páginas seguintes contextualizamos o público do UPT a partir das suas características socioeconômicas, de autodeclaração racial e histórico familiar de acesso à educação. Além, de trazermos à discussão as entrevistas realizadas com as coordenadoras da iniciativa sobre a temática, como também, o contexto de ensino médio público que desvela uma lacuna ainda existente nesta etapa e uma insuficiência do mesmo em dar subsídios aos estudantes concluintes desta etapa ou aos egressos, para acesso ao nível da educação superior.

4.1 Quem são @s inscritos no UPT?

Como vimos, para tratar a discussão sobre política(as) de ação afirmativa no UPT, é necessário especificar qual público atendido pelo Programa. Com base no sistema de inscrição do Programa Universidade Para Todos, foi possível realizar uma fotografia de quem são os estudantes concluintes e egressos da educação básica que pleiteiam uma vaga no UPT. Para tanto, tivemos acesso aos seguintes dados do relatório socioeconômico preenchido pelos inscritos: Autodeclaração racial; Renda familiar mensal *per capita*; Participação na renda; Formação da mãe; Formação do pai; Percentual de matriculados e egressos; Já participou do UPT?

Não foi possível, no entanto, trazer os dados da autodeclaração de gênero e a idade dos inscritos, pois o sistema ainda não os disponibiliza. Há ainda que fazer um outro adendo, o sistema de inscrição foi implementado há menos de 10 anos, e por isso somente os dados dos anos de 2014 a 2022 estão disponíveis para a análise.

Os dados referentes à autodeclaração racial revelam que mais de 80% dos inscritos são pessoas negras, se tomamos como base a referência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na qual pessoas pretas e pardas são consideradas negras. Ainda que no item referente à esta questão a tenha a categoria “negra” enquanto opção para resposta. (Ver **Quadro 13** – Autodeclaração racial dos inscritos)

Quadro 13 – Autodeclaração étnicorracial dos inscritos

Cor / Raça	TOTAL
Parda	51%
Negra ⁹	34%
Branca	11%
Amarela	3%
Indígena	1%

Elaboração própria. Fonte: Sistema de Inscrição.

Quando observados os dados de renda, tendo como referência o salário mínimo, pelo menos, 97% estão na faixa de renda de até três salários mínimos, como mostra o **Quadro 14** – Renda. Ou seja, quase todos os inscritos no programa pertencem às camadas populares.

Quadro 14 – Renda¹⁰

ANO	TOTAL
Até 1 salário	70%
De 1 a 3 salários	27%
De 3 a 5 salários	2%

Elaboração própria. Fonte: Sistema de Inscrição

⁹ Ainda que sigamos a caracterização do IBGE quanto à autodeclaração racial, o sistema do programa traz as categorias “negro” – no lugar de preto – e “pardo” de forma distinta no momento da inscrição, por isso, o mantivemos no quadro. Contudo, para fins de análise, aglutinamos as categorias “negro” e “pardo” enquanto negros.

¹⁰ O percentual de declarantes para a faixa de renda de 5 a 10 salários mínimos é inferior a 0,25 (68 pessoas). Assim como a faixa de mais de 10 salários mínimos, não ultrapassou 0,08 (30 pessoas) de declarantes, e por isso, não compuseram o Quadro.

Outro dado fundamental nas discussões acerca da elevação da escolarização diz respeito também às condições materiais de existência. Esse estudante que está se preparando para competir com menos desigualdade nos exames, por vezes se dedica a uma dupla jornada entre estudo e trabalho, o que se configura como mais uma barreira nas tentativas de acesso à educação superior. Se mulheres, há ainda um outro agravante, os afazeres domésticos. No **Quadro 15** – Participação na renda, os percentuais de participação ou não na renda da família.

Quadro 15 – Participação na renda

Condição	Percentual
Não trabalho e recebo ajuda financeira	71%
Trabalho e contribuo parcialmente	16%
Trabalho e sou responsável pelo sustento da família	6%
Trabalho e não recebo ajuda financeira	4%
Trabalho e recebo ajuda financeira	2%

Fonte: Sistema de Inscrição. Elaboração da autora

Contudo, 71% dos inscritos não trabalham, ainda que 69% já tenha concluído o ensino médio (Ver **Quadro 16** – Percentual de matriculados e egressos).

Quadro 16 – Percentual de matriculados e egressos

Condição	Percentual
Egressos	69%
Matriculados	31%

Fonte: Sistema de Inscrição. Elaboração da autora.

O sistema de inscrição do programa gera dados desde 2014 e no relatório extraído deste ano já havia um percentual de estudantes matriculados na rede se inscrevendo para participar do programa, ainda que o público, segundo o Decreto, tenha sido, até o ano de 2017 constituído apenas por egressos. É em 2017 que se edita o Decreto para contemplar o público matriculado no último ano do ensino médio da educação pública.

Mesmo tendo como público os egressos da rede pública e matriculados no último ano do ensino médio, vê-se que poucos são os estudantes concluintes do

ensino médio que se inscrevem para participar da iniciativa. Ainda que seja um programa da Secretaria Estadual da Educação e a esta caiba a oferta prioritária da etapa do ensino médio, de acordo com a LDB.

Vê-se a necessidade de realizar políticas integradas ou ainda divulgar os programas e projetos da secretaria aos estudantes concluintes do ensino médio, em especial aos de preparação e ação afirmativa no nível da educação superior, a exemplo: ENEM 100%, UPT e Mais Futuro. Como existem outras políticas do governo estadual compondo a política estadual de educação superior, o sistema estadual de ensino deve convergir e adequar-se a estes programas e projetos.

Outro elemento importante para contextualizar o público que se inscreve no programa, é a formação da família nuclear (mãe e pai), elemento fundamental nas discussões sobre elevação da escolarização para o público que não possui histórico familiar de conclusão da educação escolar nos escritos da sociologia da educação.

Os trabalhos de Farias, Campos (2010), Farias (2010), Capanema e Pimentel (2011), Santos (2014), Teixeira (2018), Sousa (2019) versam sobre o acesso à educação superior pela população historicamente excluída deste nível, público do UPT. Enquanto alguns falam sobre o histórico excludente da educação superior, outros falam dissertam especificamente sobre as recentes políticas de acesso e democratização da educação superior, as quais, figuram pano de fundo também para a criação do UPT enquanto ação dentro da política de democratização do acesso à educação superior no estado da Bahia.

Por exemplo, Capanema e Pimentel (2011) em pesquisa para discutir a importância do UPT no município de Barreiras versam sobre a relevância do UPT para a elevação da escolarização pela população historicamente excluída da educação superior e relaciona ainda com a função social da educação na mobilidade social e redução das desigualdades.

Voltando à análise do perfil dos estudantes, quando perguntados sobre a formação da mãe, as opções declaradas por ordem decrescente são: 1º grau incompleto; 2º grau completo; Não alfabetizada; Superior Completo e 1º grau completo com o mesmo percentual; 2º grau incompleto; e por último, Superior incompleto. Sendo 1º grau o atual ensino fundamental (completo e incompleto) perfazendo um total de 39% de declarantes, 2º grau conhecido como ensino médio (completo e incompleto) com 34%, pessoas não alfabetizadas com 15%, e ensino superior (completo e incompleto) 12%. (Ver **Quadro 17** – Formação da mãe).

Quadro 17 – Formação da mãe

ITEM	TOTAL
Não alfabetizada	15%
1º grau incompleto	31%
1º grau completo	8%
2º grau incompleto	7%
2º grau completo	27%
Superior incompleto	4%
Superior completo	8%

Fonte: Sistema de Inscrição. Elaboração da autora.

Quanto à formação do pai, as opções declaradas por ordem decrescente são: 1º grau incompleto; Não alfabetizados; 2º grau completo; 1º grau completo; e Superior incompleto e Superior completo em última instância e com o mesmo percentual. Se observamos as categorias 1º grau (fundamental completo e incompleto) 46%, 2º grau (médio completo e incompleto) 26%, Não alfabetizados 21% e ensino superior 8%. (Ver **Quadro 18 – Formação do pai**)

Quadro 18 – Formação do pai

ITEM	TOTAL
Não alfabetizado	21%
1º grau incompleto	37%
1º grau completo	9%
2º grau incompleto	7%
2º grau completo	19%
Superior incompleto	4%
Superior completo	4%

Fonte: Sistema de Inscrição. Elaboração da autora

No ato da inscrição, quando perguntados se já participaram do UPT, apenas 15% do público declara que já participou do programa alguma vez. Não há impedimento legal quanto à participação no UPT mais de uma vez, ainda que esta questão pudesse compor a base de seleção dos cursistas, além das médias em português e matemática. (Ver **Quadro 19 – Já participou do UPT?**)

Quadro 19 – Já participou do UPT?

ANO	TOTAL
SIM	15%
NÃO	85%

Fonte: Sistema de Inscrição. Elaboração da autora.

4.2 UPT sob a ótica das ações afirmativas

A dissertação de Farias (2010) endossa que o UPT atende a um público que ao longo da trajetória de escolarização enfrentou condições adversas para conclusão e acesso ao conteúdo da educação básica. Para a autora, assim como para as discussões sobre a sociologia da educação, os exames vestibulares colocam quem tem estímulos voltados à preparação para a educação superior e os que não o tiveram no mesmo patamar. Segundo Farias (2010), esse é um outro fator que insere o UPT enquanto política de ação afirmativa no âmbito de dar condições para tentar diminuir as dificuldades para acesso à educação superior, ao oferecer preparação para os exames vestibulares.

Para Angelim, Wanderley, Angelim e Castro (2017) o UPT é uma política de ação afirmativa para o público historicamente excluído da educação superior, além de se constituir enquanto um projeto de extensão robusto no âmbito das universidades estaduais. O artigo aponta ainda a contribuição do UPT no sentido objetivo de acesso à educação superior e também no sentido subjetivo, ao passo que, segundo os autores, os cursistas sentem-se mais valorizados enquanto sujeitos por ter um aumento na autoestima fruto de maior expectativa de futuro. Outro ponto a se levantar é o diálogo com os movimentos sociais dada a expansão e capilaridade do upt, para a construção de políticas afirmativas de combate à pobreza e desigualdades alcançando comunidades indígenas, quilombolas e LGBTQIA+, por exemplo.

Fernandes, Souza e Sacramento (2019) consideram

O UPT é prova dessa possibilidade, quando garante, entre outras vitórias, a confirmação de que as ações afirmativas devem ser interpretadas de forma mais ampla no tocante a garantia de uma participação global, pois essas ações não devem ser encaradas como benefícios a um determinado grupo em detrimento de outro, mas a uma política que se faz necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos não asseverados. (ANGELIM; JAMBEIRO; ROCHA, 2017 apud FERNANDES; SOUZA; SACRAMENTO, 2019).

De igual forma para o artigo de Santos e Rios (2018, p.10):

Assim, o Projeto UPT, se tornou uma política afirmativa, de cunho social, fundamentada no princípio da igualdade de oportunidades para um grupo de alunos oriundos de escolas, destinadas na preparação dos estudantes para o vestibular, assegurada o direito social por meio da educação. (SANTOS; RIOS; 2018, p. 10)

As entrevistas definem o programa enquanto uma política de ação afirmativa pelo público que o UPT atende:

Então a ação, a política de ação é qualquer política que a gente produz para dirimir as desigualdades de um grupo em relação ao outro. Então quando o UPT se propõe a destinar para um aluno da escola pública, que veio da escola pública, do ensino fundamental ao ensino médio, do estado da Bahia, que ele tenha uma formação para ele entrar na universidade, ele está fazendo uma política de diminuição das desigualdades que tem a desvantagem que esse aluno formado na escola pública tem. (BÁRBARA, 2022)

Por outro lado, uma das entrevistadas ressalta a necessidade de preparação da equipe acerca da temática das ações afirmativas pela própria natureza do programa, e ainda cita a seleção para monitores do UPT também poderia funcionar a partir de reserva de vagas em se tratando da bolsa que os monitores recebem.

Mas assim, eu acho que ele é um programa de ações afirmativas, na medida em que ele é uma política pública que tenta possibilitar que, alunos no caso, com baixa renda, na sua grande maioria negros, esse acesso ao ingresso da universidade. Eu acho que nesse ponto, ele é sim. Agora, eu acho que a gente ainda precisa de uma forma geral, a própria Secretaria, a gente aprofundar nossos estudos em relação a essa questão das políticas de ações afirmativas, a questão dos próprios... seleção que acontece dos professores monitores, [...] talvez a gente precise avançar em relação a isso, tornar isso mais, uma ação mais de política afirmativa, para que a gente possa de fato dar acesso a ser bolsista do programa, de fato quem mais precisa. (CONCEIÇÃO, 2022)

A crítica trazida acima quanto à necessidade de a Secretaria da Educação a defesa do UPT enquanto ação afirmativa, uma das entrevistadas ressalta que essa conceituação do programa enquanto ação afirmativa se deu, não pela Secretaria mas sim por uma das coordenadoras gerais do programa. pode-se supor assim que o programa é definido timidamente enquanto ação afirmativa, não só pela preparação de estudantes de escolas públicas para acessar a educação superior, mas também pelas bolsas pagas aos monitores do programa.

Vemos assim que o UPT não foi concebido enquanto política de ação afirmativa, ainda que o objeto da política esteja bem definido, por inabilidade do

órgão central desde o início do programa. Se conceitualmente, o programa fosse tido enquanto ação afirmativa decerto que outros avanços neste sentido seriam empreendidos, a exemplo do estabelecimento de outros critérios de acesso ao UPT.

Então assim, primeiro eu quero falar que o programa Universidade para Todos é de suma importância enquanto política de ação afirmativa que esse é... eu até ser audaciosa, que esse foi um debate que eu trouxe lá, uma tensão que eu fiz “olha, o UPT é um política de ação afirmativa do Estado da Bahia”. Então é essa política de ação afirmativa que mesmo frente aos desarranjos do que é educação do Estado da Bahia do ponto de vista da formação do estudante, do ponto de vista de como essa educação acontece nos seus 417 municípios, o UPT vai ser essa política para tentar amenizar essas discrepâncias e essas distorções existentes. (BÁRBARA, 2022)

Uma das entrevistadas ressalta que, além de tentar atenuar as desigualdades e proporcionar o acesso à educação superior, o UPT possibilita também a formação para a cidadania enquanto um elemento que, para ela, se insere também nas ações afirmativas.

Entendo que demonstrar ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, tendo que demonstrar a Secretaria da Educação um resultado plausível em termos de estatística de aprovação, mas o nosso viés enquanto universidade parceira do Universidade para Todos não é... essa não é a nossa principal visão, a nossa principal visão realmente é trabalhar as questões afirmativas. Incluir, fortalecer, diminuir desigualdade, diminuir diferenças, trabalhar com respeito ao próximo, respeito ao outro, trabalhar para que a gente possa ajudar a formar pessoas que vão fazer a diferença na sociedade. Então isso aí é algo bem interessante e eu acho que são um dos grandes valores do projeto. (ANTÔNIA, 2022)

Outra entrevistada ressalta que o UPT possibilita também uma mudança na própria universidade, vejamos:

Então foi um crescimento para a universidade, muito grande, para a região também as pessoas poderem falar assim “poxa, na minha casa ninguém nunca pisou na porta da universidade a não ser como servente e hoje minha filha está lá dentro”. [...] E essas pessoas tiveram oportunidade de ver seus filhos entrando na universidade como estudante, então isso foi assim, uma coisa muito visível, foi um ponto muito positivo. Às vezes até alguns funcionários que ainda tinham interesse, se interessaram “vamos, eu quero fazer esse pré-vestibular, eu quero entrar na universidade, olha isso aí acontece mesmo, se minha filha conseguiu eu posso sabe”. Então realmente, foi uma coisa muito positiva, foi um programa. (MARIA, 2022)

Os aspectos subjetivos que têm ênfase com o trecho “se minha filha conseguiu, eu posso” se encontra na perspectiva defendida por Luiza Bairros, já trazida neste relatório no que tange a um dos efeitos das ações afirmativas enquanto aumento na expectativa de possibilidade de ingresso nessas instituições, pelas populações foco das políticas afirmativas. Vejamos outro depoimento nesse sentido:

E eu acho que tem uma coisa que é a esperança que move ainda o nosso povo, o nosso povo, o nosso estudante e aí esses estudantes que são na maioria negros e pobres ou das classes populares, ainda tem uma esperança de ter um chamado futuro melhor a partir da educação. Então essa esperança que às vezes move essas pessoas, move esses filhos de trabalhadores, esses estudantes negros e agora a gente passa os quilombolas também para eles irem para a sala de aula, e aí, houve ainda um professor monitor que é às vezes da mesma idade dele, e isso também seduz ele e diz que esse professor monitor, as vezes é do mesmo nível dele. (BÁRBARA, 2022)

Ou seja, temos o aspecto objetivo do ingresso, como também subjetivo, que dialoga diretamente com o universo simbólico do público. Quando voltamos à análise bibliográfica, como revelado no trabalho de Santos (2014) a partir de um relato de experiência que teve como objetivo tratar de uma roda de saberes e formação sobre acesso e permanência com os cursistas do UPT no município de Castro Alves, com o fito de diminuir as fronteiras existentes entre educação básica e educação superior, em especial a educação superior pública. A ação deveu-se ao fato de os cursistas desconhecerem as políticas de acesso e permanência, de cotas, de ação afirmativa, cursos ofertados, projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Outro elemento citado por duas das seis entrevistadas, quando perguntadas sobre ação afirmativa, deve-se ao fato do programa atender também ao público pertencente às comunidades tradicionais, que, para ambas, existe um peso qualitativo ao aprovar ainda que apenas um membro dessas comunidades.

Acho que é um programa de ação afirmativa em toda a sua essência, certo? Porque ele não está preocupado apenas com aquele aluno estar na sala de aula estudando, mas ele está preocupado com todo o contexto em que ele está envolvido. Então, quando a gente coloca uma turma no lugar [...] eu tenho uma turma em uma Aldeia Massacará [...] perto de Euclides da Cunha. É um lugar de vazio democrático, você passa pelo lugar e não tem ninguém, no meio da poeira, a estrada horrorosa, e tal [...] disseram “você só tem 15 alunos, lá vai dar prejuízo”, eu digo “não, não vai prejuízo, porque um aluno que entre, que dois e que três que passem, isso já vai ser uma revolução na aldeia” [...] Então, é uma ação afirmativa, o que eu acredito da ação afirmativa é você vislumbrar o crescimento do sujeito, da sua comunidade para além do quantitativo, certo? É você sentir que você pode fazer a diferença na vida daquelas pessoas, daquela comunidade, daquele povo. – (LUZIA, 2022)

Uma outra coisa que eu preciso registrar, Rosa, a questão das cotas na universidade, a gente tinha muita fragilidade, o UPT fortaleceu as cotas dentro da universidade porque se eu tinha cotas para indígenas, onde eu tinha um, dois indígenas ingressando, teve ano que eu tinha 6, 7, 12 indígenas ingressando porque fizeram o UPT. Eu tinha 5, 6 quilombolas, porque foram alunos do UPT e ingressaram na cota, então eu acho que esse foi o diferencial dos anos anteriores, sabe? Eu acho que até 2012 a gente estava muito tímido em algumas ações, em algumas questões, e hoje a gente está mais ousado, o UPT está mais ousado, o público atendido está

mais ousado, está querendo mais, está brigando mais, eu acho que esse é um ponto favorável para a gente. (DULCE, 2022)

Uma das entrevistadas declara que o UPT é sim uma política afirmativa e traz outro elemento para a análise, segundo a entrevistada, alguns estudantes que eram cursistas do programa acabam acessando a universidade e contribuindo com a política enquanto professor monitor:

Considero, e eu acho que é uma política... não, eu tenho certeza que é uma política afirmativa que dialoga com a educação básica e com a educação superior. [...] Eu começo com o menino do ensino médio, da educação básica, coloco esse menino dentro da universidade e ao colocar esse menino dentro da universidade, esse menino volta para o programa como monitor. Então eu volto a reforçar, o Universidade para Todos, ele é uma política que deu certo, é uma política de acesso e permanência e aí eu lhe digo, sendo assim, ela é uma política afirmativa de fato e de direito. (DULCE, 2022)

Podemos ver que diversos são os elementos trazidos pelas entrevistadas e pela análise bibliográfica que, além da preparação para competir de forma menos desigual nos exames de acesso à educação superior que coadunam com a revisão de literatura realizada sobre as ações afirmativas que as insere enquanto uma política de reparação, no caso do UPT da população historicamente excluída da educação superior. Além disso, as entrevistadas citam elementos que atenuam o caráter de ação afirmativa do programa quando: 1) prepara estudantes negros, pobres e de escolas públicas para acessar a educação superior; 2) atende ao público das comunidades tradicionais; 3) produz efeito subjetivo ao público das políticas de ação afirmativa e 4) atua na perspectiva de uma educação para a cidadania.

4.3 O que o UPT reflete do ensino médio público?

Como o UPT se trata de um curso pré vestibular, os autores Sousa, Nunes (2017a), Sousa, Nunes (2017b), Teixeira (2018) trazem à discussão a temática dos cursos pré-vestibulares, sobretudo a importância social que os pré-vestibulares sociais tiveram e têm no contexto de democratização do acesso à educação superior.

Sousa e Nunes (2017b) compreendem que os cursos pré-vestibulares populares têm protagonismo na sua atuação não apenas na preparação do grupo

excluído da educação superior, mas também com a formação política, reflexão crítica e luta por uma educação pública e de referência.

De igual forma Teixeira (2018) fala sobre a constituição dos pré-vestibulares populares e sua efervescência lá na década de 90, a partir de então, os pré-vestibulares populares foram tidos como movimentos sociais ao passo que denunciavam o currículo escolar, a iniquidade social e racial e pleiteava, entre outras coisas, políticas públicas voltadas ao público historicamente excluído da educação superior.

Sousa, Nunes (2017b) em seu trabalho, entrevistam dois professores do Pré Vestibular Social em Guanambi, também um projeto de extensão do campus da UNEB em Guanambi, o discurso dos entrevistados reforça o que a literatura revela acerca da educação básica pública que a mesma não prepara para o ingresso na universidade.

A ausência de preparação para os exames vestibulares aos estudantes de escolas públicas é um agravante, visto que, os estudantes de escolas privadas têm acesso a esta preparação para os exames, muitas vezes desde a primeira série do ensino médio. Ainda que a escola não deva se pautar pedagogicamente apenas nos exames, mas, é fundamental que os estudantes de escolas públicas também tenham acesso a uma preparação mais focada nos exames vestibulares.

Hoje no país, tem se notado uma grande discrepância de preparação dos alunos da rede pública de ensino, para com os alunos da rede privada. Isso se deve a vários fatores distintos, seja o fator socioeconômico, pois muitas vezes a condição familiar pode acabar dificultando o aluno de centrar-se nos estudos, tendo muitas vezes que trabalhar para que possa ajudar financeiramente em casa. Outro fator determinante é o nível de ensino e cobrança oferecido para alunos das redes públicas, que visando uma futura disputa de vagas, os alunos acabam se encontrando em desvantagem em relação aos alunos da rede particular. (SILVA; SANTOS; SANTOS; MUNIZ, 2018, p. 2)

Ainda que o ensino médio não deva ser centrado apenas nos exames vestibulares, é fundamental que os estudantes de escolas públicas sejam apresentados à educação superior enquanto um horizonte possível ao seu projeto de vida. Desde a existência de uma política de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, negros e pobres às políticas de permanência na educação superior.

Ninguém critica as grandes escolas que estão aí na rede e que fazem isso, e que inclusive já fazem a matrícula assim, matrícula mais o pré-vestibular no turno oposto, e por quê que a gente também não pode fazer? Qual é a

diferença? E olha que a gente tem bons professores, a gente tem uma boa estrutura, a gente tem condições de fazer isso. Eu acho que a gente faz sim uma política bacana, a gente permite a esse menino a concorrer de forma pau a pau com essa turma que está aí em grandes escolas. (DULCE, 2022)

[...] o menino precisa entender que ele tem uma política de acesso, que ele tem a educação básica e que ele tem o ensino médio, que o ensino médio favorece a ele o conhecimento, o conteúdo, favorece a ele oportunidades e que ele pode sair lá do terceiro ano direto para dentro da universidade através do UPT e pode permanecer na universidade através do Mais Futuro, por exemplo. (DULCE, 2022)

Como vimos nos capítulos anteriores, as iniciativas de ação afirmativa e de permanência são empreendidas tanto pela esfera federal quanto pela esfera estadual. No depoimento acima vemos que a entrevistada cita o Programa Mais Futuro que é uma ação do governo do estado da Bahia para estudantes que ingressaram nas universidades estaduais continuarem seus cursos através de bolsas. Ou ainda o baixo número de estudantes concluintes do ensino médio da rede pública que não se inscrevem e/ou participam de ações como o Universidade Para Todos como vimos nos capítulos anteriores.

A mesma entrevistada afirma que ainda que o quantitativo de universidades no estado tenha se expandido e que haja um investimento em políticas de acesso e permanência, ao mesmo tempo, há um desconhecimento da universidade por parte da sociedade civil, reiterando assim a urgência de divulgar sobretudo nas escolas públicas as políticas de acesso e permanência a nível federal e estadual, vejamos:

[...] por mais que a gente tenha 12 universidades públicas no estado da Bahia, por mais que a gente tenha políticas de acesso e permanência, a nossa juventude e a nossa sociedade baiana não conhece a universidade, não sabe o que é universidade, não sabe qual é o papel da universidade, não vê a comunidade dialogando com a própria comunidade. A gente precisa fortalecer isso, a gente precisa entender que a universidade pública está a serviço da comunidade e que o menino que sai da escola pública ele tem que concorrer a vaga e tem que estar na universidade pública. (DULCE, 2022)

Boaventura de Sousa Santos (2011) em seu livro *A universidade no século XXI* parte do princípio de que a universidade vivencia um processo de crise de legitimidade, de hegemonia e institucional tendo em vista o seu contexto de criação e as mudanças sociais, especialmente, quanto às interferências do mercado global neoliberal e à necessidade de rápida formação profissional em nível superior. Ao trazer a realidade das três crises vivenciadas pela universidade, o autor revela também possibilidades para uma reforma democrática da universidade.

No que tange a universidade e a escola pública, o autor afirma que para legitimar socialmente e universidade urge que o mundo acadêmico e o mundo da escola dialoguem diretamente, em especial, quanto ao saber pedagógico visando a produção de saberes, a pesquisa educacional e a formação dos professores de escolas públicas:

Ao tratar o tema do acesso referi a necessidade de vincular a universidade à educação básica e secundária. Esta vinculação merece um tratamento separado por se me afigurar ser uma área fundamental na reconquista da legitimidade da universidade. É uma área muito vasta, pelo que neste texto me concentro num tema específico: o saber pedagógico. Este tema abrange três sub-temas: produção e difusão de saber pedagógico; pesquisa educacional; e formação dos docentes da escola pública. É um tema de importância crescente, avidamente cobiçado pelo mercado educacional, onde a universidade já teve uma intervenção hegemônica que entretanto perdeu. Este fato é hoje responsável pelo afastamento da universidade em relação à escola pública – a separação entre o mundo acadêmico e o mundo da escola – um afastamento que, a manter-se, minará qualquer esforço sério no sentido de relegitimar socialmente a universidade. . (SANTOS, 2011, p. 80–81)

Os depoimentos sobre o que o programa universidade para todos revela do ensino médio público têm a tônica de uma educação básica que não prepara suficientemente o estudante para a vida, além de se ancorar na não culpabilização dos estudantes ou professores, possuem a tônica de que o problema é estrutural e envolve desvalorização de docentes, descrédito das potencialidades dos estudantes, ausência de condições físicas e de aporte pedagógico vejamos:

[...] a formação do ensino médio, ele ainda não consegue de fato dar conta de preparar esse aluno para o processo seletivo. [...] Aí vai e revela essa deficiência que a educação pública, ela tem. E aí vai ter por trás disso aí uma série de questões, de desvalorização de professor, de condições da escola pública, condições de espaço físico, condições de outros materiais didáticos. (CONCEIÇÃO, 2022)

[...] olha, nossa escola é emburrecedora, infelizmente eu tenho uma escola emburrecedora. Então onde nós vemos às vezes o aluno mais inteligente, o menino mais criativo é o mais perseguido, é o mais desestimulado, é aquele que vai reprovar, aquele que vai ter dificuldades e tal. (ANTÔNIA, 2022)

Ele revela as falhas do ensino médio, o déficit que esses alunos chegam é gritante, assim de não ter visto nenhum assunto “sim, mas nunca vi isso”, então é uma... o UPT existe porque o ensino médio é deficiente, isso já é uma coisa. [...] Por outro lado, mostra que o aluno pode, o aluno consegue. Por que se ele estava com aquela deficiência toda, ele tem 6 meses estudando e ele entra na universidade? Não é? Então ele está pronto ali. (LUZIA, 2022)

Aliado à estrutura do ensino médio público, algumas das entrevistadas ainda ressaltam os perigos advindos do novo ensino médio instituído pela Lei Federal 13.415/2017. A conhecida reforma do ensino médio institui uma Base Nacional

Comum Curricular a partir de uma formação geral básica para todos os estudantes das redes de ensino, contando com uma carga horária máxima de 1.800h ao longo do ensino médio e uma parte diversificada a partir de itinerários formativos. Por sinal, a reestruturação do ensino médio brasileiro culminará na reformulação do próprio ENEM.

Mas vai mostrar isso, o ensino médio, ele precisa melhorar muito ainda para... e eu estou assombrada com essa modificação louca que fizeram dessa reformulação do ensino médio, mas mostra isso assim, e não perder essa esperança do aluno. (LUZIA, 2022)

Então... e a gente tem um ensino médio como sim, já era esfacelado e agora com as novas... esse novo ensino médio, seguirá mais esfacelado ainda e produzindo mais exclusões e tem uns insistentes e os insurgentes que não querem, eles querem sair dessa exclusão, então eles continuarão indo para o UPT isso é muito importante. (BÁRBARA, 2022)

Vimos que os cursos pré-vestibulares, especialmente os populares, se inserem não só na preparação para o acesso, mas também na denúncia de um currículo da educação básica que é hegemônico e da própria falta de preparação desses estudantes. Os depoimentos das coordenadoras gerais, ainda que muito incisivos, não depositam a responsabilidade pelos problemas encontrados na educação pública básica nem nos estudantes, nem nos professores e nem na escola pública.

Um outro aspecto a ser observado é o contexto de reformulação curricular para a educação básica e tendências quanto a implementação de um novo ENEM, o Programa Universidade Para Todos deverá ter como referência a implementação deste último prevista para o ano de 2024.

5. O UPT NAS UNIVERSIDADES PARCEIRAS: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, A EXTENSÃO E A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIAS.

De posse da caracterização do programa, já realizada nos capítulos anteriores, a análise do objeto desta pesquisa se deteve não apenas no contexto das ações afirmativas, mas também nas contribuições do UPT nas universidades parceiras. Como veremos a seguir, há contribuições da execução do programa do ponto de vista da formação de professores, da extensão universitária, permitindo às universidades parceiras dar uma devolutiva à sociedade, como também, a permanência universitária, como foi possível identificar nas análises realizadas.

5.1 Além da interiorização física: a extensão universitária por meio da capilaridade do UPT nos municípios baianos

A extensão universitária é a terceira temática mais tratada no levantamento bibliográfico sobre o UPT. Os trabalhos de Sousa (2012), Angelim, Wanderley, Angelim e Castro (2017), Oliveira (2016), Jesus e Silva (2019). Ainda Angelim, Wanderley, Angelim e Castro (2017) endossam a importância da tríade universitária do ensino, da pesquisa e da extensão, nesse caso com ênfase na extensão universitária, já que, para esses autores, sob a perspectiva da universidade, o UPT é uma atividade extensionista e reforçam a importância da extensão para a própria universidade.

Sousa (2012) de igual forma só que voltado para a discussão conceitual da extensão universitária, disserta sobre as experiências de extensão da UNEB afunilando para as ações da IES no bairro do Calabar em Salvador e ao citar as experiências de extensão da UNEB a autora reforça ainda a importância social das universidades e a importância das atividades extensionistas para a comunidade local.

Jesus e Silva (2019) entendem o UPT enquanto ação extensionista que contribui para a inclusão social, cultural e educacional, segundo as autoras. E ainda reforçam o caráter da extensão enquanto elemento que carrega em si importante espaço para propiciar a formação de estudantes universitários.

Porque assim, o UPT [...] é um programa que permite a capilaridade da Universidade [...] nos municípios. Então, essa ação é uma ação extensionista e quem garante a ação, a presença da universidade. (BÁRBARA, 2022)

Agora, é um programa de extensão e é um programa de extensão de muita qualidade porque os alunos, eles têm na sua formação as horas computadas como monitoria de extensão. Recentemente, durante a pandemia nós incorporamos como atividade de estágio, nós tivemos oficinas, porque nós não paramos na pandemia. (LUZIA, 2022)

Quando o próprio estudante de graduação percebeu que aquilo ali podia ser revertido, convertido em um estágio ou em um ponto para que ele consiga uma bolsa, porque quando você sai da graduação que você vai tentar um mestrado, esse programa teve uma importância significativa. (MARIA, 2022)

Além disso, um fator importante destacado é o fato de a participação dos monitores que são estudantes das universidades conseguem computar créditos no currículo, além de, na UESC a ação computar pontuação nos exames de seleção da pós graduação *stricto sensu*.

[...] o projeto foi desenvolvido durante todo o tempo dentro da Pró Reitoria de Extensão, entendeu? Então aí foi entendido que realmente esses meninos mereciam certificação, que desse a ele a possibilidade dentro da própria universidade, dentro dos mestrados e os mestrados reconhecessem essa certificação, entendeu? (MARIA, 2022)

Outro dado considerado relevante para esta pesquisa, que não estava prevista no roteiro, foi a vinculação do UPT à Pró-Reitoria das universidades. Decerto que esta vinculação está intrinsecamente ligada à natureza do programa naquela instituição. Nas entrevistas, duas das entrevistadas citam que o UPT já foi criado na UFRB aliado à pró-reitoria de ações afirmativas, contudo, de acordo com pesquisa realizada no site da universidade, atualmente o UPT vincula-se à pró-reitoria de extensão.

Na UNEB, por exemplo, o UPT era vinculado diretamente ao gabinete da reitoria, mas hoje, como demonstra o relato, ele têm vínculo à Pró-Reitoria de extensão, vejamos:

[...] Olha, a gente organizou tudo, eu acho que a gente tem que se incorporar, é o maior programa de extensão da UNEB. A gente chama extensão interinstitucional, porque a UNEB acolhe além dos seus alunos da graduação e da pós-graduação para trabalhar como monitor, qualquer outro estudante dentro do perfil de universidade pública, professores de estado, professores do município, então agora a gente volta oficialmente a fazer parte da PROEX, a Pró-reitoria de Extensão e embora continuemos com uma autonomia significativa. (LUZIA, 2022)

A UNEB conta com as seguintes Pró-Reitorias: 1) de Planejamento, 2) de Ações Afirmativas, 3) de Assistência Estudantil, 4) de Pesquisa e Ensino de Pós Graduação, 5) de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, 6) de Ensino de Graduação, 7) Pró-Reitoria de Extensão, 8) de Administração e 9) de Infraestrutura. Mesmo tendo no seu organograma uma Pró-Reitoria de Ação Afirmativa, na instituição o UPT é vinculado à Extensão.

De igual forma para a UEFS em que na sua estrutura existe uma Pró-Reitoria de Ação Afirmativa, mas o UPT é vinculado à extensão. Vejamos então o organograma desta universidade: 1) de Administração e Finanças, 2) de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, 3) de Ensino de Graduação, 4) de Extensão, 5) de Pesquisa e Pós-Graduação e 6) de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.

E as universidades, ela tem essa possibilidade de ter um programa de extensão em sua plenitude, porque o programa UPT, ele é um programa de uma dimensão muito grande que dá essa oportunidade a PROEX a desenvolver essa extensão que é dada a extensão universitária... a PROEX, ela visa esse elo com a sociedade, trazer benefício à sociedade, e o programa UPT, ele faz isso. Eu acho que é essa colaboração mesmo, essa parceria. (CONCEIÇÃO, 2022)

No caso da UESC existem quatro Pró-Reitorias na sua estrutura: 1) de Pesquisa e Pós-Graduação, 2) de Graduação, 3) Administrativa e 4) de Extensão. Como vemos, o programa é vinculado a esta última. Vejamos:

[...] a UESC não tem... não tinha até então, uma assessoria de políticas afirmativas, então é... o projeto foi desenvolvido durante todo o tempo dentro da Pró-Reitoria de Extensão, entendeu? [...] O próprio espaço para o programa ter a coordenação, nós nunca tivemos, nós sempre ficamos dentro da Pró-Reitoria de Extensão. Nós não tínhamos um espaço do programa, embora ele fosse tão abrangente, sabe? Nós não tínhamos. (MARIA, 2022)

Assim como na UESC, não existe uma Pró-Reitoria de Ação Afirmativa e o UPT é vinculado à extensão. A UESB possui o seguinte organograma: 1) Pró-Reitoria de Administração, 2) Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, 3) Pró-Reitoria de Graduação e 4) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A entrevistada revela ainda o sentido da vinculação “[...] na nossa universidade o UPT está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e a forma de atuação nos municípios, a forma de permitir que os alunos cheguem até os municípios.” (ANTÔNIA, 2022)

Vejamos o organograma da UFRB: 1) Pró-Reitoria de Administração, 2) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal, 3) Pró-Reitoria de Graduação, 4) Pró-Reitoria de

Pesquisa, Pós Graduação, Criação e Inovação, 5) Pró-Reitoria de Planejamento, 6) Pró-Reitoria de Extensão, 7) Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis. Já a UFRB, única universidade em que o UPT está ligado às Ações Afirmativas institucionalmente, a entrevistada revela que desde o início da execução do programa UPT nesta universidade, ele é ligado à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas.

Foi possível observar, quanto à extensão universitária, que a execução das atividades do UPT permite que as universidades se capilarizem ainda mais nos municípios baianos. Tendo em vista que a implementação do programa está além dos *campus* ou departamentos onde as universidades têm suas sedes.

5.2 Fomento à formação de professores e à permanência estudantil.

Podemos ver que, junto a temática do acesso, a formação de professores aparece como a segunda mais citada nos trabalhos encontrados (Ver Quadro 2). São os trabalhos de Farias (2010), Sousa (2012), Santos (2014), Sousa, Nunes (2017a), Angelim, Wanderley, Angelim e Castro (2017), Jesus, Silva (2019), Junior e Carneiro (2019) que versam sobre a temática. A partir das discussões acerca dos monitores do programa que são, majoritariamente estudantes das licenciaturas, para os autores pode-se dizer que o UPT é uma experiência formativa seja a partir das aulas ministradas, seja a partir das experiências de formação de professores que ocorrem quinzenalmente ofertadas pelo programa.

Já o trabalho de Angelim, Wanderley, Angelim e Castro (2017) aborda a formação continuada enquanto contrapartida acadêmica do UPT. Os autores trazem à baila as discussões sobre professor reflexivo e professor pesquisador e revelam que o UPT contribui tanto com a possibilidade de acesso à educação superior pelos egressos da educação básica pública como também auxilia na formação de professores em exercício, paralelo ao curso de graduação.

Então além de ser formação para o estudante carente, que não consegue ter uma outra oportunidade de cursinho, formação para o nosso estudante e funciona brilhantemente porque o nosso estudante, ele se torna professor, [...] se descobrem enquanto professor no Universitário para Todos. (ANTÔNIA, 2022)

A formação é importante, essa possibilidade do exercício da docência. A gente tem, Rosa, estudantes que... porque quem faz licenciatura já está com o olhar para o contexto de sala de aula, isso não tem como negar quem

faz a licenciatura. Mas quem faz a graduação em curso de odontologia, em medicina, não se vê em sala de aula, aí vai pegar biologia para ensinar, química para ensinar, física para ensinar no UPT aí se encanta pelo contexto de sala de aula. (DULCE, 2022)

Vemos assim que a seleção para professor monitor não se restringe a estudantes de licenciatura, mas abrange também estudantes de graduação. O Decreto Estadual vigente sobre o UPT não especifica as características para concorrer a esta vaga. Ainda que, todas as entrevistadas enfatizem o professor monitor enquanto estudante de graduação das universidades tal prioridade acaba colocando favorecendo a permanência destes, vejamos:

Depois, a gente foi evoluindo tanto, crescendo tanto, que a gente entendeu que tinha 2 ações afirmativas dentro de um próprio projeto. Qual era? Que os professores do Universidade para Todos teriam de ser alunos da universidade, que também precisavam de um auxílio financeiro para se manter dentro dessa universidade, então o programa passa a ter 2 vertentes, tanto o acesso para os que não tinham entrado ainda, como a permanência dos alunos universitários dentro da própria universidade. (MARIA, 2022)

Então o UPT, do ponto de vista de preparação para que os alunos entrem e as bolsas que são disponibilizadas pelo UPT que contribui também para que estudantes que são vulneráveis, que não tem outro tipo de bolsa, consigam permanecer na universidade. (BÁRBARA, 2022)

Por sua vez, Jesus e Silva (2019) relacionam a temática da extensão universitária à formação de professores ao passo que as autoras reforçam a atuação da universidade na oferta de formação continuada de professores. Em se tratando do programa, que, ao propiciar formação continuada quinzenal aos monitores para atuação nas aulas do curso.

Silva, Santos, Santos, Muniz (2018) coadunam com a caracterização do UPT enquanto uma política de extensão que também concretiza a formação continuada dos monitores ao passo que as atividades de formação são viabilizadas também por professores selecionados dos quadros das universidades realizadoras da ação. (SILVA; SANTOS; SANTOS; MUNIZ, 2018, p.4)

Vejamos também no depoimento da entrevistada:

A gente acredita que sim, na nossa universidade o UPT está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e a forma de atuação nos municípios, a forma de permitir que os alunos cheguem até os municípios, então, dá uma possibilidade realmente de um trabalho de extensão. Então além de ser formação para o estudante carente, [...] formação para o nosso estudante e funciona brilhantemente porque o nosso estudante, ele se torna professor. (ANTÔNIA, 2022)

Eu sempre digo, eu vou para um aulaço naquele teatro UNEB assistir os nossos professores monitores, eu fico até com vergonha, sabe? Eu professora fico, sabe? “meu Deus, o que é isso, que coisa maravilhosa”, sabe? O que eles montam... porque você interagir com uma plateia de 600 pessoas, todo mundo sentadinho assim, ouvindo. Então é um caminho e a gente tem relatos, muitos relatos disso, de dizer assim “eu me tornei professor, por causa do programa UPT”, muitos – (LUZIA, 2022)

A formação continuada dos monitores do UPT é uma atividade obrigatória viabilizada pelos professores especialistas para tratar de temáticas como planejamento pedagógico, preparação para os exames, além de conteúdos que perpassam a própria vivência da docência com o público do programa.

Por exemplo, eles demandam coisas... em 2018, eu acho, foi em 2018, se demandou de um monitor que veio “[...] você tinha que fazer uma preparação para a gente para trabalhar com o público LGBTQIA+”. Está entendendo? Eles demandam então, são coisas que vão aparecendo [...] E eu fico muito feliz que a gente está conseguindo vencer até essas questões das pessoas se incorporarem e irem mesmo, assistir a aula e perceber que ali é um espaço de educação acima de tudo... de tolerância, de educação, de alegria. (LUZIA, 2022)

Santos e Rios (2018) atribuem ao UPT o fomento à docência e também à prática da pesquisa, da reflexão acerca da sua identidade profissional e da produção acadêmica no âmbito das ações desenvolvidas pelos monitores na própria prática pedagógica nas aulas do curso. Uma das entrevistadas coaduna com os autores:

Então os alunos, eles têm, como institucionalmente uma certificação de horas de monitoria, mas eu tenho muita alegria assim, de ver trabalhos, muitos trabalhos de conclusão de curso, tanto da graduação como da pós-graduação, de alunos que apresentam a temática ou experiência do programa para falar, então muitos dizem assim “eu me tornei professor, no programa UPT”. (LUZIA, 2022)

Outro ponto observado por Sousa (2012) é quanto a relação dos professores/monitores com os estudantes cursistas em que a autora revela que os professores/monitores são, majoritariamente, estudantes de graduação que ainda não dispõem de formação suficiente e, muitas vezes, nem de repertório metodológico para o objetivo das aulas de preparação para os exames vestibulares.

Contudo, há de se destacar que ao mesmo tempo, ademais da formação desses estudantes, o próprio exercício na docência enquanto monitores do programa se revela enquanto formação importante para os estudantes assim como as ações de formação que eles participam e ainda como os monitores e os cursistas possuem um perfil socioeconômico em comum há um ponto de convergência que,

pelo viés subjetivo revela um aspecto positivo para que os estudantes permaneçam no curso.

Outros ainda, ao falar sobre acesso à educação superior, trazem à tona as discussões sobre permanência universitária, visto que, para o público atendido pelo UPT, além da preocupação com o acesso há a necessidade de elaborar estratégias para permanecer na universidade e evitar o abandono e trazem também discussões sobre a sociologia da educação principalmente Zago (2016), além de Pierre Bourdieu para tratar do capital simbólico e cultural que são os trabalhos de Santos (2014), Sousa e Nunes (2017a) e Sousa (2019)

Para Leal (2021), o UPT fortalece a política de permanência dos estudantes universitários, uma vez que há o pagamento de uma bolsa proporcional à carga horária de aulas ministrada pelos monitores que são usados para custear transporte, alimentação e material didático para concluir sua formação inicial.

Então ele recebe uma bolsa que atualmente é de 18 reais hora-aula, então para além da oportunidade do exercício da docência, de ser do curso de licenciatura, de ser do curso de bacharelado e vivenciar o contexto de sala de aula, de vivenciar o processo metodológico, de vivenciar o planejamento didático, a bolsa também ajuda esse menino a permanecer dentro da universidade. (DULCE, 2022)

[...] é esse UPT que vai dar conta dessas dimensões de uma universidade, eminentemente negra, marcada por pessoas que as famílias ganham menos de um salário mínimo e meio e que precisam desses recursos para se manterem na universidade. Então, é fundamental a gente pensar nessa manutenção, melhor dizendo, a partir desses recursos que vem desse programa, então é fundamental a gente ter o programa e garantir que essas bolsas, esses recursos através das bolsas chegam a manter os estudantes. (BÁRBARA, 2022)

Vimos que o UPT corrobora tanto para a formação dos monitores quanto para a permanência material dos monitores que são estudantes das universidades parceiras do programa ao passo que viabiliza uma formação para o exercício da docência no âmbito das aulas do curso e que atua enquanto um programa de bolsas que viabiliza também a permanência material dos graduandos das universidades na conclusão do seu curso.

6. CONSIDERAÇÕES

Com esta pesquisa foi possível identificar o Programa Universidade Para Todos enquanto uma política de ação afirmativa. Ainda que o Decreto Estadual que regulamente o UPT não o defina enquanto política afirmativa, na análise bibliográfica do programa a temática aparece timidamente, já as entrevistas emplacam a definição: o Programa Universidade Para Todos é uma política afirmativa voltada ao acesso à educação superior por estudantes de escolas públicas, negros e das camadas populares. O público do programa já demonstra uma realidade, trata-se de estudantes de escolas públicas majoritariamente negras e negros contudo, somente o rótulo de ação afirmativa não consolida uma discussão de fato antirracista no bojo do programa tanto do ponto de vista da Secretaria quanto das universidades.

Como já analisado, o banco de dados de inscritos no programa revela o público das ações afirmativas: todos foram estudantes de escolas públicas, 85% autodeclararam-se enquanto negros, 97% se encontram na faixa de renda de até três salários mínimos, 71% não trabalha, 69% dos inscritos é egresso da educação básica, 31% das mães têm o primeiro grau incompleto e 37% dos pais têm o 1º grau incompleto. Constituindo-se assim enquanto público das políticas reparatórias.

Quando analisamos as características do público ao qual ele é destinado já traduz-se a ação afirmativa, atenuado ao fato trazido pela revisão de literatura tendo em vista que as mesmas visam atenuar as situações de iniquidade, no caso do objeto desta pesquisa, quanto ao acesso à educação superior.

Há de se destacar ainda que as discussões acerca das ações afirmativas no programa nas universidades é direcionada não apenas para o objeto da política, mas também para viabilizar a permanência dos estudantes monitores do UPT durante seu curso de graduação.

No que tange ao objetivo geral desta dissertação, destaca-se a importância de que a natureza do UPT enquanto uma política de ação afirmativa faça parte do aparato legal do programa e perpassa por todas as ações do mesmo, tanto na secretaria quanto nas universidades. Vemos portanto que, se desde o início de criação do programa houvesse um entendimento evidente e consolidado do programa enquanto política afirmativa, decerto, avançaríamos ainda mais nesse sentido. Em especial, se observamos os critérios de acesso ao programa no caso dos estudantes cursistas e também na seleção dos monitores.

Para a consolidação da política enquanto ação reparatória e, portanto, afirmativa é fundamental que os órgãos executores incorporem a discussão tanto do acesso à educação pela população de camadas populares, escolas públicas e negros e negras inseridas em famílias com baixa trajetória escolar. No sentido de explorar essas categorias e firmar outras ações no programa voltadas à ação afirmativa. Ou seja, o público da política e o seu objetivo já se insere nas políticas afirmativas, contudo, para a sua consolidação é fundamental a atuação intencional nesse sentido para efetivar o quanto o programa se propõe na preparação para a elevação da escolarização desse público.

Apontamos para a necessidade de avaliação desta política focalizada, atenuado pelo fato de se tratar de uma ação afirmativa, tendo em vista analisar os impactos no público ao qual atende. Ou ainda, se é necessário mudar os critérios de acesso ao programa, seja a partir da associação de autodeclaração étnico racial, de gênero ou socioeconômico a partir do pano de fundo das análises atuais acerca do público que acessa a educação superior no período atual.

Em síntese, tendo em vista as discussões sobre ação afirmativa trazidas nesta dissertação, a partir, em especial de Moehlecke (2002), Piovesan (2008) e Silva Filho (2008), o UPT é um programa reparatório e atua na tentativa de atenuar as desigualdades educacionais e dispor de condições para garantir a competitividade dos estudantes nos exames vestibulares.

Vejamos, se uma avaliação da política poderia direcionar as ações direcionadas à mudança nos critérios de ingresso no programa, pouco definidas no Decreto Estadual que atualmente o rege. Ou ainda a associação à isenção em todos os vestibulares, inclusive o ENEM, em especial aos estudantes que não estão mais matriculados em unidades escolares, público majoritário do programa. De igual forma para o recorte de outras identidades, visto que, as iniquidades sociais, raciais, de gênero, econômicas e de sexualidades se interseccionam.

No sentido da avaliação da política, é importante citar os percalços encontrados no programa e necessidade de melhoria dos mesmos para aperfeiçoamento da política, lembrando: 1) valor da hora-aula dos monitores; 2) pressão para garantir o número de matriculados; 3) atraso no repasse de recursos para as universidades; 4) ausência de um banco de dados único e próprio do programa para inserção dos estudantes aprovados; e 5) evasão, seja inicial, no percurso ou nos últimos meses que antecedem os exames de acesso.

Dos elementos citados acima, podemos destacar a necessidade de criação de um banco de aprovados para que seja possível dimensionar o impacto do UPT no acesso à educação superior. Ainda tendo em vista que mesmo ingressando em alguma universidade em anos subsequentes ao ano de curso do programa, é certo que, a participação deste estudante no UPT contribuiu para o seu acesso.

Apontamos ainda para a necessidade de criação de uma Portaria Estadual que possa responder à aspectos da implementação do UPT que estavam presentes nos Decretos anteriores e não figuram parte do Decreto Estadual atual. A exemplo da ausência dos critérios de seleção dos cursistas, do perfil dos monitores e da configuração das aulas no âmbito da preparação para a educação superior como o número de aulas por componente curricular ou carga horária mínima para o programa. A fim de direcionar a criação dos editais de seleção específicos das universidades, a ausência dessas normativas recai na ausência de um direcionamento da política tanto quanto aos critérios de acesso no programa quanto em relação à seleção dos monitores.

Podemos ver que mesmo com um programa consolidado, por vezes, algumas dificuldades se impõem no percurso da política. De um modo geral, há o indicativo de que o UPT poderia ter um impacto maior nos estudantes concluintes do ensino médio, especialmente da rede pública estadual, ao iniciar suas atividades junto ao ano letivo ou preparar melhor o público inscrito na política se iniciado ainda no primeiro semestre, contudo, o processo de contratação das universidades e análise pelos órgãos do estado acabam atrasando o início do programa.

Se pensamos no acesso à educação superior, há um desconhecimento da sociedade civil, principalmente, de estudantes de escolas públicas e com pouco acesso à educação que, em se tratando de acesso à educação superior, uma das entrevistadas ressalta que, por mais que as universidades públicas, federais ou estaduais tenham crescido em número e se capilarizado pelos diversos municípios da Bahia, segundo a entrevistada, por vezes, há um desconhecimento acerca da universidade em suas formas e políticas de acesso e permanência neste nível e o universidade para todos, com sua capilaridade, possibilita também que a universidade consiga chegar nos mais diversos municípios, além dos que possuem algum pólo em suas sedes.

Outro fator a ser observado é o aspecto da elevação da escolarização de estudantes trabalhadores, atenuado pelo fato de o programa atender

majoritariamente a egressos do ensino médio e não de estudantes ainda matriculados na rede pública, são as condições materiais de existência que a elevação da escolarização acaba competindo com essa característica e a importância do UPT nesse bojo.

Outro ponto revelado por Farias (20210) é a isenção nos vestibulares das universidades parceiras aos cursistas do UPT que apresentem 75% de presença, segundo a autora a isenção foi fruto de reivindicação de monitores e cursistas mas, ainda assim, 31% frequentou o curso até o final e não se inscreveu no vestibular. A autora relaciona com dificuldades apresentadas pelos estudantes como: dificuldade para interpretar texto, para resolver problemas, para entender e se concentrar nas aulas, além de baixa auto-estima, pouca motivação e interesse, pouco tempo para estudo e pouca base. (FARIAS, 2010)

De um modo geral, ainda que não tenha figurado um objetivo inicial da pesquisa, a repercussão do programa nas universidades ganhou relevância durante a análise dos dados e, por consequência, ganhou destaque no corpo da pesquisa e figurou parte do objetivo geral deste trabalho. Como vimos, a execução do UPT gera contribuições nas universidades parceiras, como o fortalecimento da formação inicial e continuada dos monitores, ação obrigatória do programa. Além de proporcionar a capilaridade das universidades através dos pólos do UPT nos municípios proporcionando a extensão universitária e o fortalecimento do diálogo da universidade com as comunidades e a permanência no caso dos monitores que são estudantes universitários. Na continuidade da análise do objetivo geral desta dissertação, quanto às contribuições do UPT nas universidades, a partir da execução do programa nas mesmas, a formação dos monitores ganhou um destaque nas análises.

Vemos a necessidade de o UPT ser mais explorado do ponto de vista acadêmico, em especial, a nível *stricto sensu*. Como pudemos ver no levantamento bibliográfico realizado, poucas são as dissertações encontradas. Por outro lado, a existência de diversos resumos e publicações em anais de eventos demonstra um interesse em pesquisas voltadas à esta temática.

Inquieta-nos saber, por exemplo, os impactos dos cursos pré-vestibulares populares que foram descontinuados a fim de abarcar o UPT, como vimos no capítulo sobre o surgimento do programa. Importante lembrar que todos os cursos citados tratam-se de iniciativas voltadas para o mesmo público do UPT que foram

descontinuadas ao passo que as universidades foram contratadas pela secretaria para realização do UPT.

Contudo, em diálogo com o que se propõem os cursos pré-vestibulares populares, o UPT ainda cumpre uma função de preparação para a cidadania. As entrevistadas afirmam a necessidade de “trabalhar autoestima” e incluir no planejamento pedagógico do curso temáticas como relações raciais, gênero e o chamado pela entrevistada de “temas contemporâneos” dialoga diretamente com a proposta pedagógica dos cursos preparatórios populares. Os cursos populares traziam em seu cerne a preparação para a cidadania enquanto fundamental para a preparação do estudante para os exames de acesso e a mesma estratégia é usada pelas coordenadoras do programa. O que sinaliza para a formação a partir de uma educação contextualizada visando o acesso à educação superior.

Outro ponto a ser destacado é a continuidade da política com poucas alterações mesmo em um contexto de mudança de governos a nível estadual. Contudo, assinalamos a necessidade de pesquisas posteriores observando inclusive os contextos de implementação do UPT nos municípios baianos.

Finalmente, sinalizamos que é necessário estimular novas pesquisas sobre o impacto do UPT nas políticas de acesso à educação superior na Bahia. Há muitos dados interessantes que precisam ser analisados e discutidos sob a perspectiva de constructos teórico-empíricos diferentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Alguma poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

ANGELIM, José Aurimar dos Santos; WANDERLEY, Simone Ferreira; ANGELIM, Vanessa Gomes Lopes; CASTRO, Maria Celeste de. Projeto Universidade para todos – UPT: Uma experiência de inclusão e formação continuada. *IV Congresso Nacional de Educação CONEDU 2017*. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA1_ID2247_17102017000221.pdf>.

ALMEIDA, Silvia Maria Leite de. *Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, Porto Alegre. 389f.

ALVES, Alda Judith. A “Revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, nº 81, p. 53–60, mai. 1992. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/990/999>>. Acesso em 22 ago 2020.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas. *Revista Cocar*. V. 14, n. 30, set./dez. 2020, p. 1 – 17. ISSN: 2237–0315

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BAHIA. *Lei 7.979 de 05 de dezembro de 2001*. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos no âmbito do Programa de Educação Tributária, inclusive o patrocínio de bolsas de estudo e bolsas–auxílio universitárias e dá outras providências.

_____. *Lei nº 10.330 de 15 de setembro de 2006*. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_bahia.pdf>.

Acesso em 03 de outubro de 2022.

_____. *Lei Estadual nº 13.182 de 06 de junho de 2014*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia.

Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GT_Igualdade_Racial/Outros/Lei%2013.182%2006.06.14%20Bahia.pdf>.

_____. *Lei nº 13.559 de 11 de maio de 2016*. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Disponível em:

<<http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Lei-13559.2016-Plano-Estadual-de-Educac%C3%A7%C3%A3o-BA.pdf>>. Acesso em 03

de outubro de 2022.

_____. *Decreto 8.080 de 11 de dezembro de 2001*. Regulamenta os incisos I e II do artigo 2º da Lei nº 7.979/01 que passa a ser denominado Programa Estadual de Incentivo à Formação Universitária Faz Universitário e dá outras providências.

_____. *Decreto 8.583 de 14 de julho de 2003*. Aprova o regulamento do programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia.

_____. *Decreto 9.149 de 23 de julho de 2004*. Aprova o novo regulamento do Programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 17.610 de 18 de maio de 2017*. Altera o Artigo 5º do Regulamento do Projeto Faz Universitário Vinculado Ao Programa De Educação Tributária Do Estado da Bahia, Aprovado Pelo Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004.

BARRETO, Maria Raidalva Nery. *Políticas públicas para o acesso e permanência no ensino superior: o projeto faz universitário*. 120 f Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, Salvador, 2009.

Disponível em:

<http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/MARIA_raildava_nery_barr_eto.pdf>

BRANDÃO, Zaia. *A produção das elites escolares: escolas, famílias e cultura*. Caderno CRH. 2007, vol. 20, n. 49, pp. 15–22. ISSN 0103–4979

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

BRASIL. *Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em 03 de outubro de 2022.

_____. *Lei Federal nº 12.711/2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-normaatualizada-pl.pdf>>

_____. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 03 de outubro de 2022.

_____. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 12 de setembro de 2022.

_____, Casa Civil. *Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em 12 de setembro de 2022

CAPANEMA, Clélia de Freitas; PIMENTEL, Gabriela de Sousa Rêgo. A caminho da universidade: uma política de inclusão social. *Agenda Social*. V. 5, nº 3, set/dez 2011, p. 1–12. Disponível em:

<http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_8802_1337692863.pdf>.

CARNEIRO, Sueli. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. *Caderno CRH*, Salvador, n. 36, p.209–215, jan/jun 2002. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18633/12007>>

CAVALLEIRO, Eliane e HENRIQUES, Ricardo. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In.: *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 400p. (Coleção Educação para Todos.). Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000377.pdf>>

CIRILLO, Lucas; FRANÇA, Xênia. Pra quem me chamas?. Intérprete: Xênia França. In: *Xênia*. 2017. 1 CD (ca. 47min26s). Faixa 1.

CONCEIÇÃO, Wesley da Ressurreição. “*Se Palmares não vive mais faremos Palmares de novo*”: o movimento dos Quilombos Educacionais em Salvador–Ba. 74f. 2019. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008. 268 p.

DIEESE. *Escolaridade garante ocupação, mas não melhores empregos*. São Paulo, agosto de 2018, (Boletim Emprego em Pauta, nº 9). Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta9.html>>. Acesso em 21 de outubro de 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira* / Luiz Fernandes Dourado. — Brasília : Inep, 2016. 48 p. ISSN 2448–4288. Disponível em:

<<http://seriepne.inep.gov.br/ojs3/index.php/seriepne/article/view/3754/3484>>

Entrevista concedida por ANTÔNIA, Maria. Entrevista I [02.2022]. Entrevistadora: Rosa Helena Ribeiro Teixeira. Salvador, 2022. arquivo .mp3 (56 min 44 seg.).

Entrevista concedida por BÁRBARA, Maria. Entrevista II [02.2022]. Entrevistadora: Rosa Helena Ribeiro Teixeira. Salvador, 2022. arquivo .mp3 (55 min 54 seg.).

Entrevista concedida por CONCEIÇÃO, Maria. Entrevista III [02.2022].

Entrevistadora: Rosa Helena Ribeiro Teixeira. Salvador, 2022. arquivo .mp3 (42 min 22 seg.).

Entrevista concedida por DULCE, Maria. Entrevista IV [02.2022]. Entrevistadora: Rosa Helena Ribeiro Teixeira. Salvador, 2022. arquivo .mp3 (1h 19 min 14 seg.).

Entrevista concedida por LUZIA, Maria. Entrevista V [04.2022]. Entrevistadora: Rosa Helena Ribeiro Teixeira. Salvador, 2022. arquivo .mp3 (57 min 58 seg.).

Entrevista concedida por MARIA, Maria. Entrevista VI [04.2022]. Entrevistadora: Rosa Helena Ribeiro Teixeira. Salvador, 2022. arquivo .mp3 (1h 8 min 52 seg.).

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 200 p. ISBN: 978–85–347–0520–2

FARIAS, Maria Auxiliadora Ornellas. *Projeto universidade para todos: política pública na direção da igualdade de oportunidades ao acesso à educação superior*.

189 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Salvador, 2010. Disponível em:

<http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/maria_auxiliadora_ornellas_farias.pdf>.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17–36, 2006. Editora UFPR.

FARIAS, Maria Auxiliadora Ornellas. *Projeto universidade para todos: política pública na direção da igualdade de oportunidades ao acesso à educação superior*.

189 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Salvador, 2010. Disponível em:

<http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/maria_auxiliadora_ornellas_farias.pdf>

FARIAS, Maria Auxiliadora Ornellas; CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. Projeto Universidade Para Todos: Política pública na direção da igualdade de oportunidade ao acesso à educação superior. *Estudos IAT*, ISSN 2178–2962, Salvador, v.1, n.3, p. 116–137, dez. 2010. Disponível em:

<<http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/viewFile/28/64>>

FERNANDES, Neila Barreto; SOUZA, Ana Cleide Santos de; SACRAMENTO, Maria Alice Carvalho. Projeto Universidade Para Todos (UPT) na Universidade do Estado da Bahia: uma oportunidade de inclusão e transformação social. *Educon*, Aracaju, Volume 13, n. 01, p. 2–15, set/2019. Disponível em:

<http://anais.educonse.com.br/2019/projeto_universidade_para_todos_upt_na_universidade_do_estado_da_bahia.pdf>.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018*. Brasília, 2019. Disponível em:

<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-P>

[erfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf](#).

Acesso em 12 de setembro de 2022

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: vozes, 2017

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 11, n. Ed. Especial, p. 141–162, mai., 2019. ISSN 2177–2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>>.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed., Editora Atlas, 2008

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2014*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 04 out. 2022.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2015*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 04 out. 2022.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2016*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 04 out. 2022.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2017*. Brasília: Inep, 2019.

Disponível em: <<http://sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 04 out. 2022.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2018*. Brasília: Inep, 2019.

Disponível em: <<http://sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 04 out. 2022.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2019*. Brasília: Inep, 2020.

Disponível em: <<http://sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 04 out. 2022.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2020*. Brasília: Inep, 2021.

Disponível em:

<<http://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 04 out. 2022.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2021*. Brasília: Inep, 2022.

Disponível em: <<http://sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 04 out. 2022.

JACCOUD, Luciana e THEODORO, Mário. Raça e Educação: os limites das políticas universalistas. In.: *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 400p. (Coleção Educação para Todos.) Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000377.pdf>>

JESUS, Marta Lícia Teles Brito de. *O valor simbólico do diploma de nível superior: um estudo sobre os percursos formativos dos professores da primeira turma de pedagogia UFBA/PARFOR*. Tese (doutorado), Salvador, 2014, 228f. (2014).

JESUS, Ana Lucia Paranhos de; SILVA, Ana Vitória da Paixão. Formação Continuada como prática pedagógica inovadora no Projeto Universidade Para Todos

– UPT. *Anais do Congresso Internacional de Educação e Geotecnologias 2019*, ISSN 2674–7227. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cintergeo/article/view/6820/4437>>

JUNIOR, Raimundo B. da M.; CARNEIRO, Zenaide, de O. N. A abordagem literária em um curso pré-vestibular: propostas, encantamentos e reflexões. *13ª Jornada de extensão da UEFS*, 2019. Resumo. Disponível em:

<<http://periodicos.uefs.br/index.php/AJEUFS/article/view/5328/4422>>.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Políticas sociais: focalização ou universalização? *Revista de Economia Política*, vol. 26, n°4 (104), pp. 564–574, out–dez 2006.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rep/a/4qDF8Yvm33v8bMPLHrbBK7P/?format=pdf&lang=pt>>

LAKATOS, Eva (MARIA, 2022); MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Ideilton Alves Freire. Política de inclusão: o Projeto Universidade Para Todos (UPT) e o perfil social, acadêmico e profissional dos monitores no interior da Bahia. *Anais do II Simpósio on–line de Educação: Educação, resistência e novos paradigmas: diálogos e possibilidades* [recurso eletrônico], Ipanguaçu (RN), 7 a 9 de abril de 2021. – Dados eletrônicos – Ipanguaçu, RN: IFRN, 2021. 2129 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5098367/mod_resource/content/2/Lud_And_cap3.pdf>. Acesso em 22 agosto 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da pesquisa social. *In.*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p 9 – 29

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. n. 117, p. 197–217, nov 2002

OLIVEIRA, Ana Maria Silva. Projeto Universidade Para Todos: Promoção do acesso à educação superior no recôncavo da Bahia. *Revista Extensão*, Vol.X, n.1, 2016 ISSN: 2236–6784. Disponível em:
<https://www2.ufrb.edu.br/revistaextensao/components/com_chronoforms5/chronofor ms/uploads/edicao/20200506131605_RevistaExtensao_ed10_V1.pdf>

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 887–896, setembro–dezembro/2008 pp. 887 – 896

PORTES, Écio Antônio; SOUSA, Letícia Pereira de. O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. In.: SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. (Orgs.) *Observatório da vida estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude*. Prefácio de André Lázaro. – Salvador: EDUFBA, 2013. v. 3 (388 p.)

ROCK, Edi; BLUE, Ice; BROWN, Mano. Capítulo 4, Versículo 3. In: *Sobrevivendo no inferno*. 1997. 1 CD (ca. 1h13min). Faixa 3.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808–1990*. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior, Universidade de São Paulo, (1991).

SAMPAIO, Fernando Álisson Santos; NUNES, Tiago Alves. Os eventos de letramento de discentes do Projeto Universidade Para Todos: uma análise qualitativa. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 11, n. 1, e1962, p. 1–24, jan. – abr. / 2021. DOI: 10.22168/2237–6321–11962

SANTO, Ana Cristina do Espírito; SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. *Ação afirmativa uma resposta à crise de legitimidade das universidades públicas*. p.197–218. In.: SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. (Orgs.) *Observatório da vida estudantil*:

universidade, responsabilidade social e juventude. Prefácio de André Lázaro. – Salvador: EDUFBA, 2013. v. 3 (388 p.)

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2001

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milene Conceição dos; RIOS, Pedro Paulo Souza. Projeto Universidade Para Todos: Política Pública de Inclusão e Espaço Pedagógico de Formação Docente. V CONEDU Congresso Nacional de Educação. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA1_ID6547_31072018094332.pdf.

SANTOS, Geremias Soares dos. Acesso e permanência no ensino superior: relato de experiência de uma Rosa de Saberes e Formação com cursistas do Projeto Universidade Para Todos (UPT). *Revista Extensão*. Vol. 7, n. 1 (dezembro. 2014) – Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão. Disponível em: https://www2.ufrb.edu.br/revistaextensao/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/educacao/20200506132013_Revista_Extensao_Vol._VII.pdf

SANTOS, Sales Augusto; CAVALLEIRO, Eliane; BARBOSA, Maria Inês da Silva; RIBEIRO, Matilde. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. *Revista Estudos Feministas*, vol. 16, núm. 3, set.–dez., 2008, pp. 913–929. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114361012>.

SGUISSARDI, Valdemar. *Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002–2012*. Piracicaba, 20 dez 2014. 191p.

SILVA FILHO, Penildon. *Cursos pré-vestibulares populares em Salvador: Experiências educativas em movimentos sociais*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2003, Salvador, 218f.

SILVA FILHO, Penildon. *Políticas de ação afirmativa na educação brasileira: estudo de caso do programa de reserva de vagas para ingresso na Universidade Federal da Bahia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008, Salvador, 211f.

SILVA, Jeane Campos.; SANTOS, Edenilda Ribeiro; SANTOS, Nathalia Costa.; MUNIZ, Gabriel, Universidade Para Todos: Aplicação do Programa de Extensão no Campus da UESB de Itapetinga–BA. / *Seminário de Políticas Públicas Educacionais: desafios e perspectivas após o Golpe de 2016*. Disponível em: <http://www2.uesb.br/eventos/politicaspUBLICAS/wp-content/uploads/2018/12/I_SEM_PPE_2018_38.pdf>

SILVA, Ana Vitória da Paixão; NASCIMENTO, Marcelo Cunha; PIMENTA, Lídia Boaventura. Práticas Pedagógicas Inovadoras no Projeto Universidade Para Todos – UPT: possibilidade de acesso para estudantes dos meios populares ao ensino superior. *Anais do Congresso Internacional de Educação e Geotecnologias 2019*. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cintergeo/article/view/6833/4450>>

SOUSA, Luciene Ribeiro. *Atuação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no bairro do Calabar, Salvador/BA: o Projeto Universidade Para Todos (UPT)*. Dissertação (Mestrado), 2012 Universidade Católica do Salvador, Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/49658975-Universidade-catolica-do-salvador-superintendencia-de-pesquisa-e-pos-graduacao-mestrado-em-politicas-sociais-e-cidadania.html>>.

SOUSA, Erivan Coqueiro, NUNES, Claudio Pinto. Acesso de estudantes dos meios populares ao ensino superior: um estudo do curso pré-vestibular universidade para todos no município de Aracatu–BA. *Seminário Gepráxis*, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, v.6, n.6, p 1115–1130, 2017. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1IsMwUMODQ_3x-0uiF4zrT15jBCAuHOo/view?usp=sharing>

SOUSA, Erivan Coqueiro. *Contribuições do curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT) como política pública para o acesso de estudantes de Aracatu–BA ao ensino superior*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação em Educação, Vitória da Conquista, 2019. 180p. Disponível em:

<<http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2019/08/ERIVAN-COQUEIRO-SOUSA.pdf>>.

SOUSA, Erivan Coqueiro; NUNES, Claudio Pinto. Curso pré-vestibular “Universidade Para Todos”. *RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade*, Vol. IV, nº 07, p. 111–122, jul.–dez./2019 – ISSN 2526–2319. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1IsMwUMODQ_3x-0uiF4zrT15jBCAuHOo/view?usp=sharing>

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20–45.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998, 187p.

TEIXEIRA, Rosa Helena Ribeiro. *O programa Universidade para Todos (UPT): aproximações com o cursinho pré–Enem do governo do estado da Bahia (2004–2018)*. 76f. 2018. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TOMEI, Manuela. *Ação afirmativa para a igualdade racial: características, impactos e desafios*. 2005, 58p. Disponível em:

<https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/—americas/—ro-lima/—ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226559.pdf>

VÁSQUEZ, Esther Paola Bomfim. *Comunicação Pública da Ciência: A produção do Programa Aprovado veiculado na rede Bahia*. 188f. 2009. Monografia (Graduação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. *RBPAE* – v.23, n.1, p. 53–69, jan./abr. 2007, p.53–69.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. *Perspectiva*, Florianópolis, v.26, n.1, 149–174, jan/jun, 2008.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n. 32. maio/ago, 2006.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista para a Secretaria Estadual de Educação da Bahia



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT): POLÍTICA AFIRMATIVA DE PREPARAÇÃO PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome
2. Gênero
3. Pertencimento étnico
4. Religião
5. Formação acadêmica (Grau e área de formação)
6. Dados profissionais

GESTÃO

1. Há quanto tempo coordena o Programa? Já trabalhou no UPT em outras condições, senão enquanto coordenação?
2. O programa é executado pela SEC em parceria com as universidades, como você caracteriza esse modelo de gestão?
3. O que alterou e o que permaneceu na gestão do Programa nos diferentes governos?

FINANCEIRO

1. O financiamento do programa advém de qual órgão?
2. Existe uma relação entre o quantitativo de vagas ofertadas e o valor

investido?

3. Qual critério para disponibilização de recursos e vagas para as universidades?
4. O que as universidades têm de autonomia na execução e o que é pré estabelecido pela SEC?
5. O recurso é utilizado para fardamento, módulo, monitores e funcionários do upt, é usado para algum outro fim?

OPERACIONAL

1. De que forma atua o comitê de avaliação do programa e quais os produtos gerados pelo comitê? Há um relatório de avaliação?
2. Outras universidades podem aderir ao programa? Fale um pouco sobre a constituição dos pólos e adesão dos municípios.
3. Se observamos o quadro de pessoal do programa, como se dá a seleção e formação dos membros do UPT (monitores, coordenadores de pólo, especialistas)?

DIDÁTICO PEDAGÓGICO

1. Sendo um curso pré vestibular, além dos módulos das áreas do conhecimento há alguma diretriz didático pedagógica por parte da SEC ou as universidades têm autonomia no planejamento pedagógico do curso? Há alguma diferença nesses anos de execução?
2. Como você identifica o aspecto da preparação para a cidadania, além da preparação para os vestibulares?
3. Há um programa para formação dos professores/monitores ou as universidades que criam os seus? Há uma periodicidade nesses encontros?
4. Qual a taxa de evasão do programa? Quais fatores você atribui à evasão? Existe alguma estratégia do ponto de vista pedagógico e/ou de gestão para atenuar a evasão?
5. O programa/universidade oferece isenção na taxa dos seus vestibulares para estudantes com frequência igual ou superior a 75%. Você considera que essa medida estimula a participação nos exames vestibulares?

OUTROS

1. Eleja alguns fatores que você considera determinantes para a continuidade do programa desde 2003.
2. O que você nota que mudou ao longo dos anos que acompanha o UPT (perfil dos alunos, demanda, recursos etc)?
3. Você considera o UPT enquanto um programa de ação afirmativa?
4. De que forma você mensura o impacto do programa na tentativa de restituir uma igualdade quanto à participação nos vestibulares pelo público do programa?

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista com as universidades**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO****O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT): POLÍTICA AFIRMATIVA DE
PREPARAÇÃO PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DA
BAHIA****IDENTIFICAÇÃO**

1. Nome
2. Gênero
3. Pertencimento étnico
4. Religião
5. Formação acadêmica (Grau e área de formação)
6. Dados profissionais

GESTÃO

1. Por quanto tempo coordenou o Programa? Já trabalhou no UPT em outras condições, senão enquanto coordenação?
2. O programa é executado pela SEC em parceria com as universidades, como você caracteriza esse modelo de gestão?
1. Como conheceu o programa? Como você descreve o UPT antes de ser coordenador(a)? E agora?

2. Como você caracteriza a experiência da coordenação do UPT na universidade? Ele é reconhecido como extensão universitária? Os programas de formação de professores da universidade tem como locus de atuação o UPT?

FINANCEIRO

1. O que as universidades têm de autonomia na execução e o que é pré estabelecido pela SEC?
2. O recurso é utilizado para fardamento, módulo, monitores e funcionários do upt, é usado para algum outro fim? As universidades têm autonomia na execução?

OPERACIONAL

1. Fale um pouco sobre a constituição dos pólos e adesão dos municípios
2. Antes as inscrições eram feitas presencialmente nos pólos/unidades, hoje o programa tem seu próprio banco de dados dos inscritos. Já em relação à aprovação no ENEM e nos vestibulares, como vocês identificam os aprovados?
3. Se observamos o quadro de pessoal do programa, como se dá a seleção e formação dos membros do UPT (monitores, coordenadores de pólo, especialistas)?

DIDÁTICO PEDAGÓGICO

1. Há um programa para formação dos professores/monitores ou as universidades que criam os seus? Há uma periodicidade nesses encontros?
2. Sendo um curso pré vestibular, além dos módulos das áreas do conhecimento há alguma diretriz didático pedagógica por parte da SEC ou as universidades têm autonomia no planejamento pedagógico do curso? Houve alguma

diferença nesses anos de execução?

3. Como você identifica o aspecto da preparação para a cidadania, além da preparação para os vestibulares?
4. Há uma taxa de evasão no programa. Quais fatores você atribui à evasão? Existe alguma estratégia do ponto de vista pedagógico e/ou de gestão para atenuar a evasão?
5. O programa/universidade oferece isenção na taxa dos seus vestibulares para estudantes com frequência igual ou superior a 75%. Você considera que essa medida estimula a participação nos exames vestibulares?

OUTROS

1. Eleja alguns fatores que você considera determinantes para a continuidade do programa desde 2003. O que você nota que mudou ao longo dos anos?
2. Você considera o UPT enquanto um programa de ação afirmativa?
3. De que forma você mensura o impacto do programa na tentativa de restituir uma igualdade quanto à participação nos vestibulares pelo público do programa?
4. O que o programa pode revelar do ensino médio baiano?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “O Programa Universidade Para Todos (UPT): Política Afirmativa de Preparação para o Acesso à Educação Superior do Estado da Bahia” desenvolvida por Rosa Helena Ribeiro Teixeira, estudante de mestrado do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Dra. Marta Lícia Teles Brito de Jesus.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é analisar o Programa Universidade Para Todos sob a ótica das políticas de ações afirmativas e as suas contribuições nas universidades parceiras.

Critério de inclusão

O convite a sua participação deve-se ao fato de o(a) Senhor(a) já ter assumido a função de coordenador(a) geral do Programa Universidade Para Todos. Com isso, buscar-se-á conhecer a sua percepção acerca dos desdobramentos do programa quanto a sua estrutura, funcionamento e configuração enquanto política afirmativa.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e o(a) Senhor(a) tem plena autonomia para decidir se deseja ou não participar, bem como retirar a sua participação a qualquer momento. O(a) Senhor(a) não será penalizado(a) de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelo(a) Senhor(a).

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material resultante da gravação da sua participação na entrevista será armazenado pela pesquisadora em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o(a) Senhor(a) poderá solicitar do pesquisador informações sobre a sua participação e/ou sobre a pesquisa,

o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. A sua participação consistirá em entrevista individual a ser realizada virtualmente. O tempo aproximado de duração da entrevista é de uma hora. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso aos mesmos a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde que versa sobre as pesquisas com seres humanos. O benefício indireto relacionado à sua colaboração nesta pesquisa é o de produção de dados que subsidiem a análise dos desdobramentos políticos e acadêmicos do Programa Universidade Para Todos.

Previsão de riscos ou desconfortos

Endossamos que todos os dados recebidos são utilizados para a finalidade científica e a preservação do anonimato dos(as) participantes é assegurada. Contudo, toda pesquisa possui riscos potenciais. Neste caso, o mais relevante seria o constrangimento em fornecer informações pessoais durante a entrevista. O(a) Senhor(a) tem o direito de pleitear indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa e interromper sua participação se sentir algum desconforto durante a realização da entrevista.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público, resumos, anais e artigos científicos e principalmente na dissertação de mestrado.

Observações:

Devido a situação excepcional da pandemia do COVID-19, esta pesquisa não poderá ser realizada de maneira presencial. A realização das entrevistas será em formato virtual, dificultando assim a assinatura do Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido. Por este motivo, o Termo será lido antes da entrevista, possibilitando ao/à participante aceitar ou não as suas premissas. O Termo também será enviado por email aos/às participantes, já com a assinatura do responsável pela pesquisa, para que seja devolvido assinado ao pesquisador. O Termo está redigido em duas vias, sendo uma via para o(a) participante e a outra via para o pesquisador. Todas as páginas rubricadas pelo(a) participante da pesquisa e pelo pesquisador, com ambas as assinaturas apostas na última página. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia – CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA
Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055,
Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail : cepips@ufba.br

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep): Tel:
(61) 3315-5878 / (61) 3315-5879
E-Mail: conep@saude.gov.br

(Assinatura da pesquisadora responsável)

Contato com o pesquisador responsável:

Tel.:

E-mail:

Salvador, XX de XXXXX de XXXX

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar dessa experiência.

(Assinatura da participante da pesquisa)